

Termo de Referência 7/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
7/2024	130062-SUPERINT.FEDERAL DE AGRIC.PECUARIA E ABASTEC.	PEDRO BATELLI DE OLIVEIRA	27/09/2024 12:14 (v 2.1)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra		21026.003061 /2023-13

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços de limpeza e conservação de áreas internas e externas, de forma continuada, com o fornecimento de todos os materiais de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar a continuidade do atendimento dos serviços de higienização e limpeza das dependências das unidades da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso do Sul - SFA/MS, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo	Item	CATSER	Quantidade	Unidade	Valor Posto /Mês	Valor Total (mês)	Valor Total (ano)
1	1 - Serventes de Limpeza - Sede SFA /MS	24023	5	POSTO /MÊS	R\$ 7.095,92	R\$ 35.479,61	R\$ 425.755,38
	2 - Limpador de Vidros - Sede SFA/MS	25194	1	POSTO /MÊS	R\$ 6.814,25	R\$ 6.814,25	R\$ 81.771,00
	3 - Jardineiro - Sede SFA/MS	24325	1	POSTO /MÊS	R\$ 7.790,53	R\$ 7.790,53	R\$ 93.486,32
	4 - Servente de Limpeza - UTRA Dourados/MS	24023	1	POSTO /MÊS	R\$ 7.403,81	R\$ 7.403,81	R\$ 88.845,75
	5 - Servente de Limpeza - VIGIAGRO Ponta Porã/MS	24023	1	POSTO /MÊS	R\$ 6.724,83	R\$ 6.724,83	R\$ 80.697,95
TOTAL DO GRUPO 1							R\$ 770.556,35

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 2 anos contados da assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que as atividades de limpeza e conservação, assim como, de jardinagem são permanentes no órgão, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme detalhamento a seguir:

- I) ID PCA no PNCP: 00396895000125-0-000018/2023
- II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023 com última atualização: 03/11/2023
- III) Id do item no PCA: 19
- IV) Classe/Grupo: 853 - SERVIÇOS DE LIMPEZA
- V) Identificador da Futura Contratação: 130062-90007/2022

3. Descrição da solução

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deve possuir práticas de gestão que garantam o cumprimento da legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, previdenciária e de segurança do trabalho além de respeitar as normas coletivas da categoria profissional estabelecidas pelos Acordos e Convenções Coletivas de Trabalho e as normas internas de segurança e saúde do trabalho;

4.1.2. É de responsabilidade da contratada reservar 25% do seu quadro administrativo para mulheres e portadores de deficiência;

4.1.3. A contratada deverá adotar em sua gestão de pessoal uma abordagem humanizada, que respeite a dignidade do trabalhador e previna condutas que possam se caracterizar como assédio moral e/ou sexual;

4.1.4. São proibidos quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de colaboradores do quadro da empresa;

4.1.5. É obrigação da contratada a administração de situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos aos empregados, colaboradores, usuários e ao meio ambiente;

4.1.6. É responsabilidade da contratada assegurar-se de que os colaboradores contratados possuam a escolaridade exigida pelo cargo;

4.1.7. A contratada deverá orientar sobre o cumprimento, por parte dos funcionários, das normas de comportamento e decoro relativas à Administração Pública;

4.1.8. A contratada deverá realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

4.1.9. A contratada deverá fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução de serviços conforme o presente Termo de Referência e em atendimento aos Laudos Técnico para Avaliação Insalubridade e Periculosidade - LTIP anexos do Estudo Técnico Preliminar;

4.1.10. A Contratada deverá orientar os colaboradores da equipe de limpeza quanto a utilização de práticas econômicas e sustentáveis inclusive com relação a separação dos materiais recicláveis para coleta seletiva em conformidade com o Plano de Gestão de Logística Sustentável do órgão.

4.1.11. A Contratada deverá atender ao normativo que trata de atividades com diferença de nível acima de 2,0m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, com base especialmente na NR nº 35 - Trabalho em altura. A NR nº 35 exige que todos os trabalhadores e supervisores envolvidos em trabalho em altura recebam treinamento adequado com carga horária mínima de 8 horas no treinamento inicial com reciclagem a cada 2 anos ou sempre que houver mudança nos procedimentos ou equipamentos utilizados. O conteúdo do treinamento deverá conter: (i) Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura; (ii) Análise de riscos e condições impeditivas; (iii) Medidas de prevenção e controle de riscos; (iv) Uso correto dos EPIs e EPCs; e (v) Procedimentos de emergência e resgate.

4.2. Com base no Plano de Gestão de Logística Sustentável do Ministério da Agricultura e Pecuária, a Contratada deverá se atender aos dias de coleta seletiva dos materiais recicláveis, tais como papéis, plásticos, vidros e metais. Portanto, a separação dos resíduos sólidos deverá ocorrer nos dias de coleta seletiva, a saber:

- a) Atualmente, em Campo Grande/MS, no endereço da sede da SFA/MS, ocorre às terças e às sextas-feiras.
- b) Atualmente, em Dourados/MS, no endereço da SFA/MS, a coleta seletiva ocorre às terças-feiras.
- c) Atualmente, em Ponta Porã/MS, no endereço da SFA/MS, a coleta seletiva ocorre às quartas-feiras.
- d) Qualquer mudança no dia coleta deverá ser observada pela Contratada.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.5. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.6. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.8. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 17:00 horas, horário local.

4.9. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.10. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.10.1. A vistoria deverá ser realizada nos seguintes locais:

- a) Itens 1, 2 e 3: Sede da SFA/MS, situada na Rua Dom Aquino, 2696 - Centro - em Campo Grande/MS, telefone (67) 3041-9300, e-mail: dial.sfa-ms@agro.gov.br;

b) Item 4: UTRA-Dourados/MS, localizada na Rua Melvin Jones, 1084, Vila Progresso, Dourados/MS, telefone (67) 3041-9300 ou 0800-141-9300 opção 3, e-mail: dial.sfa-ms@agro.gov.br; e,

c) Item 5: VIGIAGRO Ponta Porã/MS, localizada na Avenida Internacional, 860, Centro, Ponta Porã/MS, telefone (67) 3041-9300 ou 0800-141-9300 opção 5, e-mail: dial.sfa-ms@agro.gov.br.

4.11. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.12. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.13. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. Modelo de execução do objeto

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: 10 dias da assinatura do contrato

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1. A execução do objeto será realizada mediante alocação de empregados da contratada para desenvolvimento dos serviços de limpeza e conservação, e copeiragem contratados pela SFA/MS, observadas as disposições estabelecidas neste Termo de Referência e Estudo Técnico Preliminar, que tratam da descrição, atribuições e requisitos dos cargos necessários, com disponibilização de solução tecnológica para gestão e fiscalização.

5.1.2.2. Devido a peculiaridade dos serviços, onde os empregados terão acesso a informações de segurança e sigilosas do Contratante, todos os empregados alocados pelo Contratado deverão ser previamente aprovados pela Contratante.

5.1.2.3. Os empregados deverão desenvolver suas atividades uniformizados, observadas as disposições deste Termo de Referência.

5.1.2.4. As ocorrências de eventuais afastamentos dos empregados da execução dos serviços por quaisquer motivos e por período superior a 15 (quinze) dias, ensejarão providências imediatas da contratada para que os mesmos sejam substituídos temporariamente.

5.1.2.5. As solicitações da Contratante para a substituição definitiva de empregados deverão ser efetivadas no dia seguinte ao da solicitação, caso não tenha sido estabelecido outro prazo, admitida a tolerância de até 3 (três) dias, devendo ser justificado o motivo da solicitação.

5.1.2.6. Os valores devidos à contratada deverão ser ajustados ao efetivo cumprimento de todas as exigências estabelecidas neste Termo de Referência, ressaltadas as disposições de cumprimento pelos empregados da jornada de trabalho, dos resultados do IMR a serem apurados por meio da solução tecnológica e do cumprimento das obrigações previdenciárias, sociais e trabalhistas, inclusive FGTS, pela contratada.

5.1.2.7. A Contratada deverá disponibilizar meios de registro de ponto para controle de frequência dos empregados no local da prestação dos serviços.

5.1.3. Cronograma de realização dos serviços:

5.1.3.1. Após a assinatura do contrato, a Contratante, representado pelo Gestor do Contrato, e a contratada, representada pelo seu preposto designado, deverão adotar as seguintes providências:

a. no prazo de até 10 dias, a contratada deverá apresentar os planos de adequação, especificando as atividades a serem desenvolvidas e respectivo cronograma e as atribuições e responsabilidades da Contratada e da Contratante;

- b. no prazo de até 6 dias após o recebimento do plano de adequação, a Contratante deverá analisar e aprovar o referido plano, determinando as adequações necessárias;
- c. após a aprovação do plano de adequação, a Contratante e Contratada deverão executar as atividades e cronogramas neles programados, de modo que a solução esteja adequada às exigências deste Termo de Referência e apta para que seja iniciada a execução dos serviços.

Local da prestação dos serviços

5.2. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

Item	Descrição / Especificação	Endereço
1	Serviços de limpeza, asseio e conservação da sede da SFA/MS	Rua Dom Aquino 2696, Centro, Campo Grande/MS
2	Serviços de limpeza, asseio e conservação com trabalho em altura da sede da SFA/MS	Rua Dom Aquino 2696, Centro, Campo Grande/MS
3	Serviços de jardinagem da sede da SFA/MS	Rua Dom Aquino 2696, Centro, Campo Grande/MS
3	Serviços de limpeza, asseio e conservação da UTRA em Dourados/MS	Rua Melvin Jones, 1084, Vila Progresso, Dourados/MS
4	Serviços de limpeza, asseio e conservação da VIGIAGRO de Ponta Porã/MS	Avenida Internacional, 860, Centro, Ponta Porã/MS

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte horário:

5.3.1. Os serviços serão executados durante o horário de funcionamento da SFA/MS e suas unidades, entre 7h às 17h, na conveniência da unidade tomadora, em dias úteis, intercalando-se o intervalo de refeição e descanso de no mínimo 1 (uma) hora.

5.3.2. A jornada de trabalho será de 8:48 oito horas e quarenta e oito minutos horas diárias ou 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sexta-feira.

Rotinas a serem cumpridas

5.4. A execução contratual observará as rotinas abaixo:

5.4.1. Para os serviços de limpeza, asseio e conservação da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS (Item 1) serão de responsabilidade a limpeza das áreas interna e externa executando:

- a. Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas;
- b. Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino;
- c. Coleta de lixo diário, nas demais dependências, nos últimos horários da manhã e da tarde;
- d. Limpeza profunda nos pisos, de forma a retomar a cor original, sempre que for necessário;
- e. Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc. com passagem de aspirador de pó;
- f. Limpeza diária nas mesas, arquivos, armários e demais equipamentos, com passagem de espanador para a retirada do pó;
- g. Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pia, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas;
- h. Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e/ou metal;
- i. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das dependências das instalações da sede desta SFA/MS em Campo Grande/MS, conforme estimativas no ETP.

5.4.2. Para os serviços do Limpador de Vidros em Campo Grande/MS (Item 2), serão de responsabilidade o suporte à limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- a. Limpeza semanal das calhas dos telhados com remoção das folhas e demais detritos;
- b. Limpeza mensal das janelas do andar superior do edifício sede;
- c. Limpeza geral diária dos pátios incluindo a retirada de folhas e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito dando suporte aos serviços de jardinagem;
- d. Limpeza geral diária das áreas externas, inclusive as calçadas dando suporte à equipe contratada; e,
- e. Limpeza geral diária das áreas internas, inclusive os banheiros dando suporte à equipe contratada.

5.4.3. Para os serviços de jardinagem da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS (Item 3), serão de responsabilidade as rotinas como seguem:

- a. Rega, sempre que necessário, as plantas e jardins;
- b. Efetuar, sempre que necessário, a poda das plantas do jardim e pátio, bem como o corte da grama, incluindo recortes em passeios e canteiros;
- c. Efetuar a poda periódica, de 06 em 06 meses, de árvores do jardim e pátio; e,
- d. Limpeza geral diária dos jardins e gramados incluindo a retirada de folhas e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;
- e. Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
- f. Erradicação das plantas invasoras;
- g. Replanteio, rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte;
- h. Coleta e remoção de lixo;
- i. Reposição de terra;
- j. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de jardinagem das dependências das instalações da sede desta SFA/MS em Campo Grande/MS, conforme estimativas no ETP.

5.4.4. Para os serviços de limpeza, asseio e conservação da Unidade Técnica Regional de Agricultura – UTRA em Dourados/MS (Item 4), serão de responsabilidade a limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- a. Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;
- b. Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino;
- c. Coleta de lixo diário, nas demais dependências, nos últimos horários da manhã e da tarde;
- d. Limpeza profunda nos pisos, de forma a retomar a cor original, sempre que for necessário;
- e. Passagem de enceradeira elétrica nos pisos (em madeira) para conservação do brilho, sempre que for necessário;
- f. Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc. com passagem de aspirador de pó;
- g. Limpeza diária nas mesas, arquivos, armários e demais equipamentos, com passagem de espanador para a retirada do pó;
- h. Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pia, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas;
- i. Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e/ou metal;
- j. Regar, sempre que necessário, as plantas e jardins;
- k. Efetuar, sempre que necessário, a poda das plantas do jardim e pátio, bem como o corte da grama;
- l. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das dependências das instalações da UTRA de Dourados/MS conforme estimativas do ETP.

5.4.5. Para os serviços de limpeza, asseio e conservação da Unidade de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO de Ponta Porã /MS (Item 5), serão de responsabilidade a limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- a. Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas;
- b. Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino;
- c. Coleta de lixo diário, nas demais dependências, nos últimos horários da manhã e da tarde;
- d. Limpeza profunda nos pisos, de forma a retomar a cor original, sempre que for necessário;
- e. Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc. com passagem de aspirador de pó;
- f. Limpeza diária nas mesas, arquivos, armários e demais equipamentos, com passagem de espanador para a retirada do pó;
- g. Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pia, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas;
- h. Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e/ou metal;
- i. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das dependências das instalações da VIGIAGRO de Ponta Porã/MS conforme estimativas do ETP.

Materiais a serem disponibilizados

5.5. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

5.5.1. Relógio de Ponto com certificação do Inmetro e homologado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, em conformidade com as normas da Portaria 671/2021.

5.5.1.1. Quantidade: 1 aparelho por local de execução do serviço;

5.5.1.2. Especificações Técnicas: Possuir Software de gerenciamento; Servidor Web embarcado; Comunicação TCP/IP

Certificado pelo Inmetro – Portarias 4 de 2022 e 671 de 2021; Homologado pela Portaria 671/2021 e pelo Ministério do Trabalho e Emprego; Quantidade de Funcionários: No mínimo 100 usuários cadastrados; Quantidade de Digitais: No mínimo 100 digitais; Leitor Biométrico resolução 500 DPI; Compartimento de Bobina: Capacidade para bobinas de até 300m; Mecanismo de Impressão: Mecanismo impressor térmico de alta qualidade; Corte automático do ticket: Impressora com guilhotina de alta velocidade, com corte total do papel; Detecção de Quantidade de papel: Possuir sensor de papel que indica quando o papel estiver acabando; Menu de configuração protegido por senha; Possuir porta fiscal para coleta do arquivo AFD para auditoria dos dados do equipamento pelo fiscal do trabalho; Possuir sistema de importação e exportação de dados via segunda porta USB. Web Embarcado. Interface do usuário: Display LCD Colorido com tela sensível ao toque. Características Adicionais: No-Break Interno Alimentação: Bivolt; O fornecimento das bobinas será de responsabilidade da contratada.

5.5.2. O relógio de ponto poderá ser substituído por aplicativos de registro de ponto, desde que tenha a anuência das categorias por meio de acordos ou convenções coletivas de trabalho, e acordado previamente com a Administração.

5.5.3. Deverão ser fornecidos os seguintes Equipamentos de Proteção Individual para os postos de Servente de Limpeza (Itens 1, 4 e 5):

- a) Protetor Auricular - CATMAT 618290 - 12/ano/posto;
- b) Máscara Proteção - CATMAT 485533- 1/dia útil/posto;
- c) Luva de Borracha - CATMAT 366699 - 2/ano/posto;
- d) Bota - CATMAT 618295 - 2/ano/posto;
- e) Avental - CATMAT 618553 - 2/ano/posto;
- f) Óculos de Proteção - CATMAT 618293 - 2/ano/posto;

5.5.4. Deverão ser fornecidos os seguintes Equipamentos de Proteção Individual para o postos de Limpador de Vidro (Item 2):

- a) Protetor Auricular - CATMAT 618290 - 12/ano/posto;
- b) Máscara Proteção - CATMAT 485533- 1/dia útil/posto;
- c) Luva de Borracha - CATMAT 366699 - 2/ano/posto;
- d) Bota - CATMAT 618295 - 2/ano/posto;
- e) Avental - CATMAT 618553 - 2/ano/posto;
- f) Óculos de Proteção - CATMAT 618293 - 2/ano/posto;
- g) Talabartes de restrição - CATMAT 430334 - 1/ano/posto;
- h) Capacete de Proteção - CATMAT 322195 - 1/ano/posto;
- i) Cinto tipo paraquedista - CATMAT 602436 - 1/ano/posto;
- j) Trava Queda - CATMAT 485545- 1/ano/posto.

5.5.5. Deverão ser fornecidos os seguintes Equipamentos de Proteção Individual para os postos de Jardineiro (Item 3):

- a) Protetor Auricular - CATMAT 618290 - 12/ano/posto;
- b) Máscara Proteção - CATMAT 485533- 1/dia útil/posto;
- c) Luva Tricotada - CATMAT 604688 - 2/ano/posto;
- d) Bota - CATMAT 618295 - 2/ano/posto;
- f) Óculos de Proteção - CATMAT 618293 - 2/ano/posto;

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

5.6. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.6.1. Para elaboração das Planilhas de Custos e Formação de Preços, os salários dos profissionais, bem como, dos demais benefícios, foram considerados os estabelecidos nas Convenção Coletiva de Trabalho 2024 - STEAC-MS (Registro MTE: MS000089/2024);

5.6.2. É obrigatória a utilização da planilha de custos e formação de preços apresentada como modelo que se encontra em consonância com o modelo constante do ANEXO VII-D da IN SEGES/MP nº 5/2017, devendo os licitantes manterem os valores integrais do salário base de cada categoria, não sendo admitido salário proporcional;

5.6.3. Nos preços propostos deverão estar inclusos todas as despesas com salários, contribuições sociais e trabalhistas, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, alimentação, despesas administrativas, lucro e demais insumos necessários à sua composição.

5.6.4. A proposta deverá ser apresentada com memórias de cálculo detalhada que contenham a metodologia e as fórmulas adotadas pela licitante para obtenção dos valores propostos para os encargos, insumos e demais componentes da planilha de custos e formação de preços do posto de trabalho envolvido na contratação.

5.6.5. As propostas deverão conter indicação dos sindicatos, acordos e convenções coletivas de trabalho que regem cada categoria profissional que executará os serviços e a respectiva data base e vigência, com base na Classificação Brasileira de Ocupações, segundo disposto na alínea "c" do subitem 6.2 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP nº 5/2017.

5.6.6. Os salários dos funcionários, bem como os demais benefícios das categorias (vale-refeição e outros concedidos), não poderão ser inferiores aos estabelecidos nas convenções coletivas de trabalho dos sindicatos aos quais as empresas e os funcionários estejam vinculados.

5.6.7. O auxílio transporte deverá ser fornecido pela CONTRATADA, de acordo com o Decreto nº 10.854, de 2021, compreendendo o itinerário da Residência x Local de Trabalho x Residência, para cada funcionário.

5.6.8. Quando a convenção coletiva de trabalho ou outros dispositivos legais que regem as relações de trabalho das categorias profissionais aqui contratadas determinarem a concessão de benefícios de assistência médica, odontológica e /ou outros, deverá a licitante fazer a inserção desse custo na planilha de valor referente a esses benefícios, devendo apresentar, ainda, os documentos comprobatórios/memórias de cálculo que serviram de base para a definição desses valores em sua planilha.

5.6.9. Nos casos em que houver a contrapartida do empregado deverá ser deduzido do custo da empresa o valor correspondente a participação do empregado.

5.6.10. Deverão ser observados os valores, percentuais e benefícios exigidos em normas gerais e específicas aplicáveis, em especial aqueles estabelecidos na legislação vigente relativo ao recolhimento dos encargos sociais (tais como INSS, SEI ou SESC, SENAI ou SENAC, INCRA, Salário Educação, FGTS, Seguro Acidente de Trabalho/RAT/INSS, SEBRAE, Férias, 13º Salário e outros).

5.6.11. Quando da definição do percentual do Seguro Acidente de Trabalho – SAT, as licitantes deverão observar as disposições do Decreto nº 6.957/2009 e outras, que porventura tenham sido editadas até o momento da formulação de sua proposta, devendo aplicar o Fator Acidentário de Prevenção – FAP, definido pelo Ministério da Previdência Social, de acordo com o seu CNPJ.

5.6.12. No preenchimento do item “Riscos Ambientais do Trabalho - RAT” da planilha de custos e formação de preços, a licitante deverá considerar o valor de seu FAP, o qual será comprovado no envio de sua proposta adequada ao lance vencedor, mediante apresentação da GFIP ou outro documento apto a fazê-lo.

5.6.13. Na formulação de sua proposta, a empresa deverá observar ainda o regime de tributação ao qual está submetida, inclusive no tocante à incidência das alíquotas de ISS, PIS e COFINS sobre seu faturamento, conforme a Lei nº 10.637 /2002 e Lei nº 10.833/2003 (Acórdão TCU Plenário nº 2.647/2009).

5.6.14. A licitante optante do Simples Nacional, deverá ser excluída do sistema em decorrência da vedação, nos termos do caput do artigo 17, inciso XII da Lei Complementar nº 123, 2006. Devendo apresentar as alíquotas dos tributos a redução prevista no Simples Nacional.

5.6.15. A licitante, se contratada, arcará com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos artigos 134 e 135 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.6.16. A licitante deverá apresentar sua planilha no formato .xlsx ou .ods ou similar, para que se possa verificar o memorial de cálculo de cada índice. Caso seja necessário, o pregoeiro poderá solicitar o memorial descritivo de cálculo de cada índice.

5.6.17. Os licitantes poderão manter inalterados ou alterar conforme histórico da empresa, os índices e probabilidades consideradas pela administração nos Módulos 3 e 4, passíveis de diligências para comprovação de exequibilidade e, alertando que a empresa deve analisar os riscos da contratação, pois não são admitidos solicitações futuras de equilíbrio econômico-financeiro.

5.6.18. O material de consumo dispendido no serviço de limpeza e de jardinagem, o qual somente será fornecido e consequentemente pago à contratada, quando solicitados pela Contratante, conforme Orientação Normativa nº 00001/2021 /COORD/E-CJUSCOM/CGU/AGU a qual preconiza:

"MESMO QUANDO HOUVER AGRUPAMENTO, TAIS MATERIAIS DE HIGIENE PESSOAL DEVEM TER SEUS PREÇOS COTADOS SEPARADAMENTE DOS SERVIÇOS DE LIMPEZA, COM OBSERVANCIA DA IN N. 73/2020, E DEVERÃO SER ENTREGUES, FATURADOS E PAGOS CONFORME A EFETIVA NECESSIDADE E CONSUMO".

Referência: alínea "f" do item 2 e item 75 do Anexo VII-A: item X do Anexo 1. todos da IN n. 05/2017; art. 23, 41", da Lei n. 8.666/93. Goiânia, 17 de novembro de 2021.

5.6.19. Considerando a Orientação Normativa acima, os produtos de higiene pessoal, como papel higiênico, sabonete líquido, papel toalha, álcool em gel, dentre outros, devem ser adquiridos pela Contratada, tendo sido realizado levantamento das quantidades para cada material, conforme o ETP.

5.6.19.1. A pesquisa de preços para esses materiais trouxe o valor máximo admissível para cada item, que deverão fazer parte da planilha de formação de preços dos serviços de limpeza, de modo que será solicitado e efetivamente pago à empresa apenas o que for necessário no mês corrente, tendo sido definido os valores médios (estimativos) da planilha como valor máximo para aquisição dos mesmos pela contratada. Portanto, os quantitativos previstos na planilha de custos e formação de preços, aba materiais + equipamentos, são estimativos e serão pagos de acordo com a necessidade, podendo sofrer variação conforme demanda local, sendo pagos e apurados mensalmente.

5.6.20. Considerando que o Contrato Inicial terá a vigência de 2 anos, prorrogável por até 10 anos nos termos do art. 106 e 107 da Lei 14.133/2021, a contratada deverá prever em sua planilha de custos os valores referentes ao substituto para o período de férias e para os afastamentos legais, nos termos dos submódulos 2.2 e 4.1 do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 05, de 26 de maio de 2017.

5.6.21. Não serão incluídas nas planilhas de custos e formação de preços as disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada.

5.6.22. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

Uniformes

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.2.1. Dois conjuntos completos ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 8 (oito) horas, após comunicação escrita do contratante, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação;

5.9.3. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo os seguintes parâmetros mínimos:

- a) Calça - CATMAT 468568
- b) Camisa - CATMAT 600811

5.9.4. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.9.5. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

Procedimentos de transição e finalização do contrato

5.10. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de gestão do contrato

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.7. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.8. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.9. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.10. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.11. Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.12. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.13. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.14. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.15. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Relatório Mensal de Acompanhamento de Contrato, conforme previsto no Art. 50, inciso I, alínea "a" da IN 05/2017 para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.16. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.17. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.18. O preposto deverá apor assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.19. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.20. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.21. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.22. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.23. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.24. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.25. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, a seguinte rotina:

6.25.1 Verificar o uso do Uniforme e Equipamentos de Proteção Individual.

6.26. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.27. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.28. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.29. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.30. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.31. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.32. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.32.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.32.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.32.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.32.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

- 6.32.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e
- 6.32.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):
- 6.32.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);
- 6.32.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;
- 6.32.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e
- 6.32.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).
- 6.32.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:
- 6.32.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;
- 6.32.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;
- 6.32.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;
- 6.32.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e
- 6.32.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.
- 6.32.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:
- 6.32.1.5. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;
- 6.32.1.6. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;
- 6.32.1.7. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;
- 6.32.1.8. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.
- 6.32.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.
- 6.32.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.
- 6.32.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.
- 6.32.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.
- 6.32.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.
- 6.32.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.32.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.32.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.32.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.32.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.32.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.32.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.32.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

6.32.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.32.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.32.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.32.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.32.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.32.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.32.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.32.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

Gestor do Contrato

6.33. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.34. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.35. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.36. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.37. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

6.38. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.39. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Relatório Mensal de Acompanhamento de Contrato, conforme previsto no Art. 50, inciso I, alínea "a" da IN 05/2017.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do Relatório Mensal de Acompanhamento de Contrato não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Efetiva execução do objeto durante o período de referência da nota fiscal apresentada;

7.4.2. Adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciária e com o FGTS nos prazos e valores estabelecidos na legislação trabalhista e na Convenção Coletiva de Trabalho.

Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1 o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2 o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação da seguinte fórmula:

$$\begin{aligned} EM &= I \times N \times VP, \text{ sendo:} \\ EM &= \text{Encargos moratórios;} \\ N &= \text{Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;} \\ VP &= \text{Valor da parcela a ser paga.} \\ I &= \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438, \text{ assim apurado:} \\ I &= (TX) \times (6/100)/365, \text{ onde TX} = \text{percentual da taxa anual} = 6\% \\ I &= 0,00016438 \end{aligned}$$

Forma de pagamento

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.37. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.38. As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.

7.39. A eficácia da cessão de crédito, de qualquer natureza, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.40. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, tudo nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.41. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.42. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

Conta-Depósito Vinculada ou Pagamento por Fato Gerador

Conta-Depósito Vinculada

7.43. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

7.44. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

7.45. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

7.46. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

7.47. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

7.48. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

7.48.1 13º (décimo terceiro) salário;

7.48.2 Férias e um terço constitucional de férias;

7.48.3 Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

7.48.4 Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

7.48.5 Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017.

7.49. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

7.50. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

7.51. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

7.52. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

7.53. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

7.54. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

7.55 O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

8. Critérios de seleção do fornecedor

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR GRUPO.

Regime de Execução

8.2. O regime de execução do contrato será empreitada por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.12. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.13. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.14. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.15. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.16. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.17. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.18. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.19. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.20. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.22. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.22.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.22.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.22.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.22.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.23. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante do Anexo VII-D da IN 05/2017 de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.23.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.23.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.24. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.25. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.26. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.26.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

Qualificação Técnico-Operacional

8.27. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.28. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.28.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.28.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados.

8.29. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.30. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.31. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.32. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.33. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

8.34. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.35. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 770.556,35

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 770.556,35 (setecentos e setenta mil e quinhentos e cinquenta e seis reais e trinta e cinco centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

10. Adequação orçamentária

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 130062 - Superintendência Federal de Agricultura no Mato Grosso do Sul - SFA/MS;

II) Fonte de Recursos: 1000000000 – Recursos Livres da União;

III) Programa de Trabalho: 20122003220000001 - Administração da Unidade e 201252302214X0001 - Vigilância e Inspeção das Operações de Comércio Exterior de Mercadorias, bens e materiais de Interesse Agropecuário;

IV) Elemento de Despesa: 339037 - Locação de Mão-de-Obra;

V) Plano Interno: OPERASFASS - Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas e VIGIAGROSS - Funcionamento do VIGIAGRO;

10.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SFA-MS nº 75, de 19 de agosto de 2024.

PEDRO BATELLI DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 26/09/2024 às 17:15:20.

Despacho: Portaria SFA-MS nº 75, de 19 de agosto de 2024.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/09/2024 às 10:05:34.

Despacho: Portaria SFA-MS nº 75, de 19 de agosto de 2024.

SILVIO GOMES RIBAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/09/2024 às 11:11:37.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ETP7_2024.pdf (3.28 MB)

Anexo I - ETP7_2024.pdf

Estudo Técnico Preliminar 7/2024

1. Informações Básicas

Número do processo: 21026.003061/2023-13

2. Descrição da necessidade

2.1. Este documento tem por objetivo concretizar os estudos técnicos preliminares visando subsidiar à contratação de empresa especializada na prestação de serviços de limpeza e conservação de áreas internas e externas, de forma continuada e com o emprego de mão de obra exclusiva, com o fornecimento de todos os materiais de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar a continuidade do atendimento dos serviços de higienização e limpeza das dependências das unidades da Superintendência Federal de Agricultura no Estado do Mato Grosso do Sul - SFA/MS.

2.2. Trata-se portanto da contratação de serviços terceirizados de mão-de-obra para prestação de serviço, asseio, limpeza e conservação para manutenção das condições adequadas em relação à limpeza do ambiente de trabalho dos servidores da sede da SFA/MS e as unidades descentralizadas de Dourados/MS e de Ponta Porã/MS em conformidade com o artigo 7º e parágrafos da Instrução Normativa nº 5/2017:

Art. 7º Nos termos da legislação, serão objeto de execução indireta as atividades previstas em Decreto que regulamenta a matéria.

§ 1º A Administração poderá contratar, mediante terceirização, as atividades dos cargos extintos ou em extinção, tais como os elencados na Lei nº 9.632, de 7 de maio de 1998.

§ 2º As funções elencadas nas contratações de prestação de serviços deverão observar a nomenclatura estabelecida na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), do Ministério do Trabalho, ou outra que vier a substituí-la.

2.3. A gestão administrativa da SFA/MS tem a responsabilidade de viabilizar a infraestrutura e o abastecimento, garantindo condições adequadas de trabalho e assegurando plenas condições para a realização de todas as ações institucionais. A contratação em tela é de natureza continuada e extremamente necessária à conservação do patrimônio público e ao bom andamento das atividades públicas desenvolvidas pela SFA/MS e a sua interrupção pode comprometer a saúde de pessoas.

2.4. A contratação dos serviços de limpeza visa estabelecer condições adequadas de asseio, conservação, salubridade e higiene nos ambientes. Destaca-se que no quadro da SFA/MS não há pessoal qualificado para realizar os serviços de limpeza e conservação de seus múltiplos espaços o que impede o aproveitamento do quadro de pessoal existente para o desempenho das atividades do objeto da contratação, portanto esse serviço deve ser terceirizado.

2.5. A contratação dos serviços de jardinagem tem o fim de permitir que as áreas verdes de jardins sejam devidamente mantidas e conservadas. Cabe ressaltar ainda que a SFA/MS não possui mão de obra especializada no serviço de jardinagem e necessita de profissional experiente para cuidar das plantas e jardins existentes, ainda assim a tentativa de colocar mão de obra não especializada pode acarretar na perda das plantas e impacto ambiental, o gasto com a empresa especializada reduz um possível prejuízo futuro para a União.

2.6. Por todo o exposto, constata-se que os serviços a serem contratados nesta licitação são de extrema necessidade para a perfeita manutenção do órgão, bem como promover a conservação dos bens móveis e imóveis, cujas paralisações podem ocasionar transtornos ao bom andamento das atividades da Superintendência e, por sua importância, tratam-se de serviços continuados, para que não causem prejuízos para a Administração Pública e a sociedade atendida pelos serviços ofertados.

2.7. A deflagração do novo processo licitatório também se dá em razão do fim da vigência do contrato atual desta Superintendência em 21/01/2025, prazo improrrogável conforme processo nº 21026.000091/2019-83 que tem como objeto os serviços que se pretende contratar.

2.8. A contratação será efetuada mediante certame licitatório de ampla concorrência, na modalidade pregão eletrônico visando à contratação de empresa especializada na prestação de serviço contínuo com dedicação exclusiva de mão de obra de limpeza, asseio e conservação predial, com fornecimento de materiais/insumos sob demanda, para a SFA/MS e unidades descentralizadas.

2.9. Para a execução dos serviços, a Administração não disponibilizará ferramental, veículos para locomoção das equipes ou transporte de materiais, equipamentos de segurança, uniformes, insumos ou bens necessários à execução do contrato. A Contratada deverá incluir a previsão dos custos nas Planilhas de Custo e Formação de Preços.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Divisão de Aquisições e Logística - DIAL-MS	MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA
Unidade Técnica Regional de Agricultura - UTRA DOURADOS-MS	YARA REGINA MACHADO BUENO
Setor de Vigilância Agropecuária Internacional do Arco Centro-Oeste 2 - SVA-CO2	NILO SILVA DO NASCIMENTO

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. Conforme o artigo 3º do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, trata-se de serviço comum de serviços de limpeza e jardinagem cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pela administração pública, mediante especificações usuais de mercado.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, constituindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.

4.3. Os serviços solicitados caracterizam-se por serviços contínuos com dedicação exclusiva de mão de obra, cuja execução necessita da disposição permanente do trabalhador da empresa terceirizada conforme art. 15 da IN nº 5/2017:

Art. 15. Os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4.4. Os serviços serão contratados estabelecendo-se uma estimativa do custo por posto de trabalho, observadas a peculiaridade, a produtividade, a periodicidade e a frequência de cada tipo de serviço e das condições do local objeto da contratação.

4.5. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.6. Objetiva-se a contratação de empresa para fornecimento de mão de obra contínua com dedicação exclusiva e adicionalmente responsável por equipamentos e uniformes.

4.7. A Contratada será responsável pelo fornecimento de materiais/insumos, conforme demanda por parte da Contratante. Portanto, para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário.

4.8. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, de segunda a sexta-feira, em horários compreendidos a serem definidos posteriormente.

4.9. O pagamento da insalubridade e/ou periculosidade está condicionado ao Laudo Pericial Técnico já providenciado por esta SFA/MS no processo 21026.004975/2023-93.

4.10. O enquadramento das categorias profissionais que serão empregadas no serviço objetivado dentro da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) é o seguinte:

SFA-MS - Campo Grande/MS

Item 1 - Posto: Servente de Limpeza - CBO: 5143-20

Item 2 - Posto: Limpador de Vidros - CBO: 5143-05

Item 3 - Posto: Jardineiro - CBO: 6220-10

UTRA Dourados/MS

Item 4 - Posto: Servente de Limpeza - CBO: 5143-20

VIGIAGRO Ponta Porã/MS

Item 5 - Posto: Servente de Limpeza - CBO: 5143-20

4.11. A licitante deve possuir comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado e de declaração de contratos firmados.

4.12. A licitante deve apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação dos serviços.

4.13. A contratação tem como base a Instrução Normativa nº 5 de 26 de maio de 2017 acessível em: <https://www.gov.br/compras/pt-br/aceso-a-informacao/legislacao/instrucoes-normativas/instrucao-normativa-no-5-de-26-de-maio-de-2017-atualizada>

4.14. Os critérios de sustentabilidade a serem observados na contratação e durante sua execução são aqueles definidos no Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010. E devem ser respeitados pela contratada em caráter de obrigação, são os seguintes:

- I – usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
- II – adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;
- III – observar a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- IV – fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- V – realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;
- VI - realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;
- VII – respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- VIII – prever a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999; e,
- IX – atender ao normativo que trata de atividades com diferença de nível acima de 2,0m (dois metros) do nível inferior, onde haja risco de queda, com base especialmente na NR nº 35 - Trabalho em altura.
- X – a NR nº 35 exige que todos os trabalhadores e supervisores envolvidos em trabalho em altura recebam treinamento adequado com carga horária mínima de 8 horas no treinamento inicial com reciclagem a cada 2 anos ou sempre que houver mudança nos procedimentos ou equipamentos utilizados. O conteúdo do treinamento deverá conter: (i) Normas e regulamentos aplicáveis ao trabalho em altura; (ii) Análise de riscos e condições impeditivas; (iii) Medidas de prevenção e controle de riscos; (iv) Uso correto dos EPIs e EPCs; e (v) Procedimentos de emergência e resgate.

4.15. O prazo de vigência da contratação é de 24 (vinte e quatro) meses contados a partir da data estabelecida para início dos serviços, prorrogável por iguais e sucessivos períodos, a critério do Contratante, por até 10(dez) anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.16. Não há a necessidade da Contratada promover a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Com base nos requisitos definidos, foi realizado levantamento para identificar quais soluções existentes no mercado atendam aos requisitos estabelecidos, de modo a alcançar os resultados pretendidos e atender à necessidade da contratação, com os respectivos preços estimados, levando-se em conta aspectos de economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

5.2. Análise das alternativas existentes:

5.2.1. Considerando que os serviços serão prestados durante 12 meses/ano e 5 dias/semana, faz-se necessária a dedicação exclusiva de mão-de-obra. Isto posto, pode-se visualizar três soluções para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, com dedicação exclusiva de mão-de-obra:

- a) Contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas: Os insumos são fornecidos em quantidades e periodicidades preestabelecidas. Esta metodologia é utilizada pelo campus no contrato atual e por vários órgãos.
- b) Contratação de serviços com fornecimento de insumos sob demanda: Nesta metodologia, os insumos serão fornecidos à medida e na quantidade que a Administração necessitar. Esta flexibilidade possibilita o atendimento da demanda por insumos necessários aos serviços em condições normais ou atípicas, como por exemplo durante o recesso ou suspensão das atividades presenciais.
- c) Contratação de serviços sem fornecimento de insumos: Esta metodologia implica na realização de outras licitações para a aquisição dos insumos necessários para a prestação dos serviços. Tal característica pode ocasionar a paralisação dos serviços por falta de insumos (em virtude de cancelamento de itens durante o pregão, atraso na entrega etc.) e requer um maior esforço de coordenação por envolver uma empresa prestadora de serviços e vários fornecedores de insumos.

5.3. Justificativa da solução escolhida:

5.3.1. A solução escolhida é a contratação de serviços com fornecimento de insumos nas quantidades e periodicidades preestabelecidas. Entende-se que esta solução possibilita maior controle para a Administração, uma vez que prevê que os insumos serão fornecidos na periodicidade e quantidades preestabelecidas, considerando ainda que a administração fixará quantidades em períodos de recesso ou de suspensão das atividades, através de uma redução proporcional dos insumos mensais a ser definida no termo de referência. Por fim, entende-se que esta solução permite um maior controle dos gastos com insumos relativos ao contrato.

5.4. Tendo em vista que a contratação dos serviços de limpeza é rotineira e comum na administração pública, e que tal objeto não possui elevada complexidade técnica, entendeu-se não ser necessária a realização de audiência pública a fim de definir a solução mais adequada visando preservar a relação custo-benefício.

6. Descrição da solução como um todo

6.1. A solução proposta consiste na prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação de áreas internas e externas, de execução indireta, de forma continuada e com o emprego de mão de obra exclusiva, com o fornecimento de todos os materiais de consumo, insumos e equipamentos necessários e adequados à execução dos serviços, para assegurar a continuidade do atendimento dos serviços de higienização e limpeza das dependências das unidades administrativas e acadêmicas vinculadas à SFA/MS.

6.2. Os serviços serão executados conforme discriminado abaixo.

6.2.1. Para os serviços de limpeza, asseio e conservação da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS, serão de responsabilidade a limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- a. Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas;
- b. Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino;
- c. Coleta de lixo diário, nas demais dependências, nos últimos horários da manhã e da tarde;
- d. Limpeza profunda nos pisos, de forma a retomar a cor original, sempre que for necessário;
- e. Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc. com passagem de aspirador de pó;
- f. Limpeza diária nas mesas, arquivos, armários e demais equipamentos, com passagem de espanador para a retirada do pó;
- g. Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, piaas, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas;
- h. Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e/ou metal;

i. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das dependências das instalações da sede desta SFA/MS em Campo Grande/MS, conforme estimativa abaixo:

Lista de produtos (entrega mensal)	
Descrição	Quantidade
Álcool 70% etílico hidratado 5l	2
Aromatizador de Ambiente Lavanda 5l	2
Aromatizador de Ambientes Aerossol Lavanda	10
Detergente Alcalino Clorado 5l	6
Detergente Neutro Biodegradável 5l	6
Esponja de lã de aço	1
Esponja Multiuso	8
Multi-inseticida Aerossol	6
Saponáceo Limpador Geral Multiuso Cremoso Profissional 5l	1
Limpa Pedra 5l	2
Limpa Pisos Aromatizado Lavanda 5l	6
Lustra móveis Aromatizado Lavanda 200ml	5
Luva de látex e Neoprene tamanho M	10
Multiuso de Limpeza Geral 5l	2
Pano De Chão Alvejado Padrão 100Gr 41X68	10
Flanela Grande Branca 28X58	10
Papel Higiênico Folha Dupla Bobina 200m	20
Papel toalha 100% Celulose Bobina 200m	20
Refil álcool em gel para saboneteiras 800ml	3
Sabão em barra pacote 5 unidades	2
Sabonete líquido para mãos 5l	6
Saco de lixo (20 litros) pacote 100 unidades	2
Saco de lixo (40 litros) pacote 100 unidades	2
Saco de lixo (60 litros) pacote 100 unidades	2
Saco de lixo reforçado (100 litros) pacote 100 unidades	6
Lista de materiais (entrega anual)	
Descrição	Quantidade
Balde Reforçado 30l Alça de ferro	12
Dispenser Papel higiênico Bobina	10
Dispenser Papel Toalha Bobina	11
Escova sanitária	6
Lixeira com tampa 100l	1
Pá de lixo plástica com cabo alto	7
Pano de prato atalhado	10
Frasco Pet Cristal 1L com Tampa	20
Frasco Pet Cristal 200ml com Tampa	10
Pulverizador Borrifador Spray Profissional	7
Vassoura multiuso cerdas médias com cabo	6
Vassourão gari piaçava 40cm com cabo	2
Refil de borracha para rodo de alumínio 50cm	6
Rodos de alumínio 50cm	6
Lista de equipamentos (fornecidos na necessidade do serviço)	
Descrição	Quantidade

Lavadora Alta Pressão	1
Lavadora de Piso Industrial	1

6.2.2. Para os serviços de jardinagem da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS, serão de responsabilidade as rotinas como seguem:

- a. Regar, sempre que necessário, as plantas e jardins;
- b. Efetuar, sempre que necessário, a poda das plantas do jardim e pátio, bem como o corte da grama, incluindo recortes em passeios e canteiros;
- c. Efetuar a poda periódica, de 06 em 06 meses, de árvores do jardim e pátio; e,
- d. Limpeza geral diária dos jardins e gramados incluindo a retirada de folhas e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito;
- e. Corte e recolhimento de galhos condenados ou caídos;
- f. Erradicação das plantas invasoras;
- g. Replanteio; rastelagem e remoção dos restos vegetais, resultantes do corte
- h. Coleta e remoção de lixo;
- i. Reposição de terra;
- j. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de jardinagem das dependências das instalações da sede desta SFA/MS em Campo Grande/MS, conforme estimativa abaixo:

Lista de produtos (mensal)	
Descrição	Quantidade
Saco de lixo reforçado (100 litros) pacote 100 unidades	6
Lista de materiais (anual)	
Descrição	Quantidade
Balde Reforçado 30l Alça de ferro	2
Lixeira com tampa 100l	1
Pá de lixo plástica com cabo alto	7
Vassourão gari piaçava 40cm com cabo	2
Lista de equipamentos fornecidos na necessidade do serviço	
Descrição	Quantidade
Rastelo plástico 24 dentes	1
Soprador de Folhas à gasolina	1
Roçadeira à gasolina	1
Máquina de poda à gasolina	1
Aparador de cerca viva	1
Mangueira de jardim (50m)	1
Tesoura de jardinagem	1
Regador de jardim (10 litros)	1

6.2.3. Para os serviços de limpeza, asseio e conservação da Unidade Técnica Regional de Agricultura – UTRA em Dourados/MS, serão de responsabilidade a limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- a. Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;
- b. Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino;
- c. Coleta de lixo diário, nas demais dependências, nos últimos horários da manhã e da tarde;
- d. Limpeza profunda nos pisos, de forma a retomar a cor original, sempre que for necessário;
- e. Passagem de enceradeira elétrica nos pisos (em madeira) para conservação do brilho, sempre que for necessário;
- f. Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc. com passagem de aspirador de pó;
- g. Limpeza diária nas mesas, arquivos, armários e demais equipamentos, com passagem de espanador para a retirada do pó;
- h. Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pia, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas;
- i. Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e/ou metal;
- j. Regar, sempre que necessário, as plantas e jardins;
- k. Efetuar, sempre que necessário, a poda das plantas do jardim e pátio, bem como o corte da grama;

1. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das dependências das instalações da UTRA de Dourados/MS, conforme estimativa abaixo:

Lista de produtos (entrega mensal)	
Descrição	Quantidade
Álcool 70% etílico hidratado 5l	2
Aromatizador de Ambiente Lavanda 5l	2
Aromatizador de Ambientes Aerossol Lavanda	6
Detergente Alcalino Clorado 5l	2
Detergente Neutro Biodegradável 5l	2
Esponja de lã de aço	3
Esponja Multiuso	6
Multi-inseticida Aerossol	3
Sabão em pó 1,6 Kg	3
Saponáceo Limpador Geral Multiuso Cremoso Profissional 5l	4
Limpa Pisos Aromatizado Lavanda 5l	1
Lustra móveis Aromatizado Lavanda 200ml	4
Luva de látex e Neoprene tamanho M	4
Multiuso de Limpeza Geral 5l	2
Pano De Chão Alvejado Padrão 100Gr 41X68	5
Flanela Grande Branca 28X58	6
Papel Higiênico Folha Dupla Bobina 200m	2
Papel toalha 100% Celulose Bobina 200m	2
Refil álcool em gel para saboneteiras 800ml	5
Sabão em barra pacote 5 unidades	1
Sabonete líquido para mãos 5l	1
Saco de lixo (40 litros) pacote 100 unidades	1
Saco de lixo (60 litros) pacote 100 unidades	1
Saco de lixo reforçado (100 litros) pacote 100 unidades	1
Lista de materiais (entrega anual)	
Descrição	Quantidade
Balde Reforçado 30l Alça de ferro	2
Dispenser Papel higiênico Bobina	5
Escova sanitária	3
Lixeira com tampa 100l	1
Pá de lixo plástica com cabo alto	1
Pano de prato atalhado	1
Frasco Pet Cristal 1L com Tampa	3
Pulverizador Borrifador Spray Profissional	3
Vassoura multiuso cerdas médias com cabo	3
Refil de borracha para rodo de alumínio 50cm	1
Rodos de alumínio 50cm	1

6.2.4. Para os serviços de limpeza, asseio e conservação da Unidade de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO de Ponta Porã /MS, serão de responsabilidade a limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas;
- Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino;
- Coleta de lixo diário, nas demais dependências, nos últimos horários da manhã e da tarde;
- Limpeza profunda nos pisos, de forma a retomar a cor original, sempre que for necessário;

- e. Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc. com passagem de aspirador de pó;
- f. Limpeza diária nas mesas, arquivos, armários e demais equipamentos, com passagem de espanador para a retirada do pó;
- g. Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas;
- h. Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e/ou metal;
- i. Fornecimento de equipamentos e materiais (insumos) com qualidade, de primeira linha, necessários para uma boa execução e manutenção dos serviços de limpeza, asseio e conservação das dependências das instalações da VIGIAGRO de Ponta Porã/MS, conforme estimativa abaixo:

Lista de produtos (entrega mensal)	
Descrição	Quantidade
Álcool 70% etílico hidratado 5l	1
Aromatizador de Ambiente Lavanda 5l	1
Aromatizador de Ambientes Aerossol Lavanda	1
Detergente Neutro Biodegradável 5l	1
Esponja de lã de aço	1
Esponja Multiuso	1
Saponáceo Limpador Geral Multiuso Cremoso Profissional 5l	1
Limpa Pisos Aromatizado Lavanda 5l	1
Lustra móveis Aromatizado Lavanda 200ml	1
Luva de látex e Neoprene tamanho M	1
Multiuso de Limpeza Geral 5l	1
Pano De Chão Alvejado Padrão 100Gr 41X68	2
Flanela Grande Branca 28X58	1
Sabão em barra pacote 5 unidades	1
Saco de lixo (60 litros) pacote 100 unidades	1
Lista de materiais (entrega anual)	
Descrição	Quantidade
Balde Reforçado 30l Alça de ferro	1
Lixeira com tampa 100l	1
Pá de lixo plástica com cabo alto	1
Frasco Pet Cristal 1L com Tampa	1
Frasco Pet Cristal 200ml com Tampa	1
Pulverizador Borrifador Spray Profissional	1
Vassoura multiuso cerdas médias com cabo	1
Refil de borracha para rodo de alumínio 50cm	2
Rodos de alumínio 50cm	1

6.2.5. Para os serviços do Limpador de Vidros em Campo Grande/MS, serão de responsabilidade o suporte à limpeza das áreas interna e externa, como segue:

- a. Limpeza semanal das calhas dos telhados com remoção das folhas e demais detritos;
- b. Limpeza mensal das janelas do andar superior do edifício sede;
- c. Limpeza geral diária dos pátios incluindo a retirada de folhas e galhos secos, de ervas arrancadas nas capinações e qualquer outro tipo de detrito dando suporte aos serviços de jardinagem;
- d. Limpeza geral diária das áreas externas, inclusive as calçadas dando suporte à equipe contratada; e,
- e. Limpeza geral diária das áreas internas, inclusive os banheiros dando suporte à equipe contratada.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades de postos a serem contratadas foram obtidas a partir da demanda da SFA/MS e unidades descentralizadas, tomando como base as suas respectivas áreas e as produtividades a serem adotadas, conforme demonstrado no Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar.

7.2. A Portaria nº 21.262, de 23 de setembro de 2020, dispõe sobre os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços nas contratações de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, em condições ditas ordinárias, ou seja, aquelas que atendam às condições mais básicas existentes, conforme dispõe o art. 5º:

Art. 5º Os procedimentos referenciais para a composição da planilha de custos e formação de preços que serão estabelecidos nos Cadernos de Logística considerarão apenas as condições ordinárias de contratação, não incluindo necessidades excepcionais na execução do serviço que venham a representar custos adicionais para contratação.

7.3. Sobre o assunto, a referida Portaria estabeleceu no art. 4º os seguintes parâmetros para os serviços de limpeza e conservação, executados de forma contínua ou não, em edifícios públicos:

- I - áreas internas com produtividade de 800 a 1200 m² (oitocentos a mil e duzentos metros quadrados);*
- II - áreas externas com produtividade de 1800 a 2.700 m² (mil e oitocentos a dois mil e setecentos metros quadrados);*
- III - esquadrias externas com produtividade de 300 a 380 m² (trezentos a trezentos e oitenta metros quadrados); e*
- IV - fachadas envidraçadas com produtividade de 130 a 160 m² (cento e trinta a cento e sessenta metros quadrados).*

7.4. Frisa-se que a Instrução Normativa nº 5/2017 definiu no Anexo VI-B os seguintes índices de produtividade:

3. Nas condições usuais serão adotados índices de produtividade por servente em jornada de oito horas diárias, de acordo com os seguintes parâmetros:

3.1. Áreas Internas:

- a) Pisos acarpetados: 800 m² a 1200 m²;*
- b) Pisos frios: 800 m² a 1200 m²;*
- c) Laboratórios: 360 m² a 450 m²;*
- d) Almoxxarifados/galpões: 1500 m² a 2500 m²;*
- e) Oficinas: 1200 m² a 1800 m²;*
- f) Áreas com espaços livres - saguão, hall e salão: 1000 m² a 1500 m²; e*
- g) Banheiros: 200 m² a 300 m².*

3.2. Áreas Externas:

- a) Pisos pavimentados adjacentes/contíguos às edificações: 1800 m² a 2700 m²;*
- b) Varrição de passeios e arruamentos: 6000 m² a 9000 m²;*
- c) Pátios e áreas verdes com alta frequência: 1800 m² a 2700 m²;*
- d) Pátios e áreas verdes com média frequência: 1800 m² a 2700 m²;*
- e) Pátios e áreas verdes com baixa frequência: 1800 m² a 2700 m²; e*
- f) coleta de detritos em pátios e áreas verdes com frequência diária: 100.000 m².*

3.3. Esquadrias Externas:

- a) face externa com exposição a situação de risco: 130 m² a 160 m²;*
- b) face externa sem exposição a situação de risco: 300 m² a 380 m²; e*
- c) face interna: 300 m² a 380 m².*

3.4. Fachadas Envidraçadas: 130 m² a 160 m², observada a periodicidade prevista no Projeto Básico; e

3.5. Áreas Hospitalares e assemelhadas: 360 m² a 450 m².

(...)

8. As produtividades de referência previstas no item 3 poderão ser alteradas por meio de Portaria da Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

7.4. Pontua-se que nas unidades de UTRA Dourados/MS e do Vigiagro em Ponta Porã, apresentam área física a ser contratada menor que a estabelecida para a produtividade mínima, portanto aplica-se o item 9 do Anexo VI-B da referida Instrução:

9. Nos casos em que a área física a ser contratada for menor que a estabelecida para a produtividade mínima de referência estabelecida neste anexo, esta poderá ser considerada para efeito da contratação.

7.5. Assim, segue, conforme os dados e a experiência da equipe de fiscalização e gestão do da contratação atual, bem cálculos do Anexo I deste Estudo Técnico Preliminar, a estimativa de postos a serem contratados por item relativo à terceirização de mão de obra para os serviços de limpeza, asseio e conservação:

--	--	--	--

Item	Descrição / Especificação	Quantidade de postos	CBO
1	Serviços de limpeza, asseio e conservação da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS	5 (cinco)	5143-20
2	Serviços de limpeza, asseio e conservação com trabalho em altura da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS	1 (um)	5143-05
3	Serviços de jardinagem da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS - Jardineiro	1 (um)	6220-10
4	Serviços de limpeza, asseio e conservação da Unidade Técnica Regional de Agricultura – UTRA em Dourados/MS	1 (um)	5143-20
5	Serviços de limpeza, asseio e conservação da Unidade de Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO de Ponta Porã/MS	1 (um)	5143-20

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 719.928,60

8.1. O valor informado neste ETP refere-se ao valor mínimo estimado para uma contratação durante 12 meses.

8.2. Estimativas de preços por postos foram obtidas a partir da pesquisa em aquisições governamentais, bem como do preenchimento das planilhas de custos e formação de preços e de complemento dos serviços de limpeza e conservação, com base em dados da convenção coletiva de trabalho utilizada e em percentuais relativos a tributos, contribuições, encargos trabalhistas e outros.

8.3. Estimativas dos preços dos uniforme e EPIs a serem fornecidos foram obtidas através de uma pesquisa em aquisições governamentais.

8.4. Os postos serão agrupados frisando que, conforme a IN nº 5/2017, os órgãos e entidades deverão utilizar as experiências e os parâmetros aferidos e resultantes de seus contratos anteriores para definir as produtividades da mão de obra, em face das características das áreas a serem limpas, buscando sempre fatores econômicos favoráveis à Administração Pública.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A opção pelo agrupamento, se faz necessária pela conveniência e economia na gestão, interrelação entre os serviços, gerenciamento e controle na execução dos serviços. O procedimento efetuado por meio de grupo único acarretará uma maior racionalização quanto ao número de contratos que poderão advir do processo licitatório, evitando que suas gestões e fiscalizações demandem elevado número de servidores, fato que, por si só, representaria falta de economicidade, no momento em que haveria necessidade de grande disponibilização do tempo laboral dos referidos servidores, fato que representa maiores gastos para a Administração, especialmente diante de um quadro de notória carência de agentes da Administração Pública para a execução de atividades administrativas.

9.2. A disputa por grupo único evita ainda que os licitantes que vençam apenas um item (na licitação por itens) demonstrem desinteresse no atendimento a postos localizados no interior, e desistam do item, durante a sessão pública, mesmo tendo conhecimento das penalidades a serem impostas. Ou podem realizar uma execução contratual precária, visando à não aditativação da vigência contratual, por meio de demonstração de desinteresse quando da prorrogação do instrumento. Em qualquer caso, o prejuízo para a Administração será de sensível monta, pois uma nova licitação deverá ser concretizada, ficando o posto/delegacia sem atendimento dos serviços. A possibilidade do exposto é fato de razoável ocorrência em licitações públicas.

9.3. Haverá ainda um ganho na economia de escala, com relação ao fornecimento dos materiais e equipamentos. Como exemplo, pode-se citar a aquisição de uniformes, EPIs, materiais de limpeza e equipamentos. As quantidades a serem adquiridas pela licitante vencedora do lote único serão muito maiores, condição propiciadora de obtenção dos insumos a valores menores. Com isso, poderá ocorrer economia no valor final de cada posto, refletindo, tal fato, no valor final da contratação.

9.4. Assim, justifica-se o agrupamento da solução, conforme tabela abaixo:

Item	Descrição / Especificação	Quantidade de postos	Endereço
1	Serviços de limpeza, asseio e conservação da sede da SFA/MS - Servente de limpeza	5 (cinco)	Rua Dom Aquino 2696, Centro, Campo Grande/MS
2	Serviços de limpeza, asseio e conservação com trabalho em altura da sede da SFA/MS em Campo Grande/MS	1 (um)	Rua Dom Aquino 2696, Centro, Campo Grande/MS
3	Serviços de jardinagem da sede da SFA/MS - Jardineiro	1 (um)	Rua Dom Aquino 2696, Centro, Campo Grande/MS
4	Serviços de limpeza, asseio e conservação da UTRA em Dourados/MS	1 (um)	Rua Melvin Jones, 1084, Vila Progresso, Dourados/MS
5	Serviços de limpeza, asseio e conservação da VIGIAGRO de Ponta Porã/MS	1 (um)	Avenida Internacional, 860, Centro, Ponta Porã/MS

9.3. Logo, com base nos cálculos por posto de serviço e as estimativas de preço, assim como considerando um posto de servente de limpeza as áreas ajustadas nas unidades de UTRA Dourados/MS e do Vigiagro em Ponta Porã em conformidade com o item 9 do Anexo VI-B da Instrução supracitada, segue a tabela com valores por item:

Grupo	Item	CATSER	Quantidade	Unidade	Valor Posto /Mês	Valor Total (mês)	Valor Total (ano)
1	1 - Serventes de Limpeza - Sede SFA/MS	24023	5	POSTO /MÊS	R\$ 6.590,66	R\$ 32.953,30	R\$ 395.439,60
	2 - Limpador de Vidros - Sede SFA/MS	25194	1	OUTRAS UNIDADES	R\$ 6.814,25	R\$ 6.814,25	R\$ 81.771,00
	3 - Jardineiro - Sede SFA/MS	24325	1	OUTRAS UNIDADES	R\$ 7.250,31	R\$ 7.250,31	R\$ 87.003,72
	4 - Servente de Limpeza - UTRA Dourados/MS	24023	1	POSTO /MÊS	R\$ 6.467,58	R\$ 6.467,58	R\$ 77.610,96
	5 - Servente de Limpeza - VIGIAGRO Ponta Porã/MS	24023	1	POSTO /MÊS	R\$ 6.508,61	R\$ 6.508,61	R\$ 78.103,32
						R\$ 59.994,05	R\$ 719.928,60

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. No âmbito da SFA/MS, há contratação correlata dos serviços a serem contratados nesta licitação e sendo executadas no processo **21026.000091/2019-83**, porém o respectivo contrato encerrará em janeiro de 2025, não podendo ser prorrogado.

10.2. Também menciona-se o processo **21026.004975/2023-93** que contratou, por dispensa de licitação, serviços de segurança e medicina do trabalho, para Elaboração de Laudo Técnico de Avaliação da Insalubridade e Periculosidade, nos termos das Normas Regulamentadoras nº 15 e 16 do Ministério do Trabalho e Emprego. No referido processo foi possível identificar a exposição de condições insalubres, com implicação em adicionais indenizatórios para os postos: (i) Servente de Limpeza - Sede SFA/MS; (ii) Jardineiro - Sede SFA/MS; (iii) Servente de Limpeza - UTRA-Dourados/MS; e (iv) Servente de Limpeza -Unidade do VIGIAGRO Ponta Porã /MS.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. A prestação de serviços que se busca contratar visam à obtenção de adequadas condições de salubridade e higiene, com disponibilização de mão de obra, materiais e equipamentos que consistem na conservação dos ambientes e de superfícies fixas, de forma a promover a manter a salubridade e limpeza e manutenção das áreas em condições adequadas de funcionamento, assim como o atendimento ao público interno e externo, atendendo assim aos objetivos institucionais.

11.2. A contratação está alinhada com o Plano Anual de Contratações conforme o Documento de Formalização da Demanda nº 33 /2022 desta SFA/MS, UASG 130062.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1 Espera-se com esta nova contratação no mínimo os seguintes efeitos:

12.1.1. Atender aos preceitos legais vigentes;

12.1.2. Garantir uma boa execução contratual, como base nos princípios de eficiência e sustentabilidade;

12.1.3. Garantir o asseio, a limpeza e a conservação da SFA/MS, através do alcance dos objetivos mencionados deste Estudo Técnico Preliminar.

13. Providências a serem Adotadas

13.1. Especificamente para esta contratação, não há necessidade de adequação do ambiente da SFA/MS para a implantação dos serviços que são objeto deste Estudo Técnico Preliminar.

13.2. A contratante deverá assegurar-se que os servidores que atuarão como fiscais e gestores do contrato a ser celebrados possuem a capacitação mínima necessária e que tomaram conhecimento do teor dos documentos produzidos no planejamento da contratação.

13.3. A contratante deverá realizar reuniões, envolvendo os representantes da contratada e os fiscais e gestores de contrato, para tratar das condições mínimas exigidas para o início do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. Considerando os efeitos adversos ao meio ambiente, causados pelo setor industrial, as escolhas dos materiais e da gestão na produção, podem melhorar o nível de sustentabilidade no momento da contratação de empresas de serviços de limpeza. Portanto, as especificações socioambientais encontram-se de acordo com os manuais de boas práticas sustentáveis, para a contratação de serviços de limpeza, asseio e conservação, além da legislação vigente aplicada ao contexto.

14.2. Do mesmo modo, os possíveis impactos ambientais causados pela contratação devem ser minimizados pela adoção de critérios e práticas de sustentabilidade definidos no Art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010.

14.3. Para o tratamento dos impactos ambientais desta contratação, serão adotadas as recomendações contidas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis (6ª edição, revista, atualizada, ampliada - setembro/2023), elaborado pela CGU/AGU. Estas recomendações serão transcritas no item do Termo de Referência que trata sobre as obrigações da contratada.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Diante de toda a análise desenvolvida no presente estudo técnico preliminar, a contratação mostra-se viável em termos de disponibilidade de mercado, forma de prestação dos serviços, competitividade do mercado, não sendo possível observar óbices ao prosseguimento da presente contratação. Além disso, os serviços, objeto do presente instrumento, são essenciais para o bom

funcionamento das unidades a serem contempladas, sendo impraticável ficar sem contrato vigente para tal finalidade. Ao final da elaboração do presente instrumento, avaliamos não haver a necessidade de classificá-los nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria SFA-MS nº 75, de 19 de agosto de 2024.

PEDRO BATELLI DE OLIVEIRA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/08/2024 às 15:20:34.

Despacho: Portaria SFA-MS nº 75, de 19 de agosto de 2024.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/08/2024 às 15:33:32.

Despacho: Portaria SFA-MS nº 75, de 19 de agosto de 2024.

SILVIO GOMES RIBAS

Membro da comissão de contratação



Assinou eletronicamente em 27/08/2024 às 17:12:56.

Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I - Tabela de Cálculo de Postos Segundo IN 5 de 2017.pdf.pdf (103.51 KB)
- Anexo II - Anexo II - CCT 2024.pdf (195.48 KB)
- Anexo III - Anexo IIIa - Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul. P Porã Servente Limpeza.pdf (508.89 KB)
- Anexo IV - Anexo IIIb -Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul. UTRA Servente Limpeza.pdf (508.93 KB)
- Anexo V - Anexo IIIc -Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul. SEDE Servente Limpeza.pdf (499.48 KB)
- Anexo VI - Anexo IIId -Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul. SEDE Jardineiro.pdf (499.31 KB)

**Anexo I - Anexo I - Tabela de Cálculo de Postos Segundo IN
5 de 2017.pdf.pdf**

SEDE SFA/MS	MÃO DE OBRA	M²	FREQUENCIA	PRODUTIVIDADE MÍN (M²)	MAX POSTO/MÊS	PRODUTIVIDADE MAX (M²)	MÍN POSTO/MÊS
I - ÁREA INTERNA - PISOS FRIOS	SERVENTE	3037,66	DIÁRIA	800	3,7971	1200	2,5314
II - ÁREA INTERNA - BANHEIROS	SERVENTE	58,38	DIÁRIA	200	0,2919	300	0,1946
III - ÁREA INTERNA - ALMOXARIFADOS GALPÕES	SERVENTE	157,82	DIÁRIA	1500	0,1052	2500	0,0631
IV - ÁREA INTERNA - ÁREA COM ESPAÇOS LIVRES	SERVENTE	144,60	DIÁRIA	1000	0,1446	1500	0,0964
V - ÁREA EXTERNA - PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES	SERVENTE	2255,34	DIÁRIA	1800	1,2530	2700	0,8353
VI - ÁREA EXTERNA - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS	SERVENTE	1242,98	DIÁRIA	6000	0,2072	9000	0,1381
VII - ÁREA EXTERNA - PÁTIOS E ÁREAS VERDES	SERVENTE	1012,36	DIÁRIA	1800	0,5624	2700	0,3749
VIII - ESQUADRIAS - FACE EXTERNA SEM EXPOSIÇÃO DE RISCO	SERVENTE	290,00	QUINZENAL	300	0,0644	380	0,0509
IX - ESQUADRIAS - FACE INTERNA	SERVENTE	403,00	QUINZENAL	300	0,0896	380	0,0707
X- FACHADAS ENVIDRAÇADAS	SERVENTE	0,00	QUINZENAL	130	0,0000	160	0,0000
					6,515		4,355

UTRA DOURADOS/MS	MÃO DE OBRA	M²	FREQUENCIA	PRODUTIVIDADE MÍN (M²)	MAX POSTO/MÊS	PRODUTIVIDADE MAX (M²)	MÍN POSTO/MÊS
I - ÁREA INTERNA - PISOS FRIOS	SERVENTE	383,00	DIÁRIA	800	0,4788	1200	0,3192
II - ÁREA INTERNA - BANHEIROS	SERVENTE	31,50	DIÁRIA	200	0,1575	300	0,1050
III - ÁREA INTERNA - ALMOXARIFADOS GALPÕES	SERVENTE	4,20	DIÁRIA	1500	0,0028	2500	0,0017
IV - ÁREA INTERNA - ÁREA COM ESPAÇOS LIVRES	SERVENTE	118,86	DIÁRIA	1000	0,1189	1500	0,0792
V - ÁREA EXTERNA - PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES	SERVENTE	91,80	DIÁRIA	1800	0,0510	2700	0,0340
VI - ÁREA EXTERNA - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS	SERVENTE	39,00	DIÁRIA	6000	0,0065	9000	0,0043
VII - ÁREA EXTERNA - PÁTIOS E ÁREAS VERDES	SERVENTE	244,40	DIÁRIA	1800	0,1358	2700	0,0905
VIII - ESQUADRIAS - FACE EXTERNA SEM EXPOSIÇÃO DE RISCO	SERVENTE	30,00	QUINZENAL	300	0,0067	380	0,0053
IX - ESQUADRIAS - FACE INTERNA	SERVENTE	26,90	QUINZENAL	300	0,0060	380	0,0047
X- FACHADAS ENVIDRAÇADAS	SERVENTE	4,80	QUINZENAL	130	0,0025	160	0,0020
					0,966		0,646

VIGIAGRO PONTA PORÃ/MS	MÃO DE OBRA	M²	FREQUENCIA	PRODUTIVIDADE MÍN (M²)	MAX POSTO/MÊS	PRODUTIVIDADE MAX (M²)	MÍN POSTO/MÊS
I - ÁREA INTERNA - PISOS FRIOS	SERVENTE	60,00	DIÁRIA	800	0,0750	1200	0,0500
II - ÁREA INTERNA - BANHEIROS	SERVENTE	3,50	DIÁRIA	200	0,0175	300	0,0117
III - ÁREA INTERNA - ALMOXARIFADOS GALPÕES	SERVENTE	0,00	DIÁRIA	1500	0,0000	2500	0,0000
IV - ÁREA INTERNA - ÁREA COM ESPAÇOS LIVRES	SERVENTE	0,00	DIÁRIA	1000	0,0000	1500	0,0000
V - ÁREA EXTERNA - PISOS PAVIMENTADOS ADJACENTES/CONTÍGUOS ÀS EDIFICAÇÕES	SERVENTE	450,00	DIÁRIA	1800	0,2500	2700	0,1667
VI - ÁREA EXTERNA - VARRIÇÃO DE PASSEIOS E ARRUAMENTOS	SERVENTE	0,00	DIÁRIA	6000	0,0000	9000	0,0000
VII - ÁREA EXTERNA - PÁTIOS E ÁREAS VERDES	SERVENTE	0,00	DIÁRIA	1800	0,0000	2700	0,0000
VIII - ESQUADRIAS - FACE EXTERNA SEM EXPOSIÇÃO DE RISCO	SERVENTE	22,00	QUINZENAL	300	0,0049	380	0,0039
IX - ESQUADRIAS - FACE INTERNA	SERVENTE	22,00	QUINZENAL	300	0,0049	380	0,0039
X- FACHADAS ENVIDRAÇADAS	SERVENTE	0,00	QUINZENAL	130	0,0000	160	0,0000
					0,352		0,236

Anexo II - Anexo II - CCT 2024.pdf

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2024/2024

NÚMERO DE REGISTRO NO MTE: MS000089/2024
DATA DE REGISTRO NO MTE: 21/03/2024
NÚMERO DA SOLICITAÇÃO: MR071393/2023
NÚMERO DO PROCESSO: 10170.200226/2024-96
DATA DO PROTOCOLO: 18/03/2024

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE MS, CNPJ n. 33.089.590/0001-20, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). DANIEL DA SILVA AMADO FELICIO;
E

SIND TRABALHADORES EMPRESAS ASSEIO CONSERVACAO DE MS , CNPJ n. 33.194.366/0001-06, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). TON JEAN RAMALHO FERREIRA;
celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2024 a 31 de dezembro de 2024 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores nas Empresas de Asseio e Conservação**, com abrangência territorial em **Água Clara/MS, Alcínópolis/MS, Amambai/MS, Anastácio/MS, Anaurilândia/MS, Angélica/MS, Antônio João/MS, Aparecida do Taboado/MS, Aquidauana/MS, Aral Moreira/MS, Bandeirantes/MS, Bataguassu/MS, Batayporã/MS, Bela Vista/MS, Bodoquena/MS, Bonito/MS, Brasilândia/MS, Caarapó/MS, Camapuã/MS, Campo Grande/MS, Caracol/MS, Cassilândia/MS, Chapadão do Sul/MS, Corguinho/MS, Coronel Sapucaia/MS, Corumbá/MS, Costa Rica/MS, Coxim/MS, Deodápolis/MS, Dois Irmãos do Buriti/MS, Douradina/MS, Eldorado/MS, Fátima do Sul/MS, Figueirão/MS, Glória de Dourados/MS, Guia Lopes da Laguna/MS, Iguatemi/MS, Inocência/MS, Itaporã/MS, Itaquiraí/MS, Ivinhema/MS, Japorã/MS, Jaraguari/MS, Jardim/MS, Jateí/MS, Juti/MS, Ladário/MS, Laguna Carapã/MS, Maracaju/MS, Miranda/MS, Mundo Novo/MS, Naviraí/MS, Nioaque/MS, Nova Alvorada do Sul/MS, Nova Andradina/MS, Novo Horizonte do Sul/MS, Paranaíba/MS, Paranhos/MS, Pedro Gomes/MS, Ponta Porã/MS, Porto Murtinho/MS, Ribas do Rio Pardo/MS, Rio Brilhante/MS, Rio Negro/MS, Rio Verde de Mato Grosso/MS, Rochedo/MS, Santa Rita do Pardo/MS, São Gabriel do Oeste/MS, Selvíria/MS, Sete Quedas/MS, Sidrolândia/MS, Sonora/MS, Tacuru/MS, Taquarussu/MS, Terenos/MS, Três Lagoas/MS e Vicentina/MS.**

SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO
PISO SALARIAL

CLÁUSULA TERCEIRA - REAJUSTE SALARIAL

O piso salarial de todos os trabalhadores das categorias abrangidas por esta Convenção Coletiva a partir de 1º de janeiro de 2024 é de **R\$ 1.431,00 (Hum mil quatrocentos e trinta e um Reais)**reajustado em aproximadamente **8% (oito por cento)**em relação ao piso anterior, repondo as perdas salariais verificadas no período de **01/01/2023 a 31/12/2023**, já descontadas as antecipações salariais ocorridas no mesmo período.

Parágrafo Primeiro: será livre a negociação entre a empresa e o empregado que exerça função não prevista nesta convenção, cuja remuneração seja superior a R\$ 3.000,00 (Três mil reais), assegurado o estudo para a inclusão destas funções não previstas no quadro da cláusula *da função dos serventes de limpeza e das gratificações de funções específicas*, com respectiva gratificação específica.

Parágrafo Segundo: Acordam as partes signatárias que todos os direitos e obrigações previstos na presente CCT são resultado de anos de conquistas do segmento, em especial constituem conquistas sociais dos trabalhadores vinculados a esta base territorial, de modo que as partes se comprometem de forma irrevogável a não entabular quaisquer acordos coletivos e/ou judicialização de demandas que violem os direitos mínimos previstos na presente norma coletiva, reservando aos acordos coletivos tão somente condições mais benéficas àquelas aqui previstas, vedada qualquer medida que reduza ou suprima direitos garantidos pela presente CCT.

Parágrafo Terceiro: Nas jornadas em tempo parcial será obedecida a regra legal para cálculo do salário base, salvo quando a jornada exceder os limites legais, hipótese em que será assegurado o piso a que se refere o *caput* desta cláusula.

PAGAMENTO DE SALÁRIO – FORMAS E PRAZOS

CLÁUSULA QUARTA - PAGAMENTO DE SALÁRIOS

As empresas ficam obrigadas a efetuar o pagamento do salário mensal, de seus empregados, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao vencido.

Parágrafo primeiro: o pagamento das férias deverá ser efetuado até 02 (dois) dias antes do início de seu gozo; o pagamento do 13º (décimo terceiro) salário deverá ser efetuado no seguinte calendário: 1ª (primeira) parcela até dia 30 (trinta) de novembro do ano corrente e a 2ª (segunda) parcela até dia 20 (vinte) de dezembro do ano corrente.

Parágrafo segundo: o pagamento do salário após o 5º dia útil sujeita a empresa infratora ao pagamento de juros e correção monetária, na forma da lei, que será revertida em favor do empregado.

Parágrafo terceiro: os sábados serão considerados dias úteis para fins de obrigações e pagamento.

Parágrafo quarto: os prêmios, bônus, diárias de viagem, concessões espontâneas, benefícios, participações, metas, utilidades e auxílios concedidos ao empregado não serão considerados salário para todos os efeitos legais, não podendo ser adotados como base de cálculo para recolhimento dos encargos sociais, fundiários e demais verbas trabalhistas, tampouco serão considerados direito adquirido do empregado independentemente do prazo em que houverem sido pagos, podendo ser suprimidos, reduzidos ou aumentados a qualquer tempo pelo empregador, que os concederá ou suprimirá conforme as políticas remuneratórias internas estabelecidas por cada empresa.

GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS
GRATIFICAÇÃO DE FUNÇÃO

CLÁUSULA QUINTA - DAS GRATIFICAÇÕES ESPECÍFICAS DE FUNÇÕES

Fica convencionado que os trabalhadores vinculados às empresas de asseio e conservação que exercerem de forma habitual e preponderante as funções específicas abaixo, segundo as condições e valores ora reajustados em **4% (quatro por cento)** e que compõem o cálculo salarial para todos os efeitos legais, inclusive com reflexo nas demais verbas salariais, rescisórias, recolhimentos fundiários e previdenciários.

ITEM	FUNÇÃO	GRATIFICAÇÃO	PISO	TOTAL
1	Copeira e auxiliar de cozinha	R\$61,02	R\$1.431,00	R\$1.492,02
2	Auxiliar Operacional de Campo	R\$61,02	R\$1.431,00	R\$1.492,02
3	Auxiliar de Almoxarife	R\$61,02	R\$1.431,00	R\$1.492,02
4	Sepultador	R\$61,02	R\$1.431,00	R\$1.492,02
5	Operador de fotocopiadora e ajudante de armazém	R\$122,11	R\$1.431,00	R\$1.553,11
6	Maquieiro	R\$122,11	R\$1.431,00	R\$1.553,11

7	Auxiliar de Lavanderia	R\$122,11	R\$1.431,00	R\$1.553,11
8	Auxiliar de Jardinagem	R\$122,11	R\$1.431,00	R\$1.553,11
9	Limpador de Vidro	R\$122,11	R\$1.431,00	R\$1.553,11
10	Salva Vidas	R\$137,96	R\$1.431,00	R\$1.568,96
11	Garçom	R\$163,89	R\$1.431,00	R\$1.594,89
12	Lactarista	R\$183,27	R\$1.431,00	R\$1.614,27
13	Técnico em Biotério	R\$183,27	R\$1.431,00	R\$1.614,27
14	Piscineiro, Ascensorista e Auxiliar de Zelador	R\$183,27	R\$1.431,00	R\$1.614,27
15	Cozinheira(o)	R\$183,27	R\$1.431,00	R\$1.614,27
16	Almoxarife	R\$183,27	R\$1.431,00	R\$1.614,27
17	Vigia, Porteiro, operador de Estacionamento	R\$200,53	R\$1.431,00	R\$1.631,53
18	Operador de CFTV	R\$305,40	R\$1.431,00	R\$ 1.736,40
19	Jardineiro	R\$305,40	R\$1.431,00	R\$1.736,40
20	Operador de Fomalha	R\$ 436,18	R\$1.431,00	R\$ 1.867,18
21	Fiscal de Prevenção e Perdas	R\$ 454,54	R\$1.431,00	R\$ 1.885,54
22	Inspetor de Escola	R\$ 458,13	R\$1.431,00	R\$ 1.889,13
23	Zelador	R\$ 511,36	R\$1.431,00	R\$ 1.942,36
24	Atendente Comercial	R\$ 581,32	R\$1.431,00	R\$ 2.012,32
25	Mecânico	R\$ 610,88	R\$1.431,00	R\$ 2.041,88
26	Pedreiro, Eletricista, Encanador, Carpinteiro, Pintor, Oficial de Manutenção e Brigadista	R\$ 610,88	R\$1.431,00	R\$ 2.041,88
27	Bombeiro Civil	R\$ 634,54	R\$1.431,00	R\$ 2.065,54
28	Operador de Empilhadeira	R\$ 636,63	R\$1.431,00	R\$ 2.067,63
29	Tratorista	R\$ 671,46	R\$1.431,00	R\$ 2.102,46
30	Motorista que utilize exclusivamente veículo que exija CNH de categorias B e C	R\$ 671,98	R\$1.431,00	R\$ 2.102,98
31	Auxiliar técnico comercial (nível I)	R\$ 753,37	R\$1.431,00	R\$ 2.184,37
32	Motorista que utilize exclusivamente veículo que exija CNH de categorias D e E	R\$ 772,77	R\$1.431,00	R\$ 2.203,77
33	Agente de arrecadação	R\$ 839,21	R\$1.431,00	R\$ 2.270,21
34	Técnico em Ar Condicionado	R\$ 858,24	R\$1.431,00	R\$ 2.289,24
35	Assistente de Projeto	R\$881,13	R\$1.431,00	R\$ 2.312,13
Os encarregados de asseio e conservação farão jus a uma gratificação				
mensal proporcional ao número de empregados sob sua responsabilidade				
nos termos que segue:				
A)	Até 5 empregados	R\$ 87,27	R\$1.431,00	R\$ 1.518,27
B)	De 6 a 20 empregados	R\$ 183,27	R\$1.431,00	R\$ 1.614,27
C)	De 21 até 40 empregados	R\$ 305,40	R\$1.431,00	R\$ 1.736,40
D)	Acima de 40 empregados	R\$ 427,61	R\$1.431,00	R\$ 1.858,61

Parágrafo Primeiro: os trabalhadores que exercerem às funções de agente de asseio de conservação, ajudante de limpeza, auxiliar de serviços gerais, faxineiro, limpador, servente de limpeza, serviços gerais, **agente de higienização de banheiros** e demais funções equiparadas ou equiparáveis não farão jus ao recebimento de gratificação de função.

Parágrafo Segundo: Aos trabalhadores que exercem atividades em jornada em tempo parcial as gratificações previstas nesta cláusula serão calculadas proporcionalmente.

Parágrafo Terceiro: O exercício de diferentes atividades, inerentes a sua função, não implica em acúmulo ou desvio de função, porquanto compatível com sua condição pessoal, na forma do artigo 611-A, V da CLT.

OUTRAS GRATIFICAÇÕES

CLÁUSULA SEXTA - DAS GRATIFICAÇÕES PARA FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE GESTÃO

As funções que exerçam atividade administrativa no empregador ou em contrato de prestação de serviço serão previstas em cláusula própria, conforme quadro abaixo, e terão a gratificação por função majorada em **4% (quatro por cento)** que compõe o cálculo salarial para todos os efeitos legais, inclusive com reflexo nas demais verbas salariais, rescisórias, recolhimentos fundiários e previdenciários.

ITEM	FUNÇÕES	GRATIFICAÇÃO	PISO	TOTAL
1	Recepcionista	R\$122,11	R\$1.431,00	R\$1.553,11
2	Auxiliar de Escritório, Contínuo/mensageiro	R\$183,27	R\$1.431,00	R\$1.614,27
3	Auxiliar Administrativo (Nível I)	R\$240,53	R\$1.431,00	R\$1.671,53
4	Secretária	R\$305,40	R\$1.431,00	R\$1.736,40
5	Auxiliar de Departamento Pessoal	R\$305,40	R\$1.431,00	R\$1.736,40
6	Telefonista, Digitador e Auxiliar, Técnico em informática	R\$427,61	R\$1.431,00	R\$1.858,61
7	Recepcionista Bilingue	R\$416,00	R\$1.431,00	R\$1.847,00

8	Supervisor Setorial	R\$458,11	R\$1.431,00	R\$1.889,11
9	Auxiliar Administrativo (Nível II)	R\$556,67	R\$1.431,00	R\$1.987,67
10	Auxiliar Administrativo (Nível III)	R\$803,32	R\$1.431,00	R\$2.234,32
11	Supervisor Operacional I	R\$565,76	R\$1.431,00	R\$1.996,76
12	Supervisor Operacional II	R\$916,31	R\$1.431,00	R\$2.347,31
13	Secretária de nível superior	R\$1.051,06	R\$1.431,00	R\$2.482,06
14	Encarregado de departamento no setor administrativo	R\$1.103,47	R\$1.431,00	R\$2.534,47
15	Gestor de RH com curso superior	R\$1.491,35	R\$1.431,00	R\$2.922,35

Parágrafo Primeiro: Nos termos do art. 62, II da CLT, serão *cargos de confiança* as funções de *supervisor setorial* e *supervisor operacional I / supervisor operacional II*, tendo direito a gratificação por cargo de confiança no importe de 40% (quarenta por cento) do salário efetivo, considerado o piso salarial previsto na *cláusula reajuste salarial* desta CCT acrescido da gratificação prevista nesta cláusula, somente enquanto o empregado estiver no respectivo cargo, nos termos do artigo 468 da CLT.

Parágrafo Segundo: Aos trabalhadores que exercem atividades em jornada em tempo parcial às gratificações previstas nesta cláusula serão calculadas proporcionalmente.

ADICIONAL DE HORA-EXTRA

CLÁUSULA SÉTIMA - HORAS EXTRAS

A duração diária do trabalho poderá ser acrescida de horas extras, em números não excedentes à duas horas, sendo a hora extra remunerada com adicional de 50% (cinquenta por cento), refletindo inclusive sobre o descanso semanal remunerado (DSR).

Parágrafo Primeiro: O cálculo do valor da hora normal dar-se-á pelo quociente da divisão do salário mensal (piso + gratificação) por 220 (duzentas e vinte) horas, quociente aplicável para todos os regimes de jornada, incluso 12x36.

Parágrafo Segundo: A participação em cursos de capacitação e aperfeiçoamento do colaborador, desde que aceita livremente pelo trabalhador, não será considerada horas extraordinárias.

ADICIONAL NOTURNO

CLÁUSULA OITAVA - ADICIONAL NOTURNO

Para o trabalho noturno, realizado das 22:00 horas de um dia até às 05:00 horas do dia seguinte, a duração de cada hora será de 60 minutos, calculada com o adicional no percentual de 25% (vinte cinco por cento).

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

CLÁUSULA NONA - ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

Aos empregados que exercem suas atividades em áreas insalubres será devido o pagamento do adicional de insalubridade calculado sobre o salário mínimo nacional de acordo com o percentual definido pelo grau apurado na classificação da atividade insalubre.

Parágrafo Primeiro: Nos termos do Art. 9º, §1º da Lei 13.429, de 31 de março de 2017, as partes estabelecem que a presença de agente insalubre, bem como o grau incidente serão determinados pelos seguintes documentos apresentados pelos tomadores de serviços das empresas abrangidas pelo presente instrumento, em contrapartida às atividades por elas desempenhadas: LTCAT – Laudo Técnico das Condições do Ambiente de Trabalho; LIP - Laudo de insalubridade e periculosidade; PGR programa de gerenciamento de riscos; Laudo Técnico de Avaliações e Condições de Insalubridade, elaborados de acordo com o que determina a Norma Regulamentadora 9, emitido por profissional habilitado em Segurança do Trabalho, na forma da lei, sendo vedada, entre outras, a utilização de Portarias, Resoluções, Instruções, Entendimentos e Súmulas para definição de atividades e graus de insalubridade.

Parágrafo Segundo - Fica pactuado o pagamento de 40% (quarenta por cento) do salário mínimo federal, para os empregados que forem contratados para a função de “AGENTE DE HIGIENIZAÇÃO DE BANHEIROS” com determinação expressa das atividades de limpeza ou higienização de instalações sanitárias (banheiros) de uso público ou coletivo de grande circulação e a respectiva coleta de lixo, tais como: hospitais, aeroportos, terminais rodoviários e ferroviários, estádios, arenas, casas de shows, shoppings, órgãos públicos e outros com as mesmas características, desde que desempenhem essas atividades em período integral de sua jornada diária, semanal ou mensal, exclusivamente e permanentemente, por não se equiparar a limpeza de residências e escritórios

Parágrafo Terceiro - As partes ajustam que os adicionais de insalubridade e periculosidade não são cumulativos e, quando as condições de labor forem insalubres e perigosas simultaneamente, aplicar-se-á o adicional mais vantajoso ao trabalhador, somente enquanto perdurar a condição ensejadora do adicional, conforme parágrafo 2º do artigo 193 da CLT.

Parágrafo Quarto – As partes ajustam que a prorrogação de jornada em ambientes insalubres não dependerá de licença prévia da autoridade competente uma vez que é mínimo o grau de insalubridade eventualmente incidente sobre as atividades insitas ao segmento de asseio e conservação.

Parágrafo Quinto – Para todos os efeitos, o valor correspondente ao grau de insalubridade integra a base de cálculo das horas extras.

Parágrafo Sexto - Cessada a condição insalubre, devidamente comprovada através da emissão de novo PPRA ou outro laudo apropriado, o adicional de insalubridade não será mais devido, ou caso seja apurado outro grau de insalubridade por este mesmo documento deverá a empresa pagar o novo percentual apurado.

Parágrafo Sétimo - Eventuais adicionais de insalubridade, caso incidentes para empregados contratados sob regime de tempo parcial, serão calculados proporcionalmente a jornada contratada, com base no salário mínimo legal.

ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

CLÁUSULA DÉCIMA - ADICIONAL DE PERICULOSIDADE

Os empregados que laborarem em atividades ou operações perigosas terão assegurados pagamento de adicional de periculosidade definido em lei, cuja base de cálculo será o piso da categoria, nos termos do Art. 193, §1º da CLT.

Parágrafo Primeiro: As partes ajustam que os adicionais de insalubridade e periculosidade não são cumulativos e, quando as condições de labor forem insalubres e perigosas simultaneamente, aplicar-se-á

o adicional mais vantajoso ao trabalhador, somente enquanto perdurar a condição ensejadora do adicional, conforme parágrafo 2º do artigo 193 da CLT.

Parágrafo Segundo: o adicional de periculosidade não incidirá, sob qualquer hipótese, sobre os valores correlatos a prêmios, bônus, diárias de viagem, gratificações, concessões espontâneas, benefícios, participações, metas, utilidades, auxílios e quaisquer outras parcelas.

Parágrafo Terceiro – Para todos os efeitos, o valor correspondente ao adicional de periculosidade integra a base de cálculo das horas extras.

Parágrafo Quarto – Aos trabalhadores contratados em regime em tempo parcial, a base de cálculo do adicional de periculosidade a que se refere o *caput*, obedecerá a regra de proporcionalidade de seu salário igualmente parcial.

Parágrafo Quinto – Nos termos da Lei 11.901/2009 fica assegurado ao bombeiro civil adicional de periculosidade de 30% a incidir sobre o piso da categoria.

PRÊMIOS

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS PRÊMIOS ESPECIAIS POR POSTO DE SERVIÇO

As partes estabelecem que os trabalhadores vinculados às empresas de asseio e conservação que prestarem serviço nos locais específicos abaixo, somente enquanto estiver prestando serviço no respectivo local, terão direito ao recebimento de um prêmio mensal de caráter indenizatório, vinculado a assiduidade, sendo devida ao empregado que, no curso do mês, não tenha faltado ao trabalho, inclusive faltas justificadas ou abonadas, e que não integrará a remuneração nos termos do §2.º do art. 457 da CLT, segundo condições e valores abaixo indicados:

Item	Postos de Serviços	Premiação
1	Os empregados que trabalharem exclusivamente em: aeroportos, estações rodoviárias, ferroviárias, centros comerciais, shopping-center, supermercados, hospitais, posto de saúde, casas de diversões, lojas de departamentos, terminais de transbordo de ônibus urbanos, farão jus a uma premiação de:	R\$112,00
2	Os empregados que trabalharem em áreas industriais, desde que em setores operacionais, excluída a gratificação para aqueles empregados que se ativem em portarias, recepções, áreas administrativas, escritórios e áreas análogas, farão jus a uma premiação mensal de:	R\$170,00
3	Os empregados que trabalharem em área rural, farão jus a uma premiação mensal de:	R\$50,00

Parágrafo Primeiro: Diante da especificidade de cada contrato, fica facultado a estipulação de prêmio em valores superiores aqueles acima indicados, que valerão apenas para aquele posto de trabalho específico, desde que devidamente contratado com o tomador.

Parágrafo Segundo: Os prêmios previstos na presente cláusula não são cumulativas entre si.

Parágrafo Terceiro: Aos trabalhadores que exercem atividades em jornada em tempo parcial, tendo em vista que sua jornada de trabalho é reduzida em comparação com as demais modalidades de jornada de trabalho, o que faz com que seja necessária uma visão isonômica sobre a premiação a que se refere a presente cláusula, fará jus a um prêmio por assiduidade equivalente a 50% (cinquenta por cento) daquele devido aos trabalhadores cuja jornada de trabalho se enquadra nas demais modalidades previstas nesta CCT

Parágrafo Quarto: A CTPS será assinada com o salário normativo, sendo a diferença paga em folha, com a denominação “premiação de posto de serviço (PPS)”.

Parágrafo Quinto: O trabalhador que, por qualquer motivo deixar de laborar no posto de serviço, de que trata sua premiação, não mais fará jus ao recebimento da mesma, uma vez que a referida premiação não está vinculada ao trabalhador mas tão somente ao posto de serviço.

Parágrafo Sexto: Nos termos do art. 611-A XIV e art. 457, § 4º da CLT, os prêmios, são considerados liberalidades concedidas pelo empregador em forma de bens, serviços ou valor em dinheiro podendo ser pagos de forma mensal, mantida a sua condição de parcela que não integra a remuneração do empregado, não se incorporando ao contrato de trabalho e não constituindo base de incidência de encargo trabalhistas e previdenciários.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PRÊMIO CESTA BÁSICA

Acordam as partes que todos os colaboradores /empregados que trabalham nos tomadores de serviços terceirizados, independentemente de cargo ou função que desempenhem e desde que estes preencham as condições estipuladas nesta cláusula e seus respectivos parágrafos, terão o direito à percepção do PRÊMIO CESTA BÁSICA, nas condições estipuladas nestas cláusulas.

Parágrafo Primeiro: O valor do prêmio será de R\$110,00 (cento e dez reais) por mês, apurados na forma desta cláusula coletiva.

Parágrafo Segundo: Fica acordado que o direito ao prêmio instituído na forma desta cláusula, não tem natureza salarial, não integrando o salário do empregado para qualquer efeito legal com base no art.457 parágrafo 4º da CLT.

Parágrafo Terceiro: A empresa creditará o valor da premiação até o décimo quinto dia do mês seguinte ao período aquisitivo ao trabalhador que o conquistar, sendo facultado a empresa o pagamento do prêmio em produtos da cesta básica, cartão magnético ou dinheiro.

Parágrafo Quarto: A apuração do prêmio será realizada com base no controle de jornada, sendo a apuração realizada mensalmente.

Parágrafo Quinto: O direito ao recebimento do “PRÊMIO CESTA BÁSICA”, independente da jornada de trabalho, está condicionado ao colaborador que não possuir nenhuma falta, seja ela justificada ou não ao trabalho, nenhum afastamento de suas atividades laborais (atestados ou licenças), ou seja, somente receberá o valor integral o colaborador que cumprir totalmente a sua jornada de trabalho diária e mensal bem como aqueles trabalhadores que não sofrerem nenhuma medida disciplinar (advertência formal, suspensão).

Parágrafo Sexto: Terão direito ao pagamento proporcional aos dias trabalhados os colaboradores afastados por motivo de férias, afastamento previdenciário, sendo o recebimento na proporção da quantidade de dias que efetivamente trabalhar no período de apuração do Prêmio.

Parágrafo sétimo: Não terão direito a essa premiação:

I.Estagiários e Aprendizizes;

II. Colaboradores admitidos e demitidos no mês de apuração;

III. Empregados de terceiros e trabalhadores temporários;

IV. Colaborador que exerça atividade externa incompatível com o controle de jornada, entre eles supervisor operacional setorial;

V. Colaboradores cuja remuneração (piso salarial + gratificação de função) ultrapasse a R\$1.942,36 (Hum mil novecentos e trinta e seis Reais), não se computando para esse cálculo os adicionais legais;

VI Intermitente.

AJUDA DE CUSTO

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - AJUDA DE CUSTO DE MANUTENÇÃO DE VEÍCULO E COMBUSTÍVEL

Nos termos do art. 457, § 2º da CLT, o empregado que utilizar veículo próprio, ou de terceiro que esteja sob sua posse, para a execução do serviço, receberá as seguintes ajudas de custo, que deverão ser pagas no prazo de até 5 dias úteis após a apresentação dos respectivos valores e comprovantes pelo empregado:

I – indenização pela manutenção e depreciação do veículo, consistente em valor estipulado entre as partes, conforme as peculiaridades do veículo, mediante termo escrito;

II – auxílio combustível para a execução do labor, segundo a média mensal de consumo, que será apurada pelo controle diário da quilometragem, em planilha fornecida pela empresa.

Parágrafo único. Nos termos da legislação supra, as parcelas estipuladas nesta cláusula não integram, independentemente do valor a ser pago, a remuneração do empregado, não se incorporam ao contrato de trabalho e não constituem base de incidência de qualquer encargo trabalhista e previdenciário.

AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO

Fica convencionada a concessão de Auxílio Alimentação no valor de **R\$330,00 (trezentos e trinta reais)** por mês trabalhado ou Vale Compra-Alimentação, no mesmo valor, mediante contra recibo específico para os empregados vinculados aos contratos firmados com os tomadores de serviço.

Parágrafo primeiro: Todos os trabalhadores abrangidos por essa CCT, inclusive aqueles que desempenhem jornada de trabalho em tempo parcial, terão direito ao pagamento integral do auxílio alimentação.

Parágrafo segundo: o valor do ticket alimentação ou do Vale Compra Alimentação, previsto no *caput* desta cláusula, poderá ser majorado na exata correspondência do valor pago ou repassado pela empresa tomadora de serviço a que o funcionário estiver vinculado.

Parágrafo terceiro: por se tratar de benefício e em observância a previsão do parágrafo anterior, poderá haver a majoração e/ou minoração do valor do auxílio-alimentação durante o contrato de trabalho e na hipótese da alteração do posto de trabalho do empregado, respeitando sempre o valor mínimo fixado no *caput* desta cláusula.

Parágrafo quarto: ajusta-se que o Auxílio Alimentação será concedido através de ticket ou Vale Compra, vedado seu pagamento em dinheiro, nos termos do Art. 457, § 2º da CLT.

Parágrafo quinto: a empresa associada ao sindicato patronal poderá substituir o Auxílio Alimentação pelo fornecimento de refeição, desde que atenda ao disposto na Lei 6.321/76-(PAT). O sindicato laboral poderá fiscalizar, a qualquer momento, a qualidade da refeição oferecida.

Parágrafo sexto: o primeiro pagamento se dará, salvo por motivo de caso fortuito/força maior, no prazo de dez dias úteis a contar da data da contratação, em valor proporcional ao período compreendido entre o dia da contratação e o último dia do mês. Nos meses seguintes à contratação do trabalhador, o auxílio alimentação será pago no quinto dia útil de cada mês.

Parágrafo sétimo: cada ausência do empregado ao trabalho, por qualquer motivo, acarretará o desconto de 1/22 (um vinte e dois avos) - em caso de jornada regular - e 1/15 (um quinze avos) - em caso de jornada 12/36 - do valor do benefício, que será descontado no pagamento do benefício do mês subsequente.

Parágrafo oitavo: o auxílio alimentação não tem natureza salarial e caráter de salário *in natura*, portanto, não irradia reflexos para efeito de pagamento de verbas contratuais, rescisórias e encargos sociais. Valores superiores ao auxílio alimentação estabelecido permitirá ao empregador o desconto participativo previsto em lei. Aplica-se no que couber, às disposições da Lei 6.321/76-(PAT).

Parágrafo nono: os feriados e descansos semanais remunerados não poderão servir de base para o desconto da fração prevista no parágrafo oitavo.

Parágrafo décimo: No caso de desligamento do empregado, tendo em vista que o cartão alimentação é pessoal e intransferível, fica convencionado que serão restituídos pelo trabalhador os valores correspondentes aos dias não trabalhados, observada a regra do parágrafo sétimo, podendo, todavia, usufruir do saldo que possuir no referido cartão.

AUXÍLIO TRANSPORTE

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - VALE TRANSPORTE

Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas no art.7º do Decreto nº 95.247/87, que regulamenta a Lei nº 7.619/87 e as previstas na Lei nº 7.418/85, as empresas fornecerão vale-transporte a todos os seus empregados, nos dias efetivamente trabalhados para deslocamentos residência – trabalho e vice-versa.

Parágrafo Primeiro – Para os empregados beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

Parágrafo Segundo – Nos períodos de afastamentos do empregado de suas atividades funcionais, por qualquer motivo, inclusive por atestado médico ou pelo INSS, este não fará jus ao recebimento do benefício do vale transporte, por inexistência de deslocamentos do trabalhador no percurso residência/trabalho.

Parágrafo Terceiro – Quando do lançamento dos créditos pelas empresas, caso se constate que o empregado não tenha utilizado a totalidade dos valores creditados em seu cartão de recarga, fica autorizado às empresas realizarem apenas a complementação dos valores necessários ao deslocamento do mês subsequente, haja vista a natureza jurídica do benefício.

Parágrafo Quarto – No caso de extravio, perda e dano do cartão magnético de vale transporte, o empregado será responsabilizado pelas despesas com a substituição do mesmo.

Parágrafo Quinto – No caso de desligamento do empregado, o mesmo obriga-se a devolver os vales transporte proporcional aos dias de trabalho ao período, sob pena de desconto na rescisão do contrato.

Parágrafo Sexto – A declaração falsa ou uso indevido do vale - transporte constituem falta grave, sujeito à demissão por justa causa, com fulcro no Artigo 482, "a" da CLT.

SEGURO DE VIDA

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SEGURO DE VIDA

Sem prejuízo do Benefício Social Familiar previsto nesta norma coletiva, fica facultado aos empregadores a contratação de Seguro de Vida em Grupo em prol de seus empregados, hipótese em que os mesmos contribuirão com até 10% (dez por cento) dos prêmios mensais, a ser descontado em folha de pagamento.

Parágrafo único: O empregado poderá se opor ao seguro contratado e seu respectivo desconto mensal, no momento da adesão ou, se aderente, em oportunidade posterior, durante o contrato de trabalho, mediante carta de próprio punho endereçada à empresa.

OUTROS AUXÍLIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - BENEFÍCIO SOCIAL FAMILIAR

A entidade sindical prestará indistintamente a todos os trabalhadores subordinados a esta Convenção Coletiva de Trabalho, benefícios sociais em caso de: nascimento de filho, acidente, enfermidade, aposentadoria, incapacitação permanente ou falecimento, conforme tabela de benefícios definida pelos sindicatos e discriminada no Manual de Orientação e Regras, por meio de organização gestora especializada e aprovada pelas entidades Sindicais Convenientes.

Parágrafo Primeiro – A prestação dos benefícios sociais iniciará **a partir de 01/02/2024**, na forma, valores, parcelas, requisitos, beneficiários, penalidades e tabela de benefícios definida no Manual de Orientação e Regras, registrado em cartório, parte integrante desta cláusula.

Parágrafo Segundo - Para efetiva viabilidade financeira deste benefício e com o expresso consentimento da entidade sindical profissional, as empresas, compulsoriamente, a título de contribuição social, recolherão até o dia 10 (dez) de cada mês e **a partir de 10/02/2024**, o valor **total de R\$ 12,90 (doze reais e noventa centavos)** por trabalhador que possua, exclusivamente, por meio de boleto disponibilizado pela gestora no site www.beneficiosocial.com.br.

Parágrafo Terceiro - Em caso de afastamento de empregado, por motivo de doença ou acidente, o empregador manterá o recolhimento por até 12 (doze) meses. Caso o afastamento do empregado seja por período superior a 12 (doze) meses, o empregador fica desobrigado ao recolhimento desta contribuição a partir do décimo terceiro mês, ficando garantidos ao empregado todos os benefícios previstos nesta cláusula, até seu efetivo retorno ao trabalho, quando então o empregador retomará o recolhimento relativo ao trabalhador afastado.

Parágrafo Quarto – O nascimento, óbito ou evento que possa provocar a incapacitação permanente para o trabalho, por perda ou redução de sua aptidão física, deverá ser comunicado formalmente à gestora, no prazo máximo e improrrogável de 90 (noventa) dias da ocorrência, pelo site www.beneficiosocial.com.br.

Parágrafo Quinto – O empregador que por ocasião do nascimento, de fato causador da incapacitação permanente ou falecimento, estiver inadimplente por falta de pagamento, efetuar recolhimento por valor inferior ao devido, ou comunicar o evento após o prazo de 90 (noventa) dias, reembolsará a gestora o valor total dos benefícios a serem prestados e responderá perante o empregado ou a seus dependentes, a título

de multa, o dobro do valor dos benefícios. Caso o empregador regularize sua situação no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, após o recebimento da comunicação formal feita pela gestora, ficará isento de quaisquer responsabilidades descritas no item "6.)" do Manual de Orientação e Regras.

Parágrafo Sexto - Caso haja, planilhas de custos e editais de licitações, deverá constar a provisão financeira para cumprimento do Benefício Social Familiar, para preservar o patrimônio jurídico dos trabalhadores, em consonância com o artigo 444 da CLT. Mensalmente, estará disponível no site da Gestora um novo Certificado de Regularidade o qual deverá ser apresentado ao contratante quando solicitado e ao homologador quando das rescisões trabalhistas.

Parágrafo Sétimo - O presente serviço social não tem natureza salarial, por não se constituir em contraprestação de serviços, tendo caráter compulsório e ser eminentemente assistencial.

Parágrafo Oitavo: O custeio do benefício social familiar será de responsabilidade integral das empresas, não podendo haver qualquer desconto do salário do empregado.

Parágrafo Nono - O descumprimento da cláusula em decorrência de negligência, imperícia ou imprudência de prestador de serviços (administradores e/ou contabilistas), implicará na responsabilidade civil daquele que der causa ao descumprimento, conforme artigos 186, 927, 932, III e 933, do Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO TRABALHADOR

Considerando a necessidade de fomentar ações voltadas à Assistência Social, Educação, Meio Ambiente e Cultura ao trabalhador, visando à operacionalização e funcionamento do Projeto PROFAC, as empresas recolherão para esse fim o valor mensal de R\$ 4,00 (quatro reais) por empregado abrangido por esta CCT. O benefício em questão constitui-se sob a modalidade de benefício assistencial, de caráter compulsório, gerido pelo sindicato patronal.

Parágrafo primeiro: o benefício será recolhido, mediante pagamento de boleto bancário, cuja prestação de contas será apresentada nas Assembleias Gerais.

Parágrafo segundo: o valor devido terá como base de cálculo o número trabalhador no mês (tomando-se por base o número de empregados da empresa conforme Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, em substituição ao recibo do CAGED, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento) ou resumo da folha, enviado até dia 05 e sendo recolhido até o dia 15 de cada mês.

Parágrafo terceiro: as empresas que possuem contratos de prestação de serviço em outros Estados, apresentarão justificativa escrita informando o número de empregados não abrangidos por esta CCT. O número dos respectivos empregados não será computado para calcular o benefício assistencial mensal do fundo.

Parágrafo quarto: os sindicatos poderão fiscalizar a quantidade de empregados alocados em outros Estados, respondendo a empresa pela veracidade da justificativa apresentada, sob as penas da lei, incorrendo em multa de 5 (cinco) vezes o valor do benefício devido pelos empregados omitidos, caso seja apurada a irregularidade nas informações prestadas, salvo se comprovada ausência de má-fé, que será feita por recurso apresentado à Assembleia Geral, sendo esta a única competente para excluir a punição.

Parágrafo quinto: em caso de atraso, serão aplicados juros de 1% (um por cento) ao mês e multa de 10% (dez por cento) e constituirá óbice para: a) expedição de Certidão de Regularidade Sindical; b) homologações de rescisões junto ao sindicato laboral; e c) emissão dos termos de quitação anual das obrigações trabalhistas. A multa de 10% (dez por cento) cobrada pelo atraso será destinada à promoção de ações sociais e solidárias promovidas pelo Projeto PROFAC.

Parágrafo sexto: por se tratar de benefício destinado aos empregados do segmento, o sindicato laboral terá o dever de fiscalizar a adimplência do pagamento e a correspondência entre o número de empregados e o valor de recolhimento. Em caso de inadimplemento, o sindicato patronal terá legitimidade para pleitear judicialmente o cumprimento da presente cláusula.

Parágrafo sétimo: para preservar o patrimônio jurídico dos trabalhadores, em consonância com o artigo 444 da CLT, o benefício assistencial ora previsto deverá integrar o preço do serviço oferecido e/ou prestado, constando em todas as planilhas de custo de licitações públicas e contratos privados.

Parágrafo oitavo: O benefício assistencial previsto nesta cláusula não pode ser objeto, em hipótese alguma, de desconto da remuneração dos empregados.

Parágrafo nono: Considerando que se trata de um benefício que visa a melhoria da condição social e de empregabilidade do trabalhador do segmento, fica convencionado que as horas despendidas em qualquer curso promovido pelo PROFAC, ainda que custeados pelo empregador, fora da jornada normal de trabalho, não serão consideradas como integrativas desta, para qualquer efeito, inclusive aqueles efetuados pelo Sistema EAD.

Parágrafo décimo: O boleto para pagamento da contribuição ao Benefício Assistencial ao Trabalhador deverá ser solicitado através do e-mail secretaria@seacms.com.br, encaminhando obrigatoriamente a Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, em substituição ao recibo do CAGED, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento, dos últimos três meses, para que se apure a base de trabalhadores.

Parágrafo décimo primeiro: a obrigação de pagamento pela empresa será mantida em caso de afastamento do(a) empregado(a), por motivo de doença de trabalho, pelo prazo de 12 (doze meses), sendo que, decorrido tal prazo ao(a) empregado(a) será facultado a manutenção do benefício mediante pagamento direto por ele feito ao seu Sindicato de classe, desobrigada desde logo a empresa de qualquer responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DOS CONVÊNIOS

O sindicato laboral firmará convênios com empresas fornecedoras de serviços de assistência médica privada, cesta básica, convênio farmácia, convênio gás e financeiro.

Parágrafo primeiro: os empregados que tiverem interesse nos convênios, deverão firmar termo de adesão na sede do sindicato laboral, especificando os convênios de seu interesse.

Parágrafo segundo: o empregado não poderá utilizar mais que 30% (trinta por cento) de sua remuneração, acrescida das gratificações, se existentes, para o gozo dos convênios.

Parágrafo terceiro: após a aferição da existência de limite de remuneração disponível para descontos na folha do trabalhador, o sindicato laboral autorizará o uso dos convênios, mediante requisição numerada do empregado, com os seguintes dados:

a) nome e assinatura do empregado;

b) nome do Prestador Conveniente;

c) objeto da requisição;

d) valor da requisição.

Parágrafo quarto: o sindicato laboral apresentará para a empregadora até o dia 20 (vinte) de cada mês a cópia das requisições de cada empregado, assim como, relatório dos gastos e serviços utilizados, cujo desconto será incluído na folha de pagamento do mês em curso.

Parágrafo quinto: o sindicato laboral apresentará o termo de adesão aos conveniados firmados pelo empregado, juntamente com apresentação do primeiro relatório de utilização dos convênios e cópia das requisições do respectivo mês

Parágrafo sexto: o controle da utilização até limite de 30% (trinta por cento) da remuneração será feito pelo sindicato laboral, mediante o cadastro das requisições dos respectivos filiados.

Parágrafo sétimo: no ato da adesão firmada pelo empregado, o sindicato laboral deverá apurar a existência de convenio similar já firmado pela empregadora, evitando a duplicidade de benefícios.

Parágrafo oitavo: é de responsabilidade do STEAC-MS o desconto além de 30% (trinta) por cento, decorrente de convênios firmados pelo sindicato laboral e pelo empregador.

Parágrafo nono: A empresa deverá repassar o valor do convênio para o sindicato dia 13 de cada mês.

Parágrafo décimo: o atraso no repasse dos descontos pela empregadora acarretará multa de 10% (dez por cento) do valor devido.

CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES NORMAS PARA ADMISSÃO/CONTRATAÇÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA - RETENÇÃO DE CTPS

A empregadora deverá anotar a CTPS no prazo previsto no art. 29 da CLT, e terá o prazo de até 20 (vinte) dias para devolvê-la ao empregado, com a devida anotação.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA - CONTRATO DE EXPERIÊNCIA

O contrato de experiência não poderá exceder 90 (noventa) dias, se firmado por prazo inferior, só poderá ser prorrogado por uma única vez, tendo caráter de contrato a termo por prazo determinado para todos os efeitos legais.

Parágrafo único: as empresas poderão submeter ao contrato de experiência o empregado readmitido para a mesma ou outra função anteriormente exercida, desde que tenha decorrido o prazo de 60 (sessenta dias) da demissão, e o novo contrato de trabalho seja destinado para tomador de serviço diverso do anterior, salvo se decorrer o período de 1 (um) ano, em que poderá ser submetido ao contrato de experiência para a mesma função e mesmo tomador de serviço.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - CONTRATO DE TRABALHO INTERMITENTE

Os sindicatos convencionam a autorização para que empresas contratem trabalhadores intermitentes, previstos no artigo 452-A da Lei 13.467/2017, as quais se obrigam a realizarem o pagamento das parcelas previstas no §6º do artigo 452-A da CLT, referentes a cada período de prestação de serviço, em 5 (cinco) dias úteis contados do último dia de prestação de serviço.

Parágrafo Primeiro – O trabalhador que for convocado com brevidade inferior ao estabelecido em lei não poderá ser sancionado com a penalidade prescrita no §4º do 452-A da Lei 13.467/2017 em caso de não comparecimento.

Parágrafo Segundo – Fica convencionado que o trabalhador intermitente não se prestará à substituição definitiva do trabalhador efetivo, bem como não se prestará exclusivamente para cobertura do intervalo intrajornada.

Parágrafo Terceiro – O trabalhador intermitente que executar serviços por mais de 30 (trinta) dias ininterruptos no mesmo posto de trabalho, com o mesmo endereço e mesma carga horária, deverá ser admitido como efetivo.

Parágrafo Quarto – O trabalhador intermitente que não for convocado dentro do período de 6 (seis) meses deverá ter seu contrato rescindido.

Parágrafo Quinto – Em consonância com a prescrição do §6º do artigo 452-A da CLT, será assegurado ao trabalhador intermitente o recebimento da remuneração e demais gratificações asseguradas nesta Convenção Coletiva, férias proporcionais com acréscimo de um terço, décimo terceiro salário proporcional; repouso semanal remunerado; além de vale-transporte, adicionais legais e também do auxílio alimentação, quando da prestação de serviço na proporção de 1/22 (um vinte e dois avos) – em caso de jornada regular e 1/15 (um quinze avos) – em caso de jornada 12/36 – do valor do benefício contido na cláusula do auxílio alimentação, por dia efetivamente trabalhado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - CONTRATO DE TRABALHO POR PRAZO DETERMINADO

Nos termos da Lei 9.601/1998 fica facultado aos empregadores instituir contrato de trabalho por prazo determinado em hipóteses e condições diversas daquelas estabelecidas no §2º do artigo 443 da CLT.

Parágrafo primeiro: Não se aplicará nos contratos por tempo determinado as determinações contidas no art. 479 e 480 da CLT, sendo pactuado multa rescisória equivalente a 20% saldo existente no FGTS.

Parágrafo segundo: o limite de trabalhadores a serem contratados nessa modalidade obedecerá às disposições do art. 3.º da Lei 9.601/1998

Parágrafo terceiro: fica convencionada a possibilidade de compensação de jornada de trabalho em horas extras, afastando-se o acréscimo de salários, desde que compensado pela correspondente diminuição em outro dia, de maneira que não exceda, no período máximo de cento e vinte dias, à soma das jornadas semanais de trabalho previstas, nem seja ultrapassado o limite máximo de dez horas diárias.

DESLIGAMENTO/DEMISSÃO

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - HOMOLOGAÇÃO DA RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

A homologação de rescisão contratual e pagamento das verbas rescisórias aos empregados que contarem com mais de 12 (doze) meses de trabalho será obrigatoriamente assistida pelo Sindicato dos Trabalhadores, para efetiva validade homologatória. Recomenda-se o agendamento da homologação com antecedência de 24 horas.

Parágrafo primeiro: A obrigatoriedade a que se refere o caput está restrita às localidades onde o sindicato laboral mantenha sua sede ou delegacias, sendo facultativa nas demais localidades.

Parágrafo segundo: o empregado que recebe remuneração variável terá como cálculo, para efeito de rescisão contratual, pagamento de férias, décimo terceiro salário, a média salarial dos últimos oito meses, excluídas do cálculo todas as verbas que não ostentam natureza salarial, tais quais prêmios, bônus, diárias de viagem, concessões espontâneas, benefícios, participações, metas, utilidades e auxílios concedidos ao empregado.

Parágrafo terceiro: por ocasião de homologação de rescisão contratual de trabalho, as empresas deverão atender e apresentar ao sindicato laboral os seguintes documentos:

A) rescisões após as 15:00 (quinze) horas somente com pagamento em espécie;

B) na hipótese de pagamento da rescisão fora do prazo legal (10 dias), e/ou entrega extemporânea das guias de Seguro Desemprego e FGTS (quando exigíveis), a homologação somente ocorrerá mediante pagamento da multa conforme prevê o art. 477, § 8º, da CLT no valor do salário do empregado (piso salarial + gratificação de função e/ou dos prêmios especiais por posto de serviço).

C) termo da rescisão de contrato em duas vias, sendo uma para o empregador e outra para o empregado;

D) termo de Homologação de Rescisão do Contrato de Trabalho, impresso em quatro vias, sendo uma para o empregador e três para o empregado, destinadas ao saque do FGTS e solicitação do seguro- desemprego;

E) CTPS com anotações devidamente atualizadas; F) ficha de registro do empregado atualizado;

G) Cópia do aviso prévio, do atestado de saúde demissional e carta de preposição;

H) Extrato atualizado da conta vinculada - FGTS;

I) GRR (Guia de Recolhimento Rescisório), no caso de demissão sem justa causa;

J) Guia de comunicação de dispensa – CD, para fins de habilitação do Seguro Desemprego;

K) Extrato comprovando o último recolhimento e o depósito rescisório do FGTS devido;

L) Chave de identificação;

M) Certificado de Regularidade Benefício Social Familiar;

N) Certificado de Regularidade Benefício Assistencial ao Trabalhador;

O) Certidão de Regularidade Sindical.

Parágrafo quarto: A validade da homologação está condicionada a apresentação dos documentos descritos nas letras do parágrafo anterior.

Parágrafo quinto: Visando o integral cumprimento das obrigações assumidas, na Portaria Conjunta 001/2018 - registrada junto ao 4ª Ofício sob nº 406733, Livro A 33, no dia 24/04/2018 - quando da apresentação dos documentos obrigatórios, o sindicato laboral constatar a ausência daqueles descritos nas letras do parágrafo quarto, além de estar impossibilitado de homologar a rescisão, deverá comunicar imediatamente o sindicato patronal para que sejam adotadas às medidas fiscalizatórias cabíveis.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA - DA QUITAÇÃO ANUAL DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

Os Sindicatos Convenientes instalarão procedimentos, a pedido das empresas interessadas e desde que haja concordância do empregado, com vistas a firmar termo de quitação anual de obrigações trabalhistas em conformidade com o art. 507-B da CLT, com anuência do Sindicato Patronal, perante à Comissão de Conciliação Prévia.

Parágrafo primeiro - O termo previsto no caput discriminará as obrigações de dar e fazer cumpridas mensalmente, o qual constatada a regularidade no cumprimento das obrigações deverá ser assinado, pelo empregado e empregador, bem como pelo Sindicato laboral e patronal, dele constará a quitação anual dada pelo empregado, com eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

Parágrafo segundo – No caso de ser apurada alguma diferença não quitada as partes poderão entabular acordo a respeito de eventuais diferenças apontadas, que após ser integralmente cumprido, terá eficácia liberatória das parcelas nele especificadas.

Parágrafo terceiro– A emissão do termo de quitação na Comissão de Conciliação de Prévia será custeada integralmente pelas empresas.

Parágrafo Quarto – O valor que vier a ser cobrado será destinado a Comissão de Conciliação Prévia e por ela administrado, conforme previsto em seu regimento interno.

AVISO PRÉVIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - AVISO PRÉVIO

No curso de aviso prévio de iniciativa da empresa, o empregado que obtiver novo emprego e comprovar por escrito através de declaração de novo empregador tal condição, ficará dispensado do cumprimento do restante do aviso prévio e o empregador dispensado da obrigação de pagamento dos dias restantes.

Parágrafo primeiro: No caso de pedido de demissão por parte do empregado, sem que haja a possibilidade do cumprimento do aviso prévio, o empregado deverá indenizar a empresa proporcionalmente aos dias não trabalhados.

Parágrafo segundo: Tendo em vista a natureza do instituto do aviso prévio, que assegura ao trabalhador o direito a não sofrer com a ruptura repentina de seu contrato de trabalho, consentem as partes que o aviso prévio trabalhado será integralmente cumprido pelo trabalhador. Na hipótese de o trabalhador se recusar a cumprir o aviso prévio, considerar-se-á que já obteve novo emprego, não mais necessitando do aviso prévio, pelo que será descontado proporcionalmente ao período de aviso não trabalhado, incorrendo na falta prevista no Art. 491 da CLT. Nessa hipótese, a rescisão poderá ser formalizada imediatamente, sem prejuízo da projeção do aviso prévio ao contrato de trabalho.

Parágrafo terceiro: Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional, se der nos 30 dias que antecedem a data base da categoria, a empresa ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional previsto pelas Leis 6.708/79 e 7.238/84.

Parágrafo quarto: Tendo em vista que o critério de proporcionalidade previsto na Lei 12.506/2011 não atingiu a regra prevista no art. 488, Parágrafo Único da CLT, convencionou-se que, independente da quantidade de dias que possua o aviso prévio no caso concreto, a faculdade de ausência do trabalho sem desconto limita-se a 07 (sete) dias, bem como a redução de 02 (duas) horas na jornada diária de trabalho se aplica apenas aos últimos 30 dias do período a que se refere esta cláusula.

Parágrafo quinto: A regra a que se refere o parágrafo anterior se aplica a todas às espécies de jornada de trabalho, salvo a 12x36, ao qual apenas aproveitará o que diz respeito a faculdade de se ausentar, no final do período, por 07 (sete) dias consecutivos, sem que haja desconto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DISPENSA DO TRINTÍDIO

Caso a projeção do aviso prévio, mesmo que proporcional, se der nos trinta dias que antecedem a data-base da categoria, a empresa ficará dispensada de efetuar o pagamento do salário adicional previsto pelas Lei nº 6.708/79 e a Lei nº 7.238/84.

RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE MÃE

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - ESTABILIDADE DA GESTANTE

As empresas fornecerão a todas as empregadas, que tiverem o contrato de trabalho rescindido, a DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE DIREITO À REINTEGRAÇÃO para a hipótese de descoberta, posterior à rescisão do contrato de trabalho, de estado gestacional cuja origem se deu durante o vínculo de trabalho.

Parágrafo primeiro: como princípio de boa-fé, a empregada que receber a DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE DIREITO À REINTEGRAÇÃO deverá informar imediatamente à ex- empregadora, na hipótese de descoberta, posterior à rescisão do contrato de trabalho, de estado gestacional cuja origem se deu durante o vínculo de trabalho, sob pena de perder o direito à indenização do período compreendido entre a demissão e a efetiva comunicação.

Parágrafo segundo: a DECLARAÇÃO DE CIÊNCIA DE DIREITO À REINTEGRAÇÃO deverá conter as seguintes informações:

- I – o embasamento legal (art. 10, II, b, ADCT) que garante à empregada gestante o direito a garantia de emprego e de reintegração imediata ao trabalho.
- II – a afirmação expressa de que a empregada tem o direito de ser reintegrada ao trabalho, caso descubra estar gestante após a rescisão do contrato de trabalho, mas com início do estado gestacional durante o vínculo de trabalho.
- III – o dever da empregada em informar imediatamente à ex-empregadora da descoberta da gravidez, cujo início se deu durante o vínculo de trabalho, sob pena de configurar renúncia ao aludido direito.
- IV- A empregada gestante será afastada, enquanto durar a gestação, de quaisquer atividades, operações ou locais insalubres e exercerá suas atividades em local salubre, excluído, nesse caso, o pagamento de adicional de insalubridade. O exercício de atividades e operações insalubres em grau médio ou mínimo, pela gestante, somente será permitido quando ela apresentar atestado de saúde, emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que autorize a sua permanência no exercício de suas atividades. A empregada lactante será afastada de atividades e operações consideradas insalubres em qualquer grau quando apresentar atestado de saúde emitido por médico de sua confiança, do sistema privado ou público de saúde, que recomende o afastamento durante a lactação.

JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - JORNADA DE TRABALHO E REGIME DE COMPENSAÇÃO

A jornada de trabalho dos empregados abrangidos por esta Convenção Coletiva de Trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, em regime diferenciado 12X36 horas ou em regime em tempo parcial.

Da jornada de 44 horas semanais

Parágrafo Primeiro: Para fins de compensação, será facultado ao empregador prorrogar até o máximo de duas horas diárias a jornada de trabalho, respeitando-se a duração normal de 44 (quarenta e quatro) horas semanais e o limite máximo diário de 10 (dez) horas, sem que, com isso, se configure horas extras, inclusive no contrato intermitente.

Parágrafo Segundo: No trabalho prestado em domingos e feriados, somente será devido pagamento em dobro da hora normal, se não houver folga compensatória na mesma semana. Devendo a folga do trabalhador, coincidir com o domingo, ao menos uma vez no mês.

Parágrafo Terceiro: Em períodos eleitorais, quando o empregado se ausentar do posto de trabalho para votação, o período despendido para esse fim será compensado pelo empregado em sua próxima escala de trabalho.

Parágrafo Quarto: Será facultado aos empregadores, conforme prevê o art. 611-A, III da CLT, o intervalo intrajornada de 30 minutos na jornada 44 horas.

Parágrafo Quinto: A indenização do intervalo intrajornada será no percentual de 50% a ser calculado apenas sobre o tempo suprimido, desde que esse tempo não exceda a 30 minutos, hipótese em que a indenização incidirá sobre 60 minutos.

Parágrafo Sexto: Ficam excluídos desta Cláusula, os trabalhadores que exercem funções de Telefonista e Digitador, em razão da jornada de trabalho específica prevista em Lei.

e Digitador, em razão da jornada de trabalho específica prevista em Lei.

Da jornada doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas (12x36)

Parágrafo Sétimo: A jornada de trabalho poderá ser de doze horas seguidas de trabalho por trinta e seis horas ininterruptas de descanso, não sendo devidas horas extraordinárias, inclusive no contrato intermitente, em razão da natural compensação, observados ou indenizados, o intervalo para repouso e alimentação conforme Art. 611- A, III da CLT.

Parágrafo Oitavo: Nas jornadas em regime 12x36 considera-se já remunerado o trabalho realizado nos domingos e feriados (DSR) que porventura coincidam com a escala prevista nesta cláusula, face à natural compensação pelo desconto nas 36 (trinta e seis) horas seguintes, não incidindo os reflexos a que se referem o Parágrafo Único do art. 59-A da CLT.

Parágrafo Nono: Em caso de trabalho noturno as horas serão de 60 minutos, remunerados no percentual de 25% para os períodos laborados entre 22:00h à 05:00h.

Parágrafo Décimo: Se a Jornada 12x36 ocorrer em ambiente insalubre é desnecessária a licença prévia da autoridade competente na área de higiene do trabalho.

Parágrafo Décimo primeiro: O intervalo intrajornada será de 60 minutos, sendo que a supressão deste período, deverá ser pago integralmente, com adicional de 50%, independentemente do quanto suprimido, possuindo caráter indenizatório, portanto, não incorporando à remuneração para nenhum efeito legal.

Parágrafo Décimo segundo: Fica assegurado o gozo do intervalo intrajornada de 60 minutos para os trabalhadores que prestam serviço de limpeza, asseio e conservação, sendo vedada a indenização do referido intervalo, ainda que parcial.

Parágrafo Décimo terceiro: Considerando a particularidade dos serviços de operador de estacionamento, portaria, recepção e vigia, cujos trabalhadores ficam baseados em seus postos de trabalho, o empregado em escala de revezamento 12x36, permanecendo no exercício da função e/ou havendo labor durante seu intervalo destinado a descanso e alimentação no próprio local de serviço, será remunerado por 60 minutos no percentual de 50% sobre o valor da hora normal, independente do intervalo a ser usufruído.

Parágrafo Décimo quarto: Em razão da peculiaridade da atividade desenvolvida pelas empresas do segmento de asseio e conservação, considerada a sua natureza de serviço essencial e inadiável, e considerando que as ausências/faltas dos empregados ao trabalho ocorrem muitas vezes sem prévio aviso, pactuam as partes que as empresas poderão solicitar a seus empregados o trabalho eventual em, no máximo, seis (6) dias em que o trabalhador teria direito a gozar de folga, bem como a extensão da jornada trabalhada em até duas horas sem que isto descaracterize a jornada de trabalho especial de 12x36 horas ou configure sobre aviso.

Parágrafo Décimo quinto: O trabalho na hipótese a que se refere o parágrafo anterior, poderá ser compensado consoante banco de horas implementado nos termos da lei, ou remunerado mediante pagamento do adicional de 50% das horas trabalhadas acrescido dos respectivos reflexos.

Parágrafo Décimo sexto: Em períodos eleitorais, quando o empregado se ausentar do posto de trabalho para votação, o período despendido para esse fim será compensado pelo empregado em sua próxima escala de trabalho.

Da jornada em tempo parcial

Parágrafo Décimo sétimo: Para todos os efeitos da presente norma coletiva, considera-se trabalho em regime de tempo parcial aquele cuja duração não exceda a 30 (trinta) horas semanais, sem a possibilidade de horas suplementares semanais, ou aquele cuja duração não exceda a 26 (vinte e seis) horas semanais, com a possibilidade de acréscimo de até seis horas suplementares semanais.

Parágrafo Décimo oitavo: os empregados sob o regime de tempo parcial, desde que a jornada não ultrapasse 30h semanais (sem possibilidade de horas extras) ou 26 horas semanais (com possibilidade de labor em até 6 horas extras semanais), de acordo com o previsto no art. 58-A da CLT, receberão proporcionalmente à jornada contratada salário e gratificações previstas nas cláusulas 'DAS GRATIFICAÇÕES ESPECÍFICAS DE FUNÇÕES', 'DAS GRATIFICAÇÕES PARA FUNÇÕES

ADMINISTRATIVAS E DE GESTÃO', além da premiação definida na cláusula 'DAS GRATIFICAÇÕES ESPECIAIS POR POSTO DE SERVIÇO', em relação aos empregados que cumprem, nas mesmas funções, tempo integral.

Parágrafo Décimo nono: Em períodos eleitorais, quando o empregado se ausentar do posto de trabalho para votação, o período despendido para esse fim será compensado pelo empregado em sua próxima escala de trabalho.

Parágrafo Vigésimo: Em caso de necessidade de substituição, fica facultado ao empregador a utilização de contrato de trabalho intermitente também na jornada em tempo parcial.

Do controle de Jornada

Parágrafo vigésimo primeiro: Conforme o art. 74 da CLT os estabelecimentos poderão utilizar sistemas manuais, mecânicos ou eletrônicos de controle de ponto.

Parágrafo vigésimo segundo: Fica facultado às empresas utilizar sistema eletrônico alternativo de controle de ponto, observando o que dispõe o Decreto 10.854/21 e a Portaria 671/2021 e demais portarias do Ministério de Estado do Trabalho e Previdência que venham a disciplinar o assunto

Parágrafo vigésimo terceiro: As empresas poderão ainda utilizar, simultaneamente, sistemas mecânicos, manuais e eletrônicos em diferentes estabelecimentos ou postos de serviço.

Parágrafo vigésimo quarto: Na falta de outros tipos de controle de horas extras a compensar, a simples informação constante do holerite mensal elencando o saldo de horas a compensar é ferramenta suficiente a validar os acordos tácitos ou escritos de compensação de jornada.

Parágrafo vigésimo quinto: O horário de trabalho poderá ser registrado pelos empregados em cartão, papeleta, livro de ponto, cartão magnético ou, ainda, por outros meios eletrônicos, ficando as empresas obrigadas a colher assinatura dos empregados ao final do período de fechamento do ponto no respectivo meio de controle, salvo no caso da utilização de biometria, podendo as empresas dispensar a marcação do intervalo de repouso e alimentação desde que haja uma pré-anotação do intervalo no cabeçalho do documento onde é registrada a jornada, conforme a legislação em vigor.

Parágrafo vigésimo sexto: A anotação da jornada de trabalho em cartão de ponto assinado pelo trabalhador constitui meio de prova inequívoco quanto a jornada efetivamente cumprida, sobrepondo-se a quaisquer outros meios de prova, uma vez que é dever do trabalhador a anotação de sua jornada de forma acurada. O preenchimento dos cartões de ponto com horários idênticos ("britânico") não os desconstituirá ou prejudicará como meio de prova da jornada cumprida. O empregado será cientificado de seu direito de recusa à assinatura de cartões de ponto que não expressem a realidade da jornada desempenhada.

Parágrafo vigésimo sétimo: as funções de cargo de confiança, previstas no parágrafo único da cláusula (DAS FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS E DE GESTÃO), quais sejam as de *supervisor setorial* e *supervisor operacional I / supervisor operacional II*, não se submeterão a controle de jornada, devido as suas características de comando, nos moldes do art. 62, da CLT, devendo tal condição ser anotada na CTPS, somente enquanto o empregado estiver no respectivo cargo.

Do controle de Jornada por exceção

Parágrafo vigésimo oitavo- Fica assegurado as empresas o direito de adotar o sistema alternativo de controle de jornada de trabalho, para os empregados subordinados a horário de trabalho, onde serão registradas apenas as exceções ocorridas durante a jornada normal de trabalho.

Parágrafo vigésimo nono - Nos dias sem registro de exceções, será considerada cumprida a jornada contratualmente convencionada.

Parágrafo trigésimo - O sistema alternativo de controle de jornada de trabalho adotado não admitirá restrições à marcação de ponto, sendo que todas as exceções existentes serão rigorosa e exclusivamente apontadas pelos empregados.

FALTAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ABONO DE FALTAS

À exceção do empregado estudante, os abonos de falta seguirão os padrões determinados pelo Artigo 473 da CLT.

Parágrafo primeiro: Serão abonadas faltas ao serviço do empregado estudante submetido a exame escolar regular, desde que o empregador seja avisado com antecedência mínima de 72 (Setenta e duas) horas e desde que o horário da prova coincida com o horário de trabalho.

Parágrafo segundo: O estudante deverá comprovar o fato através de declaração emitida pelo estabelecimento de ensino no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas após a realização das provas.

Parágrafo terceiro: De acordo com a redação da lei, o afastamento previsto é de apenas parentes diretos, nesse caso, são os parentes na categoria de ascendentes: pais, avós, bisavós e cônjuge e na categoria de descendentes filhos, netos e bisnetos

**FÉRIAS E LICENÇAS
DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - FÉRIAS

Desde que haja concordância do empregado, as férias poderão ser usufruídas em até dois períodos de 15 dias cada.

Parágrafo Único: O aviso de férias poderá ser aplicado com prazo de antecedência de até 5 dias da data do início do gozo, mantidas as vedações quanto aos dias de início das férias previstas no Art. 134, §3º da CLT.

LICENÇA MATERNIDADE

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - LICENÇA MATERNIDADE

Será garantida a licença maternidade, inclusive da mãe adotiva, conforme previsto em Lei.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE FÉRIAS E LICENÇAS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - LICENÇA PATERNIDADE

Será mantida licença paternidade de 05 (cinco) dias, por nascimento de filho, na primeira semana, ficando facultada alteração do tempo de licença, se alterada por dispositivo legal (inciso III, artigo 473, da CLT).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - RETORNO DA PREVIDÊNCIA

É obrigatório ao empregado que receber alta previdenciária apresentar-se a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta, recebendo protocolo de apresentação, sob pena de ter o período de inércia considerado falta injustificada, podendo ser caracterizado o abandono de emprego.

Parágrafo Primeiro. Caso o empregado tenha recebido alta previdenciária e possua laudo ou atestado médico indicando que a moléstia que o acometeu persiste e que deverá permanecer afastado de suas atividades laborais, deverá o trabalhador, sob pena de ter período de inércia considerado abandono de emprego, comunicar a empresa no dia útil imediatamente subsequente a alta previdenciária, hipótese em que a empresa fornecerá protocolo da comunicação, e se eximirá de qualquer responsabilidade pecuniária para com o trabalhador, que deverá novamente requerer junto ao INSS novo benefício.

Parágrafo Segundo: Uma vez notificada, fica facultada a empresa submeter o trabalhador a exame com médico do trabalho de sua confiança, hipótese em que, caso seja atestado pelo profissional que o trabalhador está apto ao retorno ao trabalho, poderá exigir o retorno imediato do empregado, sob pena de ser caracterizado o abandono de emprego.

Parágrafo Terceiro: Caso o empregado opte por recorrer da decisão do INSS, pelas vias administrativas ou judiciais, e não retorne ao trabalho, deverá o mesmo entregar a empresa, por escrito, a intenção de recurso, ficando durante o período com o contrato de trabalho suspenso até que volte a laborar, cumprindo os trâmites legais de retorno ao trabalho.

Parágrafo Quarto. Para os casos de egressos do INSS após procedimento de reabilitação, a sua recolocação aos quadros da empresa dependerá da existência de vagas, bem como da aptidão do trabalhador para desempenho de funções atinentes às vagas disponíveis. Na hipótese de inexistência de vagas e visando evitar a dispensa imotivada de outros trabalhadores já empregados, as partes ajustam que a empresa ficará obrigada a promover a dispensa imotivada do trabalhador reabilitado, assumindo os ônus legais da rescisão contratual.

SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - LOCAL DE REFEIÇÃO

Em observância à Lei 13.429/2017, os tomadores de serviço disponibilizarão locais adequados para refeição dos funcionários terceirizados e local para guarda de pertences pessoais. São vedadas refeições em via pública e lugar anti-higiénico, devendo ser concedidas aos trabalhadores terceirizados as mesmas condições dos trabalhadores dos tomadores de serviço.

EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA - EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL

As empresas fornecerão aos seus empregados, abrangidos por esta convenção, as vestimentas e equipamentos de proteção individual necessários ao trabalho, de acordo com as Normas

Regulamentadoras em especial com a Portaria nº 3.214 de 1978 em sua NR-06, para uso exclusivo em serviço, respondendo o empregado pelo não uso do EPI, uma vez que a entrega dos EPI's, mediante recibo, obriga, por si só, o empregado a utilizá-los, independentemente da fiscalização do empregador.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Quando, por sua culpa ou dolo devidamente comprovados, ocorrer extravio dos bens sob sua guarda ou danos decorrentes da utilização para fins estranhos ao serviço, fica convencionado que nesses casos, haverá o desconto em folha do valor integral do prejuízo causado, desde logo autorizado, até o limite legal estabelecido.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o empregado tenha seu contrato de trabalho rescindido, fica ele obrigado a devolver os equipamentos recebidos no ato da assinatura da rescisão, na condição em que se encontrarem, também sob pena de desconto.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A não utilização dos EPI's, ou o seu uso para fins alheios ao contrato de trabalho, constitui fundamento para demissão por justa causa, nos termos do Art. 482, B, segunda figura.

UNIFORME

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA - UNIFORMES

As empresas deverão fornecer gratuitamente aos seus empregados, no mínimo, dois conjuntos de uniformes e um calçado, obedecendo as especificidades de cada função e local de trabalho. Contudo, a cada doze meses o empregador substituirá os uniformes fornecidos, mediante devolução dos já utilizados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O empregado indenizará a peça de uniforme, ficando a empresa autorizada a descontar o respectivo valor diretamente do salário ou da remuneração, em caso de extravio, danos decorrentes de utilização indevida ou fora do serviço e não devolução quando da rescisão contratual ou substituição do uniforme cedido.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A utilização do uniforme será restrita ao local de trabalho incluindo o seu trajeto de ida e volta ao trabalho, ficando o faltoso passível de advertências, suspensão e demissão por justa causa, nos termos do Art. 482, B, segunda figura. Para a categoria abrangida por essa CCT não há necessidade de troca de uniforme na empresa, nem no início da jornada, tampouco em seu término.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A higienização do uniforme é de responsabilidade do trabalhador, pois os produtos utilizados para a higienização dos uniformes são de uso comum.

CIPA – COMPOSIÇÃO, ELEIÇÃO, ATRIBUIÇÕES, GARANTIAS AOS CIPEIROS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA - CIPA

Serão criadas COMISSÕES INTERNAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES - CIPA em conformidade com a lei, sendo acompanhada pelo sindicato laboral através de técnicos credenciados em Segurança e Medicina do Trabalho.

EXAMES MÉDICOS

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA - DOS CUSTOS COM A REALIZAÇÃO DE EXAMES TOXICOLÓGICOS

Para as funções que demandem a realização de exames toxicológicos periódicos, as partes estabelecem que os custos dos mencionados exames serão arcados pelo empregado, uma vez se tratar de requisito técnico correlato à sua habilitação legal para a função.

Parágrafo Único: A não renovação do exame obrigatório constituirá motivo ensejador de sanção disciplinar ao empregado, e caso não realizado o exame no prazo de 5 dias a contar da notificação pelo empregador, estará o empregado sujeito à dispensa por justa causa nos termos do Art. 482, "m" da CLT, uma vez que o exame em questão configura requisito de segurança do trabalho para o exercício da profissão.

ACEITAÇÃO DE ATESTADOS MÉDICOS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - ATESTADO MÉDICO

Serão aceitos como válidos os atestados médicos e odontológicos apresentados pelo empregado para justificar sua ausência por motivo de doença, emitidos por profissionais devidamente registrados no CRM e CRO, em ordem de preferência, por médicos contratados diretamente pela empresa, ou mediante convênio e, à sua falta, os atestados emitidos por médicos vinculados ao SUS (Sistema Único de Saúde). Em último caso, serão aceitos os atestados emitidos por médico do sindicato ou particular. Em todas as hipóteses, a empregadora poderá demandar ao trabalhador que se submeta aos médicos contratados pela empresa.

Parágrafo Primeiro – O atestado deverá ser entregue, pessoalmente ou nos casos de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem, dentro das 48 horas após a emissão do referido atestado.

Parágrafo segundo – Quando o empregado prestar serviço fora do domicílio da sede da empresa, a entrega do atestado médico poderá ser feita em sua subsede ou posto de apoio, caso existam, ou recolhido pelo preposto da mesma no próprio posto de serviço.

Parágrafo Terceiro – Para sua validade, o atestado deverá conter a identificação do empregado e assinatura e carimbo com o número do Conselho do profissional que assina o documento, o código CID e ser apresentado em duas vias (original e cópia), a fim de que as empresas declarem na cópia a ser imediatamente devolvida ao empregado, o recebimento do respectivo original, inclusive com data, horário e assinatura do preposto da empresa.

Parágrafo Quarto – Caso a empresa suspeite de fraude no atestado apresentado, poderá solicitar esclarecimentos aos responsáveis, os quais deverão prestá-las, vez que a prática de apresentação de atestado falso é crime previsto nos arts. 297 e 302 do Código Penal.

Parágrafo Quinto – Caso a fraude seja constatada, poderá ser aplicada demissão por justa causa do empregado, prevista no artigo 482, a, da CLT.

Parágrafo Sexto - Fica a empresa autorizada a ampliar o prazo de dispensa da realização do exame demissional pelos prazos definidos na NR 07, itens 7.4.3.5.1 e 7.4.3.5.2.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA - DA COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE DE TRABALHO

Fica o empregado obrigado a comunicar a empresa a ocorrência de Acidente de Trabalho no prazo de 12 horas após o fato.

Parágrafo primeiro: A comunicação deverá ser realizada independente de afastamento ou não do trabalho, sendo esta feita inicialmente pelo colaborador, e em caso de absoluta impossibilidade comprovada, por outrem.

Parágrafo segundo: Não havendo excepcionalidade da situação, a ausência da comunicação ensejará a aplicação da penalidade de advertência.

Parágrafo terceiro: Sem prejuízo do parágrafo anterior, existindo cobrança da multa prevista no Art. 286 do Decreto n. 3.048/99, esta será suportada pelo empregado.

Parágrafo quarto: A multa será cobrada em valor que não prejudique a subsistência do empregado, podendo ser descontada do salário de forma parcelada.

OUTRAS NORMAS DE PREVENÇÃO DE ACIDENTES E DOENÇAS PROFISSIONAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - SESMT COLETIVO

Na forma das normas legais atuais, os sindicatos e as empresas poderão formar SESMT coletivo, ou ainda poderão os empregados serem assistidos no SESMT do contratante. Nos dois últimos casos, com a assistência obrigatória do Sindicato Patronal.

RELAÇÕES SINDICAIS ACESSO DO SINDICATO AO LOCAL DE TRABALHO

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - ACESSO AS DEPENDÊNCIAS DA EMPRESA

Os representantes do Sindicato dos Trabalhadores terão acesso às dependências das empresas e locais de trabalho dos empregados da categoria quando se fizer necessário para tratar de assuntos de interesse da classe e verificação de condições de trabalho, mediante consulta formal à empresa responsável pelos serviços. O sindicato patronal poderá, em caso de irregularidade constatada ou formalmente denunciada, acompanhar o sindicato laboral na verificação ou oferecer apoio logístico para fazê-lo

REPRESENTANTE SINDICAL

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DIRIGENTE SINDICAL

O Presidente, para atendimento do mandato sindical, fica dispensado do expediente diário na empresa, assegurando-lhe o salário mensal e respectivas vantagens previstas na presente CCT, a serem suportados pelo sindicatolaboral.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA - GARANTIA DE AFASTAMENTO

Fica garantido o afastamento aos dirigentes sindicais, cipeiros e delegados sindicais, quando da participação em seminários e cursos realizados pelas entidades sindicais.

ACESSO A INFORMAÇÕES DA EMPRESA

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA - COMPROVANTE DE RECOLHIMENTOS

Nos termos do Art. 583/CLT, as empresas ficam obrigadas a fornecer ao sindicato dos trabalhadores cópias de documentos comprovando a regularidade dos pagamentos referentes ao Convênio de Apoio Familiar dos Funcionários, conforme estabelecido na cláusula *benefício social familiar*. Deverão ainda apresentar cópia da RAIS - Relação Anual de Informações e Salários até o último dia útil do mês de Junho do ano em exercício.

Parágrafo Primeiro: O empregador efetuará o recolhimento das contribuições previdenciárias próprias e do trabalhador, e o depósito do FGTS com base nos valores pagos no período mensal e fornecerá ao empregado comprovante do cumprimento dessas obrigações.

Parágrafo Segundo: Os segurados enquadrados como empregados que, no somatório de remunerações auferidas de um ou mais empregadores no período de um mês, independentemente do tipo de contrato de trabalho, receberem remuneração inferior ao salário mínimo mensal, poderão recolher ao Regime Geral de Previdência Social a diferença entre a remuneração recebida e o valor do salário mínimo mensal, em que incidirá a mesma alíquota aplicada à contribuição do trabalhador retida pelo empregador.

Parágrafo Terceiro: Na hipótese de não ser feito o recolhimento complementar, o mês em que a remuneração total recebida pelo segurado de um ou mais empregadores for menor que o salário mínimo mensal não será considerado para fins de aquisição e manutenção de qualidade de segurado do Regime Geral de Previdência Social nem para cumprimento dos períodos de carência para concessão dos benefícios previdenciários.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA - APRESENTAÇÃO DA GUIA DE RECOLHIMENTO DO FGTS - GRF

Todas as empresas atuantes no Estado de Mato Grosso do Sul, com sede neste ou em outro estado da federação, independentemente de serem associados ao Sindicato Patronal, ou não, deverão encaminhar à este cópia da Guia de Recolhimento do FGTS - GRF, em substituição ao recibo do CAGED, acompanhada do respectivo comprovante de pagamento, do mês anterior, até o último dia do mês corrente, sob pena de multa de 1 piso salarial da categoria, por mês em falta e poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor desta cláusula.

CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - TAXA NEGOCIAL LABORAL

As empresas descontarão em folha de pagamento o valor equivalente a um dia trabalhado de seus empregados, SINDICALIZADOS ou NÃO, a título de TAXA NEGOCIAL LABORAL como faculta a tese de repercussão geral fixada pelo Supremo Tribunal Federal – TEMA 935. O desconto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada no dia 21.12.23, devidamente convocada por meio do Edital publicado em 20.12.23 no jornal O Estado, página 19.

Parágrafo primeiro: Ao trabalhador fica assegurado o direito de oposição ao desconto e repasse da Taxa negociada laboral que poderá ser realizada por meio de carta escrita de próprio punho, apenas pelo próprio trabalhador e não pela empresa, em duas vias que deverão ser protocoladas em um prazo de até 10 (dez) dias após a vigência desta Convenção Coletiva na sede do Sindicato Laboral ou enviada pelo e-mail do trabalhador digitalizada a carta de próprio punho para o e-mail do Sindicato Laboral: boletos@steacms.org.br

Parágrafo segundo: O desconto em folha dar-se-á no mês de janeiro, devendo ser repassado até o dia 10 de fevereiro de cada ano referente ao desconto, por meio de boleto bancário fornecido pelo Sindicato Laboral.

Parágrafo terceiro: O atraso no pagamento do boleto superior à 30 dias, implicará em multa de 30% (trinta por cento) sobre o valor devido, acrescido da importância de 1/2 (meio) piso salarial vigente da Categoria e honorários advocatícios de 20% (vinte por cento) sobre o saldo devedor total.

Parágrafo quarto: A responsabilidade pela restituição dos valores descontados do trabalhador, em caso de oposição administrativa ou judicial, será do Sindicato Laboral, caso este tenha recebido o repasse das empresas, em caso contrário, caberá às empresas a devolução dos valores.

Parágrafo quinto: Os empregados que vierem a ser contratados após a data-base, os descontos serão efetuados no mês seguinte a contratação, salvo os trabalhadores recontratados por empresas da mesma categoria e que já tiveram o desconto realizado no mesmo ano, garantindo-se o mesmo prazo de oposição mencionado no parágrafo primeiro desta cláusula.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA LABORAL

Com base nas disposições contidas no artigo 513, alínea e, da CLT, os empregadores ficam obrigados a descontar na folha salarial de cada mês, a partir de janeiro do ano em curso, a importância equivalente a 1,5% (um vírgula cinco por cento) do salário de cada empregado sindicalizado e limitado o desconto individual mensal de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), a título de Contribuição Confederativa Laboral.

Parágrafo primeiro: as importâncias descontadas deverão ser recolhidas ao STEAC/MS, em guias próprias, fornecidas até o dia 10 (dez) do mês subsequente ao vencido, acompanhada da relação nominal dos empregados, sob pena de pagamento de multa de 10% (dez por cento) do valor devido, acrescido de juros e correção monetária.

Parágrafo segundo: a empresa será responsável pela entrega das fichas de filiação dos funcionários junto ao sindicato laboral, que fornecerá as respectivas fichas de filiação.

Parágrafo terceiro: os novos empregados que vierem a ser contratados após a data-base, terão o desconto efetuado a partir do mês seguinte ao de admissão e filiação.

Parágrafo quarto: é garantido o direito de desfiliação e de oposição ao desconto aos empregados filiados, no prazo de 10 (dez) dias que anteceder ao desconto, que deverá ser manifestado pelo trabalhador interessado em carta de próprio punho, diretamente à empresa ou ao sindicato laboral. Não terão validade as comunicações efetuadas pelos empregados através de correio, e-mail, fax enviados ao sindicato laboral ou à empresa.

Parágrafo quinto: o desconto e repasse da importância devida pelo empregado a título de Contribuição Confederativa Laboral serão de inteira responsabilidade da empresa, sendo que a omissão na efetivação do desconto e seu respectivo repasse ao STEAC/MS obrigará a empresa ao pagamento da importância devida, assegurado seu direito a reaver o valor junto ao empregado.

Parágrafo sexto: o presente desconto foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na sede do STEAC/MS, situada à Rua Buarque de Macedo, nº 84, nesta Capital

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL

As empresas associadas ao Sindicato Patronal contribuirão de forma mensal a referida entidade, através da **CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA PATRONAL**, conforme segue:

- I. empresas com um efetivo de até 20 funcionários contribuirão com 20% (vinte por cento) do piso da categoria;
- II. empresas com um efetivo de até 21 a 50 funcionários contribuirão com 40% (quarenta por cento) do piso da categoria;
- III. empresas com um efetivo de até 51 a 70 funcionários contribuirão com 60% (sessenta por cento) do piso da categoria;
- IV. empresas com um efetivo de 71 a 200 funcionários contribuirão com 70% (setenta por cento) do piso da categoria;
- V. empresas com um efetivo de 201 a 500 funcionários contribuirão com 80% (oitenta por cento) do valor do piso da categoria;
- VI. empresas com efetivo de pessoal superior 501 funcionários contribuirão com 1 (hum) piso da categoria.

Parágrafo primeiro: o pagamento deverá ser efetuado através de boleto bancário fornecido pela própria entidade.

Parágrafo segundo: por atraso de pagamento desta contribuição, será cobrada uma multa de 2% (dois por cento) ao mês e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês.

Parágrafo terceiro: em caso de não recolhimento da Contribuição Associativa Patronal prevista no *caput* da presente cláusula, poderá o Sindicato Patronal recorrer à via judicial, para o cumprimento do inteiro teor da mesma.

Parágrafo Quarto: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte obedecerão a regra insculpida entre os incisos I e VI do *caput*.

Parágrafo Quinto: As empresas que compõem grupo econômico, conglomerados, ou qualquer outra modalidade que acarrete a reunião de pessoas jurídicas autônomas, deverão apurar individualmente a quantidade de empregados e recolher de forma igualmente individual a Contribuição Associativa Patronal.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DA TAXA PATRONAL DE FILIAÇÃO VOLUNTÁRIA

As empresas vinculadas a esta base territorial que, em que pese não serem associadas, possuem interesse em contribuir voluntariamente ao SEAC/MS, poderão recolher taxa patronal de filiação voluntária de forma mensal e sucessiva no valor de R\$150,00 (Cento e cinquenta Reais), adquirindo-se direitos e deveres conforme estatuto, bem como todos os benefícios estipulados através de resolução administrativa emitida pelo Presidente, nos termos do artigo 10 e parágrafos seguintes do Estatuto do SEAC/MS.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA - CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

A Assembleia Geral Extraordinária do Sindicato realizada no dia **27.10.2023**, devidamente convocada por meio do Edital publicado em **23.10.2023**, no Jornal Correio do Estado, página 1 do caderno de Classificados, instituiu, de acordo com o artigo 513, alínea "e" da CLT, que todas as empresa representadas pela entidade patronal conveniente e, portanto, destinatárias da presente Convenção Coletiva de Trabalho, desde que associadas, obrigam-se a recolher até o dia **29/05/2023a** CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL criada com o objetivo de custear as despesas de negociação coletiva para o ano de 2024.

Parágrafo Primeiro: CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL será cobrada apenas uma vez por ano e atrelada à presente Convenção Coletiva de Trabalho firmada, levando-se em consideração a quantidade total de funcionários existentes na matriz e filiais pertencentes na base abrangida por esta Convenção Coletiva, da seguinte forma:

I - Mei – Micro Empreendedor Individual R\$ 120,00

II - 0 até 10 empregados R\$ 338,00

III - 11 até 20 empregados R\$ 358,00

IV - 21 até 50 empregados R\$ 525,00

V - 51 a 100 empregados R\$ 737,00

VI - 101 a 300 empregados R\$ 1.058,00

VII - 301 a 500 empregados R\$ 1.578,00

VIII - 501 a 700 empregados R\$ 2.577,00

IX - Acima de 701 empregados R\$ 3.383,00

Parágrafo Segundo: A falta de recolhimento pelas empresas, no prazo indicado, ensejará incidência de multa de 2% e mora de 1% ao mês, acrescida de atualização monetária nos mesmos índices utilizados para o recolhimento de tributos federais.

Parágrafo Terceiro: O recolhimento da CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL será feito através de boleto bancário que será enviado ao representado via e-mail, até 29/04/2024.

Parágrafo Quarto: Microempresas e Empresas de Pequeno Porte obedecerão a regra insculpida entre os incisos II e IX do Parágrafo Segundo geral de recolhimento da Contribuição Confederativa Patronal

Parágrafo Quinto: As empresas que compõem grupo econômico, conglomerados, ou qualquer outra modalidade que acarrete a reunião de pessoas jurídicas autônomas, deverão apurar individualmente a quantidade de empregados e recolher de forma igualmente individual a CONTRIBUIÇÃO CONFEDERATIVA PATRONAL

Parágrafo Sexto. Na partilha da advinda da Contribuição Confederativa Patronal, serão destinados 5% (cinco por cento) em favor da CNC e o restante será acordado com a Federação, com o repasse mínimo de 20% (vinte por cento).

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE RELAÇÃO ENTRE SINDICATO E EMPRESA**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA - CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL**

Para os processos licitatórios e contratações com tomadores de serviço privados, as empresas abrangidas por esta Convenção Coletiva deverão apresentar a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL que atestará que a referida empresa cumpre as obrigações sindicais, certidão esta que independe da filiação ao sindicato patronal.

Parágrafo primeiro: Para a emissão da certidão de regularidade sindical, o interessado deverá formular requerimento por escrito, assinado por sócio ou procurador regularmente constituído da empresa requerente, em duas vias e deve apresentar ao Sindicato Patronal os seguintes documentos:

- a) Comprovante de quitação da contribuição assistencial e confederativa patronal.
- b) Declaração de firma individual, do contrato social ou da última alteração registrada;
- c) Certidão negativa de débitos fundiários (FGTS);
- d) Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e a dívida ativa da união;
- e) Certidão negativa de débitos municipais (débitos gerais e mobiliários);
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- g) Certificado de Regularidade – Benefício Social Familiar;
- h) Certificado de Regularidade – Benefício Assistencial ao Trabalhador;
- i) CAGED ou informações oficiais de controle governamental de dados e cadastro dos empregados admitidos e demitidos, do mês anterior ao requerimento;
- j) Guia da Contribuição Assistencial Laboral;
- k) Guia da Contribuição Confederativa Laboral;
- l) Guia da Contribuição Associativa Patronal (só para associados ao SEAC/MS);
- m) Guia da taxa de filiação voluntária (só para filiados contribuintes voluntários ao SEAC/MS);

Parágrafo Segundo: Do filiado contribuinte voluntário será cobrada a taxa de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para emissão de quaisquer das certidões/declarações mencionadas nesta cláusula com a finalidade de custear as despesas de postagem, papelaria, arquivo de processo, entre outros.

Parágrafo terceiro: Das demais empresas será cobrada a taxa de R\$ 300,00 (trezentos reais) para emissão de quaisquer das certidões/declarações mencionadas nesta cláusula com a finalidade de custear as despesas de postagem, papelaria, arquivo de processo, entre outros.

Parágrafo Quarto As empresas associadas ao sindicato patronal estão isentas do pagamento desta taxa.

Parágrafo quinto: a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL será expedida pelas partes convenientes, assinada conjuntamente pelos respectivos presidentes dos sindicatos patronal e laboral, sob pena de invalidade, sendo vedada a emissão de certidões de cumprimento parcial das obrigações contidas nesta Cláusula.

Parágrafo sexta: as empresas licitantes poderão opor-se à empresa concorrente desacompanhada da CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL para qualquer certame licitatório (nas modalidades convite, tomada de preços, concorrência, concurso, leilão, pregão presencial e eletrônico), por descumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Parágrafo sétimo: para as empresas que não exercem atividade empresarial na área representativa das entidades sindicais, a CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL será substituída pela emissão, pelos sindicatos convenientes, de DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATIVIDADE EMPRESARIAL, mediante prévia declaração desta informação pela empresa requerente ao sindicato patronal, constando expressamente que não possui contratos de prestação de serviço e empregados na área de abrangência representativa dos sindicatos emitentes, declaração esta que será emitida para finalidade certa e única, devendo constar expressamente a concorrência ou certame público a que se destina, incluindo o número do Edital e o nome do Tomador de Serviço ou somente o nome do Tomador de Serviço, caso seja pessoa jurídica de direito privado. Sendo a empresa solicitante vencedora do certame público ou firmando contrato com a respectiva pessoa jurídica de direito privado, conforme parágrafo anterior, deverá substituir a declaração pela Certidão de Regularidade Sindical, no prazo de 60(sessenta) dias, a contar da assinatura do contrato e obedecendo a todos os requisitos desta cláusula.

Parágrafo oitavo: na apresentação de propostas em certames públicos ou para tomadores de serviço privados, a empresa deverá anexar cópia desta Convenção Coletiva à CERTIDÃO DE REGULARIDADE SINDICAL ou à DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE ATIVIDADE EMPRESARIAL.

Parágrafo nono: A entidade sindical terá o prazo de 3 (três) dias úteis para o fornecimento da certidão. Quando a Certidão de Regularidade Sindical for referente à cidade de Dourados-MS (STECAD), a entidade sindical patronal terá o prazo de 7 (sete) dias úteis para o fornecimento da certidão, devido ao deslocamento intermunicipal.

Parágrafo décimo: A certidão de regularidade sindical terá validade de 60 (sessenta) dias.

OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE REPRESENTAÇÃO E ORGANIZAÇÃO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA COMISSÃO DE CONCILIAÇÃO PRÉVIA E MEDIAÇÃO

Considerando as disposições da Lei 13.467/2017, art. 611 – A, as partes constituem neste ato a Comissão de Conciliação Prévia, Mediação e Arbitragem, com base nas condições abaixo enunciadas:

§1º Com base na Lei 9.958/2000 fica criada a Comissão de Conciliação Prévia - CCP entre os Sindicatos signatários para que empregadores e trabalhadores possam celebrar acordo acerca de parcelas e direitos de natureza trabalhista, sendo que com base no parágrafo único do artigo 625-E da referida lei, o termo de conciliação é título executivo extrajudicial e tem eficácia liberatória geral, exceto quanto às parcelas expressamente ressalvadas.

§2º Constitui objetivo geral da Comissão de Conciliação Prévia, a solução dos conflitos individuais decorrentes das relações de trabalho, por acordo entre as próprias partes, com a intermediação dos sindicatos dos empregados e dos empregadores, através de seus representantes conciliadores, sem a intermediação da Justiça do Trabalho ou qualquer outro órgão público.

§3º Os acordos coletivos serão firmados perante a presente comissão, com a mediação dos Sindicatos signatários, e assinaturas dos Sindicatos Laboral e Patronal.

§4º A presente Comissão também funcionará como câmara de arbitragem para os empregados enquadrados no art. 507-A da CLT, que percebam remuneração superior a duas vezes o limite máximo estabelecido para os benefícios do Regime Geral de Previdência Social e que em seus contratos de trabalho haja cláusula compromissória pactuada com concordância do empregado em submeter seus litígios a essa Comissão, nos termos previstos na Lei 9.307/96.

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA - DO ENQUADRAMENTO SINDICAL

O enquadramento sindical está vinculado à atividade econômica principal do empregador, não estando inserida neste conceito a prestação de serviços a terceiros.

Parágrafo Primeiro: Exercendo a empresa múltiplas atividades, o enquadramento sindical observará o segmento no qual o empregado trabalha, salvo quando não for possível identificar aquela preponderante e, cumulativamente, o sindicato dos trabalhadores houver celebrado convenção coletiva mais benéfica com sindicato eclético da categoria econômica", sob pena de nulidade absoluta do contrato.

Parágrafo Segundo: Os sindicatos comprometem-se a coibir a utilização de norma coletiva de trabalho que utilize enquadramento sindical incompatível com o segmento da prestação de serviços do trabalhador das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT.

Parágrafo Terceiro: Os sindicatos atuarão para alertar e responsabilizar os tomadores de serviços e seus prepostos que utilizarem nos contratos públicos ou privados, cujo objeto é preponderante os serviços de terceirização das atividades indicadas na Cláusula Segunda da presente CCT, norma coletiva diversa da presente CCT.

DISPOSIÇÕES GERAIS DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEXTA - MULTA POR DESCUMPRIMENTO

Por qualquer infração a esta Convenção Coletiva de Trabalho, as empresas por ela abrangidas pagarão multa equivalente a 10% (dez por cento) do piso salarial da categoria, por empregado prejudicado, revertendo-se em benefício da parte prejudicada, ficando excluídas desta cláusula as cláusulas que já possuam cominações específicas. A presente multa não é cumulativa com a multa aplicável por atraso no pagamento desalários.

OUTRAS DISPOSIÇÕES

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SÉTIMA - DO LOCAL DE GUARDA DE DOCUMENTOS TRABALHISTAS

Face à natureza da atividade da prestação de serviços a terceiros, fora da sede das empresas, a ficha de registro de empregados, as folhas de ponto e os demais livros poderão ficar na empresa ou no posto em que o serviço é realizado, prevalecendo a regra que melhor satisfizer a viabilidade operacional do Empregador, inclusive quanto à documentação pessoal do Empregado.

Parágrafo Único: fica facultado ao empregador a guarda dos documentos acima referidos, quaisquer documentos relativos a deveres e obrigações trabalhistas, incluindo aqueles relativos a normas regulamentadoras de saúde e segurança do trabalho, compostos por dados ou por imagens, em meios eletrônicos, ópticos ou qualquer outro meio idôneo digital, observados os requisitos da Lei 12.682/2012 e 13.709/2018

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA OITAVA - AÇÃO DE CUMPRIMENTO DE CLÁUSULA CONVENCIONADA

As entidades sindicais reconhecem a legitimidade recíproca para ajuizamento de ação de cumprimento de cláusulas convencionadas, seja diante do Ministério Público do Trabalho ou diante da Justiça do Trabalho, no caso de transgressões das cláusulas desta convenção, independente de outorga da categoria representada.

Parágrafo Único: em decorrência da competência recíproca, fica convencionado que os sindicatos signatários poderão exercer, em conjunto ou individualmente, todos os atos fiscalizatórios necessários a verificação se as cláusulas convencionadas estão sendo cumpridas

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA NONA - JUÍZO COMPETENTE

As dúvidas e divergências surgidas no cumprimento da presente Convenção Coletiva de Trabalho serão dirimidas de forma amigável e, na sua impossibilidade, pela Justiça do Trabalho competente da localidade em que o empregado prestarserviço.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS PARA NEGOCIAÇÃO

Fica convencionado que quaisquer instrumentos coletivos firmados pelo Sindicato Laboral, com quaisquer das empresas do setor abrangido por essa Convenção Coletiva de Trabalho, incluindo nestes Acordos Coletivos de Trabalho e seus Termos Aditivos, que estabelecerem condições sociais e econômicas divergentes das pré-estabelecidas nesta Convenção Coletiva, deverão contar com a participação na negociação e anuência expressa dos sindicatos convenientes.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA - MEDIANTE A BOLSA QUALIFICAÇÃO

Como forma de manutenção do emprego e da renda para os períodos em que houver rescisão contratual entre o tomador de serviço e a empresa contratada, bem como em outras situações que se entenda necessário, fica autorizada a suspensão temporária do contrato de trabalho por um período de dois a cinco meses, conforme previsto no art. 476-A da Consolidação das Leis do Trabalho. Considerando os esforços das entidades sindicais, no sentido de promover a qualificação e capacitação dos trabalhadores no segmento de asseio e conservação, visando a melhoria de sua condição social e de empregabilidade, fica convencionado que o PROFAC será a entidade concedente do Bolsa qualificação para o segmento, conforme homologado e validado o projeto pedagógico pela Superintendência Regional do Trabalho de Mato Grosso do Sul (Setor do Programa do Seguro-Desemprego e Abono Salarial).

Parágrafo Primeiro: Fica ajustado que qualquer empresa, abrangida pela presente norma coletiva, poderá suspender os contratos de trabalho de seus empregados, dentro dos limites do caput dessa cláusula, bem como qualquer um de seus empregados poderá ter seu contrato suspenso, para participar de curso ou programa de qualificação propiciado pela empresa, nas modalidades presencial ou virtual, com duração equivalente à suspensão contratual e com sua aquiescência formal.

Parágrafo Segundo: O curso ou programa de Qualificação Profissional, deve ter como conteúdo assuntos relacionados com as atividades da empresa ou correlatas.

Parágrafo Terceiro: O empregado com contrato de trabalho suspenso na forma prevista no presente instrumento normativo, terá direito a receber a Bolsa Qualificação, na modalidade de Seguro Desemprego, conforme estabelecido pelo Ministério da Economia.

Parágrafo Quarto: No caso de dispensa do empregado, no transcurso do período de suspensão contratual ou nos três meses subsequentes ao seu retorno ao trabalho, o empregador pagará ao mesmo, além das parcelas rescisórias, previstas na legislação em vigor, multa de 100% por cento sobre o valor do salário base da categoria, anterior à suspensão do contrato.

Parágrafo Quinto: O prazo limite fixado no caput dessa cláusula poderá ser prorrogado, observando os requisitos contidos nos art.61 e 62 da Resolução CODEFAT Nº957/2022.

Parágrafo sexto: Conforme Resolução CODEFAT nº 591/2009, que dispõe sobre o pagamento da bolsa qualificação, para concessão do benefício de que trata a presente cláusula, o empregador deverá informar à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego a suspensão do contrato de trabalho bem como cumprir todos os requisitos estabelecidos na referida Resolução.

CLÁUSULA SEXAGÉSIMA SEGUNDA - DAS DISPOSIÇÕES INERENTES A LGPD

Em conformidade com a lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), poderão ser compartilhados com o SEAC-MS os dados pessoais do trabalhador, independentemente de consentimento prévio, sempre que necessário e desde que autorizado pela legislação vigente. Com fundamento no art. 7º, II e art. 11, II, a, são objetos de tratamento os seguintes dados pessoais:

Parágrafo primeiro-

Dados para registro de empregados (qualificação civil do trabalhador, dados sobre a relação de emprego, férias, acidentes de trabalho etc.), dados sobre exames de saúde ocupacional, dados sobre a remuneração do empregado, bem como dados para oferecimento de benefícios, gratificações, auxílios, prêmios, seguros.

Parágrafo segundo - A finalidade do compartilhamento será para que se apure a base de trabalhadores dos benefícios sociais de caráter compulsório presente na convenção coletiva, as informações referente terá duração de 05 anos.

Parágrafo terceiro - O compartilhamento de dados entre o empregador e o SEAC-MS exige providências de ambos para adoção de boas práticas visando assegurar a proteção e segurança dos dados pessoais do trabalhador

Parágrafo quarto - O atendimento aos titulares de dados pessoais será realizado pelo e-mail lgpd@seacms.com.br. O prazo é de até 15 dias úteis para confirmação de existência de tratamento ou acesso aos dados pessoais que estejam sob responsabilidade do SEAC-MS. Demais solicitações serão atendidas em até 30 dias úteis, prorrogáveis por igual período, uma única vez.

}

DANIEL DA SILVA AMADO FELICIO
PRESIDENTE
SINDICATO DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVACAO DE MS

TON JEAN RAMALHO FERREIRA
PRESIDENTE
SIND TRABALHADORES EMPRESAS ASSEIO CONSERVACAO DE MS

ANEXOS ANEXO I - ATA

[Anexo \(PDF\)](#)

ANEXO II - LISTA

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.

**Anexo III - Anexo IIIa - Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul. P
Porã Servente Limpeza.pdf**

Laudo Técnico para Avaliação Insalubridade e Periculosidade LTIP



++++,

SUMÁRIO

DADOS DO CONTRATANTE.....	3
DADOS DO CONTRATADO.....	4
I. INTRODUÇÃO	5
A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15).....	5
B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16).....	6
II. OBJETO	7
III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	8
IV. INSPEÇÃO TÉCNICA.....	9
V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO.....	10
VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS	11
VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS	11
A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA	11
B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15	11
C - RUÍDO	12
D - VIBRAÇÕES	12
E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	12
F - TEMPERATURAS ANORMAIS.....	13
G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL.....	13
H - AGENTES BIOLÓGICOS	13
VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	14
A - COM RELAÇÃO A RUÍDO	14
B - COM RELAÇÃO A CALOR.....	15
IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES	16
X. ENQUADRAMENTO LEGAL	17
A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE.....	17
B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS	18
C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS	18
IX – RESPONSÁVEL	19

DADOS DO CONTRATANTE

Razão Social/Sede

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

SUPERINTENDENCIA DE AGRICULTURA E PECUARIA

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE: 84.11-6-00

Endereço: R DOM AQUINO Nº 2696

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: CAMPO GRANDE/MS

CEP: 79.002 - 182

Fone: (67) 3041-9300

Unidade de Operação

VIGIAGRO – VIGI-PMG / SEDE

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE : 84.11-6-00

Rua / Av.: AVENIDA INTERNACIONAL Nº 860

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: PONTA PORÃ

CEP: 79.004 - 738

GRAU DE RISCO: 01

ELABORADO EM: 09 / 05 / 2024

Quantificação de empregados

Homens:

Mulheres:

1

Acompanhou a avaliação técnica dos locais de trabalho o Sr.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

FUNÇÃO: SERVIDOR

DADOS DO CONTRATADO

Razão Social/Sede

FOCO ENGENHARIA DE PRECISÃO LTDA

CNPJ: 23.892.495/0001-06

CFDF: 08.065.305/001-08

Endereço: QUADRA 38 CONJUNTO E LOTE 5 SOBRELOJA

Bairro: VILA SÃO JOSÉ

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

Fone: (61) 3020-2443 / 99294-1697

Responsável Técnico

ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS

CPF: 717.564.931-20

CREA: 24.328/D-DF

Título: ENGENHEIRO / ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

I. INTRODUÇÃO

Este laudo tem como objetivo reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR – 15) e periculosidade (NR – 16), caso houver, aos quais os trabalhadores estão expostos.

Estes riscos ocupacionais são aqueles que podem trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador nos ambientes de trabalho, em função da natureza, concentração, intensidade e fator de exposição.

A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15)

Fundamentações Legais

Orientação Normativa N° 02, de 19 de fevereiro de 2010, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabelece a orientação a respeito da concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante, gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas no âmbito do Serviço Público Federal;

- SÚMULA n° 47 – Tribunal Superior do Trabalho – O Trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por esta circunstância, o direito a percepção do respectivo adicional;
- LEI N° 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;
- Portaria 3214/78 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Classificação Brasileira de ocupações – CBO, instituída por portaria ministerial n° 397 de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Atividade XIII Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Artigo 194 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco a sua saúde ou integridade física nos termos desta ATIVIDADE e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho;
- Artigo 189 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou método de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerâncias fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Artigo 191 da ATIVIDADE XIII, TÍTULO II, Capítulo V da CLT que dispõe: “A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorre:

- I. Com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos Limites de Tolerância;
- II. Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a Limites de Tolerância.

Limite de Tolerância

De acordo com a norma regulamentadora NR 15, Limite de tolerância é a concentração máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante sua vida laboral.

CLT ART.º 192

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região, salvo casos mais benéficos ao trabalhador previstos em acordos coletivos de trabalho. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Porém a empresa deverá adotar medidas para minimizar a exposição dos trabalhadores a agentes insalubres e conservar o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância através medidas administrativas, equipamentos de proteção coletiva e em último caso, cessada todas as outras possibilidades, a adoção do equipamento de proteção individual, respectivamente nesta ordem.

A caracterização do adicional de insalubridade é feita através de Laudo Técnico elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho devidamente habilitado.

Suspensão do Pagamento do Adicional de Insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) eliminar o fator de risco;
- b) controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- c) reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- d) se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16)

São consideradas Atividades e Operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador, quando enquadradas nas delimitações impostas pela NR 16 e Anexos, conforme tabela:

ANEXO	DESCRIÇÃO
1	Atividades e Operações Perigosas com explosivos;
2	Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis;
3	Atividades e Operações Perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial;
4	Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica;
5	Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou substâncias radioativas;
6	Atividades e Operações Perigosas dos trabalhadores em Motocicleta.

Fonte: Norma Regulamentadora 16 da Portaria no 3.214/1978 do MTE.

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário básico sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

O trabalhador poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido, porém, a percepção dos adicionais não é acumulativa.

II. OBJETO

O presente laudo trata de avaliação pericial conclusiva sobre as condições de exposição a agentes insalubres e/ou perigosos com a finalidade de definir o enquadramento da(s) atividade(s) analisadas, nos termos dos Artigos 189 a 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das Normas Regulamentadoras (NR) nº 15 nº 3214/78, da Lei nº 7.639/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, e da Portaria nº 3.393, de 17.12.87.

III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A elaboração deste laudo baseou-se no método da análise qualitativa, a partir da inspeção no local de trabalho (perícia), analisando detalhadamente os postos de trabalho, a função e atividade do trabalhador, tendo como base, os critérios das Normas Regulamentadoras 15 e 16, onde foi possível colher as informações iniciais para a caracterização das condições salubres ou insalubres, perigosos ou não, juntamente com o tipo de exposição. Na sequência, caracterizou-se o ambiente de trabalho, verificando suas principais máquinas / equipamentos, os produtos químicos utilizados.

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **QUALITATIVA:** Trata-se de uma avaliação ou inspeção visual sobre determinado local de trabalho, observando as características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes ambientais, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
- **QUANTITATIVA:** Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos e estabelecimento de ações para de controle dos riscos.

IV. INSPEÇÃO TÉCNICA

A atividade de perícia, com objetivo de inspecionar os locais de trabalho dos empregados, ocorreu entre os dias 07 à 10 de maio de 2024, durante o horário normal de expediente e teve o acompanhamento de uma representante da empresa.

A mesma nos conduziu pelos ambientes internos da empresa, apresentando-os; foi arguida sobre algumas situações e informações necessárias, e também disponibilizou todos os documentos necessários para construção deste laudo.

V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO

SETOR	POSTO DE TRABALHO	TAREFAS EXECUTADAS
Serviços Internos e Externos - Terceirizado	Servente de Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza geral diária, em todas as dependências das área internas e externas, inclusive as calçadas e jardins; • Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino; • Coleta de lixo diário, nas dependências, nos últimos da manhã e da tarde; • Limpeza profunda nos pisos, de forma a retornar a cor original, sempre que for necessário; • Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc... com passagem de aspirador de pó; • Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas; • Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e ou metal; • Limpeza periódica e esmerada, a cada 15 (quinze) dias, dos filtros dos equipamentos de ar condicionado; • Limpeza periódica, a cada 6 meses, das caixas d'água e algibre com solução em cloro.

VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES
Serviços Internos e Externos – Terceirizados	Servente de Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> Químicos – Cloro – Limpeza de sanitários; Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários – Limpeza de Sanitários;

VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS

A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	AGENTE	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Servente de Limpeza	Cloro	Limpeza de Sanitários	Habitual – Intermitente

B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	EXPOSIÇÃO
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	1 (uma) hora	8	N/A

C - RUÍDO

Equipamento utilizado: Decibelímetro / dosímetro marca AKRON, modelo KR-813, microfone colocado na altura e ângulo correspondentes aos ouvidos dos trabalhadores nos pontos de trabalho, no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta (SLOW) para ruído contínuo e compensação "C" e resposta rápida (FAST) para ruído de impacto. Aparelho com calibração aferida em 17/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	RUÍDO dB(A)
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	1 (uma) hora	8	57,3

D - VIBRAÇÕES

Contato continuado dos trabalhadores com vibrações intensas, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	N/A

E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE

POSTO	DATA	RESULTADOS
Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	09/05/2024	As atividades dos colaboradores que compõem este grupo são desenvolvidas em ambientes internos, ou seja, são totalmente cobertos o que evita o reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol.

F - TEMPERATURAS ANORMAIS**CALOR**

Equipamento utilizado: Medido de Stress Térmico marca QUEST TECHNOLOGIES, modelo QUESTemp³⁴ (de globo, bulbo úmido e bulbo seco), colocado na altura e posição correspondentes aos corpos dos trabalhadores nos pontos de trabalho. Aparelho com calibração aferida em 20/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024, céu ABERTO e sem chuva, temperatura de 38°C à sombra.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	TEMPO DE UM CICLO	N.º DE CICLOS / JORNADA	TEMP. DE GLOBO	TEMP. BULBO ÚMIDO	TEMP. SECO
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	1 (uma) hora	8 (oito)	N/A	N/A	N/A

G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de trabalho hiperbárico.

() Sim

(X) Não

H - AGENTES BIOLÓGICOS

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de exposição aos agentes biológicos citados.

(X) Sim

() Não

VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A - COM RELAÇÃO A RUÍDO

Consideraremos como exposições **contínuas** aquelas em que, nos Postos de Trabalho, o trabalhador permanece exposto sempre aos mesmos níveis de pressão sonora oriunda do ambiente de trabalho, e **variáveis** para os Postos de Trabalho expostos a ruídos diferentes em um ou mais de um ponto de trabalho, então realizados os cálculos de dose de ruído segundo a equação:

$$\text{Dose} = \frac{C1}{T1} + \frac{C2}{T2} + \frac{C3}{T3} + \dots + \frac{Cn}{Tn}$$

ANEXO 1 da NR-15 - LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

Nível de ruído dB (A)	Máxima exposição diária PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas
92	3 horas e 30 minutos
93	3 horas
94	2 horas e 40 minutos
95	2 horas e 15 minutos
96	2 horas
97	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 30 min
99	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	NPS - dB(A) exposição contínua	Dose de ruído exposição variável
Servente de Limpeza	57,3	58,2

B - COM RELAÇÃO A CALOR

Realizados os cálculos de **IBUTG** conforme a equações :

* sem carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,3 \cdot t_g$

* com carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,1 \cdot t_{bs} + 0,2 \cdot t_g$

onde :

t_{bn} = temperatura de bulbo úmido natural

t_g = temperatura de globo

t_{bs} = temperatura de bulbo seco

Realizadas análise das funções em cada posto de trabalho, considerados os critérios de descanso no próprio local de trabalho e descanso térmico em outro local respeitadas as taxas de metabolismo por atividades, previstas ns NR-15, usando as equações :

Para cálculo da taxa de metabolismo média ponderada para uma hora:

$$M = \frac{M^t \cdot T^t + M^d \cdot T^d}{60}$$

e

M^t - taxa de metabolismo no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

M^d - taxa de metabolismo no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

Para cálculo da taxa de metabolismo médio ponderado para uma hora :

$$IBUTG = \frac{IBUTG^t \cdot T^t + IBUTG^d \cdot T^d}{60}$$

$IBUTG^t$ - IBUTG no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

$IBUTG^d$ - IBUTG no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

TAXAS DE METABOLISMO POR TIPO DE ATIVIDADE

TIPO DE ATIVIDADE	Kcal/h
Sentado em Repouso	100
TRABALHO LEVE	
Sentado, movimentos moderados com braços e tronco (ex.: datilografia).	125
Sentado, movimentos moderados com braços e pernas (ex.: dirigir).	150
De pé, trabalho leve, em máquina ou bancada, principalmente com os braços.	150
TRABALHO MODERADO	
Sentado, movimentos vigorosos com braços e pernas.	180
De pé, trabalho leve em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	175
De pé, trabalho moderado em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	220
Em movimento, trabalho moderado de levantar ou empurrar.	300
TRABALHO PESADO	
Trabalho intermitente de levantar, empurrar ou arrastar pesos (ex.: remoção com pá).	440
Trabalho fatigante	550

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	Descanso no mesmo local			descanso em outro local	
	IBUTG	Tipo da atividade	Tempo Trabalho/descanso	IBUTG	METABOLISMO MÉDIA
Servente de Limpeza	N/A	8 (oito) horas	2 (duas) horas	N/A	N/A

IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES	GRAU DE INSALUBRIDADE
Área Interna	Servente de Limpeza – Feminino	- Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários;	Grau Médio – 20%

X. ENQUADRAMENTO LEGAL

INSALUBRIDADE: PORTARIA Nº 3214, DE 08.06.78

- Ruído contínuo ou intermitente
- Ruídos de impacto
- Calor
- Radiações ionizantes
- Trabalho sob condições hiperbáricas
- Radiações não ionizantes
- Vibrações
- Frio
- Umidade
- Agentes químicos com limites de tolerância
- Poeiras minerais
- Agentes químicos (sem limites de tolerância)
- Agentes biológicos

A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Norma Regulamentadora nº 15, item 15.2, da Portaria 3214/78 estabelece que o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, *incidente sobre o salário mínimo*, equivalente a :

- **40% (quarenta por cento)**, para insalubridade grau máximo;
- **20% (vinte por cento)**, para insalubridade grau médio;
- **10% (dez por cento)**, para insalubridade grau mínimo.

GRAUS DE INSALUBRIDADE

- **MÁXIMO:** Radiações ionizantes, trabalho sob condições hiperbáricas, poeiras minerais, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÉDIO:** Ruído, calor, radiações não ionizantes, vibrações, frio, umidade, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÍNIMO:** Alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15).

B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS

SETOR	AGENTE / EQUIPAMENTO	PROPOSTA PARA CORREÇÃO
Áreas Internas e Externas	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; - Exposição ao reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de EPIs; - Uso de protetor solar, quando trabalhando com exposição solar;

C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
Áreas Internas e Externas	Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	Trabalho em Solo: <ul style="list-style-type: none"> . Luva Latex, PVC ou de raspa; . Máscara KSN PFF2 VO Carvão Ativo Com Válvula CA10579; . Bota impermeável e antiderrapante; . Óculos de proteção; . Avental; . Protetor Auricular;

IX – RESPONSÁVEL

Campo Grande/MS, 10 de Maio de 2024.

O presente Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP foi elaborado pelos profissionais que compõe a equipe técnica da empresa ***Foco Engenharia de Precisão Ltda.***

Responsável Técnico pela Elaboração:

Foco Engenharia de Precisão
Adriano Barbosa dos Santos
Eng. Segurança do Trabalho
CREA 24.328-D/DF

**Anexo IV - Anexo IIIb -Laudos Téc. Aval. Insal. Pericul.
UTRA Servente Limpeza.pdf**

Laudo Técnico para Avaliação Insalubridade e Periculosidade LTIP



++++,

SUMÁRIO

DADOS DO CONTRATANTE.....	3
DADOS DO CONTRATADO.....	4
I. INTRODUÇÃO	5
A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15).....	5
B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16).....	6
II. OBJETO	7
III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	8
IV. INSPEÇÃO TÉCNICA.....	9
V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO.....	10
VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS	11
VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS	11
A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA	11
B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15	11
C - RUÍDO	12
D - VIBRAÇÕES	12
E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	12
F - TEMPERATURAS ANORMAIS.....	13
G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL.....	13
H - AGENTES BIOLÓGICOS	13
VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	14
A - COM RELAÇÃO A RUÍDO	14
B - COM RELAÇÃO A CALOR.....	15
IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES	16
X. ENQUADRAMENTO LEGAL	17
A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE.....	17
B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS	18
C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS	18
IX – RESPONSÁVEL	19

DADOS DO CONTRATANTE

Razão Social/Sede

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

SUPERINTENDENCIA DE AGRICULTURA E PECUARIA

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE: 84.11-6-00

Endereço: R DOM AQUINO Nº 2696

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: CAMPO GRANDE/MS

CEP: 79.002 - 182

Fone: (67) 3041-9300

Unidade de Operação

UTRA-DOU/SFA-MS / DOURADOS/MS

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE : 84.11-6-00

Rua / Av.: RUA MELVIN JONES Nº 1084

Bairro: VILA PROGRESSO

Cidade/Estado: DOURADOS

CEP: 79.825-030

GRAU DE RISCO: 01

ELABORADO EM: 09 / 05 / 2024

Quantificação de empregados

Homens:

-

Mulheres:

1

Acompanhou a avaliação técnica dos locais de trabalho o Sr.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

FUNÇÃO: SERVIDOR

DADOS DO CONTRATADO

Razão Social/Sede

FOCO ENGENHARIA DE PRECISÃO LTDA

CNPJ: 23.892.495/0001-06

CFDF: 08.065.305/001-08

Endereço: QUADRA 38 CONJUNTO E LOTE 5 SOBRELOJA

Bairro: VILA SÃO JOSÉ

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

Fone: (61) 3020-2443 / 99294-1697

Responsável Técnico

ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS

CPF: 717.564.931-20

CREA: 24.328/D-DF

Título: ENGENHEIRO / ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

I. INTRODUÇÃO

Este laudo tem como objetivo reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR – 15) e periculosidade (NR – 16), caso houver, aos quais os trabalhadores estão expostos.

Estes riscos ocupacionais são aqueles que podem trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador nos ambientes de trabalho, em função da natureza, concentração, intensidade e fator de exposição.

A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15)

Fundamentações Legais

Orientação Normativa N° 02, de 19 de fevereiro de 2010, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabelece a orientação a respeito da concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante, gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas no âmbito do Serviço Público Federal;

- SÚMULA n° 47 – Tribunal Superior do Trabalho – O Trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por esta circunstância, o direito a percepção do respectivo adicional;
- LEI N° 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;
- Portaria 3214/78 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Classificação Brasileira de ocupações – CBO, instituída por portaria ministerial n° 397 de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Atividade XIII Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Artigo 194 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco a sua saúde ou integridade física nos termos desta ATIVIDADE e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho;
- Artigo 189 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou método de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerâncias fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Artigo 191 da ATIVIDADE XIII, TÍTULO II, Capítulo V da CLT que dispõe: “A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorre:

- I. Com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos Limites de Tolerância;
- II. Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a Limites de Tolerância.

Limite de Tolerância

De acordo com a norma regulamentadora NR 15, Limite de tolerância é a concentração máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante sua vida laboral.

CLT ART.º 192

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região, salvo casos mais benéficos ao trabalhador previstos em acordos coletivos de trabalho. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Porém a empresa deverá adotar medidas para minimizar a exposição dos trabalhadores a agentes insalubres e conservar o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância através medidas administrativas, equipamentos de proteção coletiva e em último caso, cessada todas as outras possibilidades, a adoção do equipamento de proteção individual, respectivamente nesta ordem.

A caracterização do adicional de insalubridade é feita através de Laudo Técnico elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho devidamente habilitado.

Suspensão do Pagamento do Adicional de Insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) eliminar o fator de risco;
- b) controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- c) reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- d) se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16)

São consideradas Atividades e Operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador, quando enquadradas nas delimitações impostas pela NR 16 e Anexos, conforme tabela:

ANEXO	DESCRIÇÃO
1	Atividades e Operações Perigosas com explosivos;
2	Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis;
3	Atividades e Operações Perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial;
4	Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica;
5	Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou substâncias radioativas;
6	Atividades e Operações Perigosas dos trabalhadores em Motocicleta.

Fonte: Norma Regulamentadora 16 da Portaria no 3.214/1978 do MTE.

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário básico sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

O trabalhador poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido, porém, a percepção dos adicionais não é acumulativa.

II. OBJETO

O presente laudo trata de avaliação pericial conclusiva sobre as condições de exposição a agentes insalubres e/ou perigosos com a finalidade de definir o enquadramento da(s) atividade(s) analisadas, nos termos dos Artigos 189 a 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das Normas Regulamentadoras (NR) nº 15 nº 3214/78, da Lei nº 7.639/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, e da Portaria nº 3.393, de 17.12.87.

III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A elaboração deste laudo baseou-se no método da análise qualitativa, a partir da inspeção no local de trabalho (perícia), analisando detalhadamente os postos de trabalho, a função e atividade do trabalhador, tendo como base, os critérios das Normas Regulamentadoras 15 e 16, onde foi possível colher as informações iniciais para a caracterização das condições salubres ou insalubres, perigosos ou não, juntamente com o tipo de exposição. Na sequência, caracterizou-se o ambiente de trabalho, verificando suas principais máquinas / equipamentos, os produtos químicos utilizados.

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **QUALITATIVA:** Trata-se de uma avaliação ou inspeção visual sobre determinado local de trabalho, observando as características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes ambientais, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
- **QUANTITATIVA:** Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos e estabelecimento de ações para de controle dos riscos.

IV. INSPEÇÃO TÉCNICA

A atividade de perícia, com objetivo de inspecionar os locais de trabalho dos empregados, ocorreu entre os dias 07 à 10 de maio de 2024, durante o horário normal de expediente e teve o acompanhamento de uma representante da empresa.

A mesma nos conduziu pelos ambientes internos da empresa, apresentando-os; foi arguida sobre algumas situações e informações necessárias, e também disponibilizou todos os documentos necessários para construção deste laudo.

V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO

SETOR	POSTO DE TRABALHO	TAREFAS EXECUTADAS
Serviços Internos e Externos - Terceirizado	Servente de Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza geral diária, em todas as dependências das área internas e externas, inclusive as calçadas e jardins; • Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino; • Coleta de lixo diário, nas dependências, nos últimos da manhã e da tarde; • Limpeza profunda nos pisos, de forma a retornar a cor original, sempre que for necessário; • Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc... com passagem de aspirador de pó; • Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas; • Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e ou metal; • Limpeza periódica e esmerada, a cada 15 (quinze) dias, dos filtros dos equipamentos de ar condicionado; • Limpeza periódica, a cada 6 meses, das caixas d'água e algibre com solução em cloro.

VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES
Serviços Internos e Externos – Terceirizados	Servente de Limpeza	<ul style="list-style-type: none"> Químicos – Cloro – Limpeza de sanitários; Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários – Limpeza de Sanitários;

VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS

A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	AGENTE	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Servente de Limpeza	Cloro	Limpeza de Sanitários	Habitual – Intermitente

B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	EXPOSIÇÃO
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	1 (uma) hora	8	N/A

C - RUÍDO

Equipamento utilizado: Decibelímetro / dosímetro marca AKRON, modelo KR-813, microfone colocado na altura e ângulo correspondentes aos ouvidos dos trabalhadores nos pontos de trabalho, no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta (SLOW) para ruído contínuo e compensação "C" e resposta rápida (FAST) para ruído de impacto. Aparelho com calibração aferida em 17/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	RUÍDO dB(A)
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	1 (uma) hora	8	53,9

D - VIBRAÇÕES

Contato continuado dos trabalhadores com vibrações intensas, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	N/A

E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE

POSTO	DATA	RESULTADOS
Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	09/05/2024	As atividades dos colaboradores que compõem este grupo são desenvolvidas em ambientes internos, ou seja, são totalmente cobertos o que evita o reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol.

F - TEMPERATURAS ANORMAIS**CALOR**

Equipamento utilizado: Medido de Stress Térmico marca QUEST TECHNOLOGIES, modelo QUESTemp³⁴ (de globo, bulbo úmido e bulbo seco), colocado na altura e posição correspondentes aos corpos dos trabalhadores nos pontos de trabalho. Aparelho com calibração aferida em 20/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024, céu ABERTO e sem chuva, temperatura de 38°C à sombra.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	TEMPO DE UM CICLO	N.º DE CICLOS / JORNADA	TEMP. DE GLOBO	TEMP. BULBO ÚMIDO	TEMP. SECO
Áreas internas e externas	Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins;	1 (uma) hora	8 (oito)	N/A	N/A	N/A

G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de trabalho hiperbárico.

() Sim

(X) Não

H - AGENTES BIOLÓGICOS

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de exposição aos agentes biológicos citados.

(X) Sim

() Não

VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A - COM RELAÇÃO A RUÍDO

Consideraremos como exposições **contínuas** aquelas em que, nos Postos de Trabalho, o trabalhador permanece exposto sempre aos mesmos níveis de pressão sonora oriunda do ambiente de trabalho, e **variáveis** para os Postos de Trabalho expostos a ruídos diferentes em um ou mais de um ponto de trabalho, então realizados os cálculos de dose de ruído segundo a equação:

$$\text{Dose} = \frac{C1}{T1} + \frac{C2}{T2} + \frac{C3}{T3} + \dots + \frac{Cn}{Tn}$$

ANEXO 1 da NR-15 - LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

Nível de ruído dB (A)	Máxima exposição diária PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas
92	3 horas e 30 minutos
93	3 horas
94	2 horas e 40 minutos
95	2 horas e 15 minutos
96	2 horas
97	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 30 min
99	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	NPS - dB(A) exposição contínua	Dose de ruído exposição variável
Servente de Limpeza	53,9	55,1

B - COM RELAÇÃO A CALOR

Realizados os cálculos de **IBUTG** conforme as equações :

* sem carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,3 \cdot t_g$

* com carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,1 \cdot t_{bs} + 0,2 \cdot t_g$

onde :

t_{bn} = temperatura de bulbo úmido natural

t_g = temperatura de globo

t_{bs} = temperatura de bulbo seco

Realizadas análise das funções em cada posto de trabalho, considerados os critérios de descanso no próprio local de trabalho e descanso térmico em outro local respeitadas as taxas de metabolismo por atividades, previstas na NR-15, usando as equações :

Para cálculo da taxa de metabolismo média ponderada para uma hora:

$$M = \frac{M^t \cdot T^t + M^d \cdot T^d}{60}$$

e

M^t - taxa de metabolismo no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

M^d - taxa de metabolismo no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

Para cálculo da taxa de metabolismo médio ponderado para uma hora :

$$IBUTG = \frac{IBUTG^t \cdot T^t + IBUTG^d \cdot T^d}{60}$$

$IBUTG^t$ - IBUTG no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

$IBUTG^d$ - IBUTG no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

TAXAS DE METABOLISMO POR TIPO DE ATIVIDADE

TIPO DE ATIVIDADE	Kcal/h
Sentado em Repouso	100
TRABALHO LEVE	
Sentado, movimentos moderados com braços e tronco (ex.: datilografia).	125
Sentado, movimentos moderados com braços e pernas (ex.: dirigir).	150
De pé, trabalho leve, em máquina ou bancada, principalmente com os braços.	150
TRABALHO MODERADO	
Sentado, movimentos vigorosos com braços e pernas.	180
De pé, trabalho leve em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	175
De pé, trabalho moderado em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	220
Em movimento, trabalho moderado de levantar ou empurrar.	300
TRABALHO PESADO	
Trabalho intermitente de levantar, empurrar ou arrastar pesos (ex.: remoção com pá).	440
Trabalho fatigante	550

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	Descanso no mesmo local			descanso em outro local	
	IBUTG	Tipo da atividade	Tempo Trabalho/descanso	IBUTG	METABOLISMO MÉDIA
Servente de Limpeza	N/A	8 (oito) horas	2 (duas) horas	N/A	N/A

IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES	GRAU DE INSALUBRIDADE
Área Interna	Servente de Limpeza – Feminino	- Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários;	Grau Médio – 20%

X. ENQUADRAMENTO LEGAL

INSALUBRIDADE: PORTARIA Nº 3214, DE 08.06.78

- Ruído contínuo ou intermitente
- Ruídos de impacto
- Calor
- Radiações ionizantes
- Trabalho sob condições hiperbáricas
- Radiações não ionizantes
- Vibrações
- Frio
- Umidade
- Agentes químicos com limites de tolerância
- Poeiras minerais
- Agentes químicos (sem limites de tolerância)
- Agentes biológicos

A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Norma Regulamentadora nº 15, item 15.2, da Portaria 3214/78 estabelece que o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, *incidente sobre o salário mínimo*, equivalente a :

- **40% (quarenta por cento)**, para insalubridade grau máximo;
- **20% (vinte por cento)**, para insalubridade grau médio;
- **10% (dez por cento)**, para insalubridade grau mínimo.

GRAUS DE INSALUBRIDADE

- **MÁXIMO:** Radiações ionizantes, trabalho sob condições hiperbáricas, poeiras minerais, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÉDIO:** Ruído, calor, radiações não ionizantes, vibrações, frio, umidade, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÍNIMO:** Alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15).

B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS

SETOR	AGENTE / EQUIPAMENTO	PROPOSTA PARA CORREÇÃO
Áreas Internas e Externas	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; - Exposição ao reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de EPIs; - Uso de protetor solar, quando trabalhando com exposição solar;

C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
Áreas Internas e Externas	Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	Trabalho em Solo: <ul style="list-style-type: none"> . Luva Latex, PVC ou de raspa; . Máscara KSN PFF2 VO Carvão Ativo Com Válvula CA10579; . Bota impermeável e antiderrapante; . Óculos de proteção; . Avental; . Protetor Auricular;

IX – RESPONSÁVEL

Campo Grande/MS, 10 de Maio de 2024.

O presente Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP foi elaborado pelos profissionais que compõe a equipe técnica da empresa ***Foco Engenharia de Precisão Ltda.***

Responsável Técnico pela Elaboração:

Foco Engenharia de Precisão

Adriano Barbosa dos Santos

Eng. Segurança do Trabalho

CREA 24.328-D/DF

**Anexo V - Anexo IIIc -Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul.
SEDE Servente Limpeza.pdf**

Laudo Técnico para Avaliação Insalubridade e Periculosidade LTIP



++++,

SUMÁRIO

DADOS DO CONTRATANTE	3
DADOS DO CONTRATADO	4
I. INTRODUÇÃO	5
A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15)	5
B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16)	6
II. OBJETO	7
III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	8
IV. INSPEÇÃO TÉCNICA	9
V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO	10
VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS	11
VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS	12
A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA	12
B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15	12
C - RUÍDO	13
D - VIBRAÇÕES	13
E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	13
F - TEMPERATURAS ANORMAIS	14
G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL	14
H - AGENTES BIOLÓGICOS	14
VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	15
A - COM RELAÇÃO A RUÍDO	15
B - COM RELAÇÃO A CALOR	16
IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES	18
X. ENQUADRAMENTO LEGAL	19
A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE	19
B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS	20
C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS	20
IX – RESPONSÁVEL	21

DADOS DO CONTRATANTE

Razão Social/Sede

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

SUPERINTENDENCIA DE AGRICULTURA E PECUARIA

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE: 84.11-6-00

Endereço: R DOM AQUINO Nº 2696

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: CAMPO GRANDE/MS

CEP: 79.002 - 182

Fone: (67) 3041-9300

Unidade de Operação

SUPERINTENDENCIA DE AGRICULTURA E PECUARIA - SFA/MS / SEDE

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE : 84.11-6-00

Rua / Av.: R DOM AQUINO Nº 2696

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: CAMPO GRANDE

CEP: 79.002 - 970

GRAU DE RISCO: 01

ELABORADO EM: 09 / 05 / 2024

Quantificação de empregados

Homens:

2

Mulheres:

3

Acompanhou a avaliação técnica dos locais de trabalho o Sr.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

FUNÇÃO: SERVIDOR

DADOS DO CONTRATADO

Razão Social/Sede

FOCO ENGENHARIA DE PRECISÃO LTDA

CNPJ: 23.892.495/0001-06

CFDF: 08.065.305/001-08

Endereço: QUADRA 38 CONJUNTO E LOTE 5 SOBRELOJA

Bairro: VILA SÃO JOSÉ

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

Fone: (61) 3020-2443 / 99294-1697

Responsável Técnico

ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS

CPF: 717.564.931-20

CREA: 24.328/D-DF

Título: ENGENHEIRO / ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

I. INTRODUÇÃO

Este laudo tem como objetivo reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR – 15) e periculosidade (NR – 16), caso houver, aos quais os trabalhadores estão expostos.

Estes riscos ocupacionais são aqueles que podem trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador nos ambientes de trabalho, em função da natureza, concentração, intensidade e fator de exposição.

A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15)

Fundamentações Legais

Orientação Normativa N° 02, de 19 de fevereiro de 2010, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabelece a orientação a respeito da concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante, gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas no âmbito do Serviço Público Federal;

- SÚMULA n° 47 – Tribunal Superior do Trabalho – O Trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por esta circunstância, o direito a percepção do respectivo adicional;
- LEI N° 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;
- Portaria 3214/78 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Classificação Brasileira de ocupações – CBO, instituída por portaria ministerial n° 397 de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Atividade XIII Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Artigo 194 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco a sua saúde ou integridade física nos termos desta ATIVIDADE e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho;
- Artigo 189 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou método de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerâncias fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Artigo 191 da ATIVIDADE XIII, TÍTULO II, Capítulo V da CLT que dispõe: “A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorre:

- I. Com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos Limites de Tolerância;
- II. Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a Limites de Tolerância.

Limite de Tolerância

De acordo com a norma regulamentadora NR 15, Limite de tolerância é a concentração máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante sua vida laboral.

CLT ART.º 192

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região, salvo casos mais benéficos ao trabalhador previstos em acordos coletivos de trabalho. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Porém a empresa deverá adotar medidas para minimizar a exposição dos trabalhadores a agentes insalubres e conservar o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância através medidas administrativas, equipamentos de proteção coletiva e em último caso, cessada todas as outras possibilidades, a adoção do equipamento de proteção individual, respectivamente nesta ordem.

A caracterização do adicional de insalubridade é feita através de Laudo Técnico elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho devidamente habilitado.

Suspensão do Pagamento do Adicional de Insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) eliminar o fator de risco;
- b) controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- c) reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- d) se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16)

São consideradas Atividades e Operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador, quando enquadradas nas delimitações impostas pela NR 16 e Anexos, conforme tabela:

ANEXO	DESCRIÇÃO
1	Atividades e Operações Perigosas com explosivos;
2	Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis;
3	Atividades e Operações Perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial;
4	Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica;
5	Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou substâncias radioativas;
6	Atividades e Operações Perigosas dos trabalhadores em Motocicleta.

Fonte: Norma Regulamentadora 16 da Portaria no 3.214/1978 do MTE.

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário básico sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

O trabalhador poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido, porém, a percepção dos adicionais não é acumulativa.

II. OBJETO

O presente laudo trata de avaliação pericial conclusiva sobre as condições de exposição a agentes insalubres e/ou perigosos com a finalidade de definir o enquadramento da(s) atividade(s) analisadas, nos termos dos Artigos 189 a 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das Normas Regulamentadoras (NR) nº 15 nº 3214/78, da Lei nº 7.639/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, e da Portaria nº 3.393, de 17.12.87.

III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A elaboração deste laudo baseou-se no método da análise qualitativa, a partir da inspeção no local de trabalho (perícia), analisando detalhadamente os postos de trabalho, a função e atividade do trabalhador, tendo como base, os critérios das Normas Regulamentadoras 15 e 16, onde foi possível colher as informações iniciais para a caracterização das condições salubres ou insalubres, perigosos ou não, juntamente com o tipo de exposição. Na sequência, caracterizou-se o ambiente de trabalho, verificando suas principais máquinas / equipamentos, os produtos químicos utilizados.

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **QUALITATIVA:** Trata-se de uma avaliação ou inspeção visual sobre determinado local de trabalho, observando as características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes ambientais, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
- **QUANTITATIVA:** Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos e estabelecimento de ações para de controle dos riscos.

IV. INSPEÇÃO TÉCNICA

A atividade de perícia, com objetivo de inspecionar os locais de trabalho dos empregados, ocorreu entre os dias 07 à 10 de maio de 2024, durante o horário normal de expediente e teve o acompanhamento de uma representante da empresa.

A mesma nos conduziu pelos ambientes internos da empresa, apresentando-os; foi arguida sobre algumas situações e informações necessárias, e também disponibilizou todos os documentos necessários para construção deste laudo.

V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO

SETOR	POSTO DE TRABALHO	TAREFAS EXECUTADAS
Serviços Externos - Terceirizado	Jardineiro	<ul style="list-style-type: none"> • Regar, sempre que necessário, as plantas do jardim externo ao prédio; • Efetuar, sempre que necessário, a poda das plantas do jardim e pátio, bem como o corte da grama; • Efetuar a poda periódica, a cada 6 meses, das árvores do jardim e pátio;
Serviços Internos e Externos - Terceirizado	Servente de Limpeza Feminino	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza geral diária, em todas as dependências das área internas e externas, inclusive as calçadas e jardins; • Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino; • Coleta de lixo diário, nas dependências, nos últimos da manhã e da tarde; • Limpeza profunda nos pisos, de forma a retornar a cor original, sempre que for necessário; • Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc... com passagem de aspirador de pó; • Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas; • Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e ou metal; • Limpeza periódica e esmerada, a cada 15 (quinze) dias, dos filtros dos equipamentos de ar condicionado; • Limpeza periódica, a cada 6 meses, das caixas d'água e alçibre com solução em cloro.

SETOR	POSTO DE TRABALHO	TAREFAS EXECUTADAS
Serviços Internos e Externos - Terceirizado	Servente de Limpeza Masculino	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins; • Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino; • Coleta de lixo diário, nas dependências, nos últimos da manhã e da tarde; • Limpeza profunda nos pisos, de forma a retornar a cor original, sempre que for necessário; • Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc... com passagem de aspirador de pó; • Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas; • Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e ou metal; • Limpeza periódica e esmerada, a cada 15 (quinze) dias, dos filtros dos equipamentos de ar condicionado; • Limpeza periódica, a cada 6 meses, das caixas de água e algibre com solução em cloro. • Limpeza das calhas de água, localizado no telhado; • Limpeza das vidraças e janelas, inclusive nos de patamares elevados.

VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES
Serviços Externos – Terceirizados	Jardineiro	<ul style="list-style-type: none"> • Físico – Ruído contínuo ou intermitente (legislação previdenciária) – Ruído de fundo, veículos em vias públicas; • Físico – Vibração de mãos e braços (Eventual) – Roçadeira; • Quedas – Trabalho em altura (Eventual) – Subir em escada para poda de árvores; • Atividades com exposição a riscos químicos particulados inalável – Atividades de geração de poeira;

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES
Serviços Internos e Externos – Terceirizados	Servente de Limpeza – Feminino	<ul style="list-style-type: none"> Químicos – Cloro – Limpeza de sanitários; Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários – Limpeza de Sanitários;
Serviços Internos e Externos – Terceirizados	Servente de Limpeza – Masculino	<ul style="list-style-type: none"> Químicos – Cloro – Limpeza de sanitários; Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários – Limpeza de Sanitários; Quedas – Trabalho em altura (Eventual) – Limpeza de calhas, rufos e janelas;

VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS

A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	AGENTE	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Servente de Limpeza – Feminino	Cloro	Limpeza de Sanitários	Habitual – Intermitente
Servente de Limpeza – Masculino	Cloro	Limpeza de Sanitários	Habitual – Intermitente

B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	EXPOSIÇÃO
Áreas Externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	1 (uma) hora	8	Habitual – Frequente

C - RUÍDO

Equipamento utilizado: Decibelímetro / dosímetro marca AKRON, modelo KR-813, microfone colocado na altura e ângulo correspondentes aos ouvidos dos trabalhadores nos pontos de trabalho, no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta (SLOW) para ruído contínuo e compensação "C" e resposta rápida (FAST) para ruído de impacto. Aparelho com calibração aferida em 17/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	RUÍDO dB(A)
Áreas Externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	1 (uma) hora	8	78,4

D - VIBRAÇÕES

Contato continuado dos trabalhadores com vibrações intensas, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Áreas Externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	N/A

E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE

POSTO	DATA	RESULTADOS
Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	09/05/2024	As atividades dos colaboradores que compõem este grupo são desenvolvidas em <u>ambientes internos</u> , ou seja, são totalmente cobertos o que evita o reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol.
Jardineiro	09/05/2024	As atividades dos colaboradores que compõem este grupo são desenvolvidas em <u>ambientes externos</u> , ou seja, são totalmente abertos, expondo o reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol.

F - TEMPERATURAS ANORMAIS**CALOR**

Equipamento utilizado: Medido de Stress Térmico marca QUEST TECHNOLOGIES, modelo QUESTemp³⁴ (de globo, bulbo úmido e bulbo seco), colocado na altura e posição correspondentes aos corpos dos trabalhadores nos pontos de trabalho. Aparelho com calibração aferida em 20/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024, céu ABERTO e sem chuva, temperatura de 38°C à sombra.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	TEMPO DE UM CICLO	N.º DE CICLOS / JORNADA	TEMP. DE GLOBO	TEMP. BULBO ÚMIDO	TEMP. SECO
Áreas externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	1 (uma) hora	8 (oito)	41,7° C	24,3° C	27,1° C

G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de trabalho hiperbárico.

() Sim

(X) Não

H - AGENTES BIOLÓGICOS

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de exposição aos agentes biológicos citados.

(X) Sim

() Não

VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A - COM RELAÇÃO A RUÍDO

Consideraremos como exposições **contínuas** aquelas em que, nos Postos de Trabalho, o trabalhador permanece exposto sempre aos mesmos níveis de pressão sonora oriunda do ambiente de trabalho, e **variáveis** para os Postos de Trabalho expostos a ruídos diferentes em um ou mais de um ponto de trabalho, então realizados os cálculos de dose de ruído segundo a equação:

$$\text{Dose} = \frac{C1}{T1} + \frac{C2}{T2} + \frac{C3}{T3} + \dots + \frac{Cn}{Tn}$$

ANEXO 1 da NR-15 - LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

Nível de ruído dB (A)	Máxima exposição diária PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas
92	3 horas e 30 minutos
93	3 horas
94	2 horas e 40 minutos
95	2 horas e 15 minutos
96	2 horas
97	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 30 min
99	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	NPS - dB(A) exposição contínua	Dose de ruído exposição variável
Jardineiro	78,4	85,3
Servente de Limpeza – Feminino	60,9	65,7
Servente de Limpeza – Masculino	61,8	85,2

B - COM RELAÇÃO A CALOR

Realizados os cálculos de **IBUTG** conforme a equações :

* sem carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,3 \cdot t_g$

* com carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,1 \cdot t_{bs} + 0,2 \cdot t_g$

onde :

t_{bn} = temperatura de bulbo úmido natural

t_g = temperatura de globo

t_{bs} = temperatura de bulbo seco

Realizadas análise das funções em cada posto de trabalho, considerados os critérios de descanso no próprio local de trabalho e descanso térmico em outro local respeitadas as taxas de metabolismo por atividades, previstas ns NR-15, usando as equações :

Para cálculo da taxa de metabolismo média ponderada para uma hora:

$$M = \frac{M^t \cdot T^t + M^d \cdot T^d}{60}$$

e

M^t - taxa de metabolismo no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

M^d - taxa de metabolismo no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

Para cálculo da taxa de metabolismo médio ponderado para uma hora :

$$IBUTG = \frac{IBUTG^t \cdot T^t + IBUTG^d \cdot T^d}{60}$$

$IBUTG^t$ - IBUTG no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

$IBUTG^d$ - IBUTG no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

TAXAS DE METABOLISMO POR TIPO DE ATIVIDADE

TIPO DE ATIVIDADE	Kcal/h
Sentado em Repouso	100
TRABALHO LEVE	
Sentado, movimentos moderados com braços e tronco (ex.: datilografia).	125
Sentado, movimentos moderados com braços e pernas (ex.: dirigir).	150
De pé, trabalho leve, em máquina ou bancada, principalmente com os braços.	150
TRABALHO MODERADO	
Sentado, movimentos vigorosos com braços e pernas.	180
De pé, trabalho leve em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	175
De pé, trabalho moderado em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	220
Em movimento, trabalho moderado de levantar ou empurrar.	300
TRABALHO PESADO	
Trabalho intermitente de levantar, empurrar ou arrastar pesos (ex.: remoção com pá).	440
Trabalho fatigante	550

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	Descanso no mesmo local			descanso em outro local	
	IBUTG	Tipo da atividade	Tempo Trabalho/descanso	IBUTG	METABOLISMO MÉDIA
Jardineiro	28,1° C	8 (oito) horas	2 (duas) horas	23,9° C	180

IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES	GRAU DE INSALUBRIDADE
Área externa	Jardineiro	<ul style="list-style-type: none"> - Físico – Ruído contínuo ou intermitente; - Físico – Vibração de mãos e braços (Eventual) – Roçadeira; - Atividades com exposição a riscos químicos particulados inalável; 	Grau Médio – 20%
SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES	GRAU DE INSALUBRIDADE
Área Interna	Servente de Limpeza – Feminino	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; 	Grau Médio – 20%
Área interna e externas	Servente de Limpeza – Masculino	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; 	Grau Médio – 20%

X. ENQUADRAMENTO LEGAL

INSALUBRIDADE: PORTARIA Nº 3214, DE 08.06.78

- Ruído contínuo ou intermitente
- Ruídos de impacto
- Calor
- Radiações ionizantes
- Trabalho sob condições hiperbáricas
- Radiações não ionizantes
- Vibrações
- Frio
- Umidade
- Agentes químicos com limites de tolerância
- Poeiras minerais
- Agentes químicos (sem limites de tolerância)
- Agentes biológicos

A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Norma Regulamentadora nº 15, item 15.2, da Portaria 3214/78 estabelece que o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, *incidente sobre o salário mínimo*, equivalente a :

- **40% (quarenta por cento)**, para insalubridade grau máximo;
- **20% (vinte por cento)**, para insalubridade grau médio;
- **10% (dez por cento)**, para insalubridade grau mínimo.

GRAUS DE INSALUBRIDADE

- **MÁXIMO:** Radiações ionizantes, trabalho sob condições hiperbáricas, poeiras minerais, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÉDIO:** Ruído, calor, radiações não ionizantes, vibrações, frio, umidade, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÍNIMO:** Alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15).

B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS

SETOR	AGENTE / EQUIPAMENTO	PROPOSTA PARA CORREÇÃO
Áreas Externas	<ul style="list-style-type: none"> - Físico – Ruído contínuo ou intermitente; - Atividades com exposição a riscos químicos particulados inalável; - Exposição ao reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de EPIs; - Uso de protetor solar, quando trabalhando com exposição solar; - Treinamento e Certificação NR 35 para os trabalhadores, com atividades em altura acima de 2m;
Áreas Internas e Externas	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; - Exposição ao reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de EPIs; - Uso de protetor solar, quando trabalhando com exposição solar; - Treinamento e Certificação NR 35 para os trabalhadores, com atividades em altura acima de 2m;

C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
Áreas Externas	Jardineiro	<p>Trabalho em Solo:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Protetor Auricular ou Abafador de ruído tipo concha; . Máscara KSN PFF2 VO Carvão Ativo Com Válvula CA10579; . Óculos de proteção; . Luva tricotada corrugada na palma; <p>Trabalho em altura:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Capacete de Proteção; . Cinto tipo paraquedista; . Trava-quedas; . Talabartes de restrição;
Áreas Internas e Externas	Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	<p>Trabalho em Solo:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Luva Latex, PVC ou de raspa; . Máscara KSN PFF2 VO Carvão Ativo Com Válvula CA10579; . Bota impermeável e antiderrapante; . Óculos de proteção; . Avental; . Protetor Auricular; <p>Trabalho em altura:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Capacete de Proteção; . Cinto tipo paraquedista; . Trava-quedas; . Talabartes de restrição;

IX – RESPONSÁVEL

Campo Grande/MS, 10 de Maio de 2024.

O presente Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP foi elaborado pelos profissionais que compõem a equipe técnica da empresa ***Foco Engenharia de Precisão Ltda.***

Responsável Técnico pela Elaboração:

Foco Engenharia de Precisão

Adriano Barbosa dos Santos

Eng. Segurança do Trabalho

CREA 24.328-D/DF

**Anexo VI - Anexo IIId -Laudo Téc. Aval. Insal. Pericul.
SEDE Jardineiro.pdf**

Laudo Técnico para Avaliação Insalubridade e Periculosidade LTIP



++++,

SUMÁRIO

DADOS DO CONTRATANTE	3
DADOS DO CONTRATADO	4
I. INTRODUÇÃO	5
A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15)	5
B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16)	6
II. OBJETO	7
III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO	8
IV. INSPEÇÃO TÉCNICA	9
V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO	10
VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS	11
VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS	12
A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA	12
B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15	12
C - RUÍDO	13
D - VIBRAÇÕES	13
E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE	13
F - TEMPERATURAS ANORMAIS	14
G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL	14
H - AGENTES BIOLÓGICOS	14
VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS	15
A - COM RELAÇÃO A RUÍDO	15
B - COM RELAÇÃO A CALOR	16
IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES	18
X. ENQUADRAMENTO LEGAL	19
A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE	19
B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS	20
C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS	20
IX – RESPONSÁVEL	21

DADOS DO CONTRATANTE

Razão Social/Sede

MINISTERIO DA AGRICULTURA E PECUARIA

SUPERINTENDENCIA DE AGRICULTURA E PECUARIA

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE: 84.11-6-00

Endereço: R DOM AQUINO Nº 2696

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: CAMPO GRANDE/MS

CEP: 79.002 - 182

Fone: (67) 3041-9300

Unidade de Operação

SUPERINTENDENCIA DE AGRICULTURA E PECUARIA - SFA/MS / SEDE

CNPJ: 00.396.895/0060 - 85

CNAE : 84.11-6-00

Rua / Av.: R DOM AQUINO Nº 2696

Bairro: CENTRO

Cidade/Estado: CAMPO GRANDE

CEP: 79.002 - 970

GRAU DE RISCO: 01

ELABORADO EM: 09 / 05 / 2024

Quantificação de empregados

Homens:

2

Mulheres:

3

Acompanhou a avaliação técnica dos locais de trabalho o Sr.

MAURO SHIGUERU KOUMEGAWA

FUNÇÃO: SERVIDOR

DADOS DO CONTRATADO

Razão Social/Sede

FOCO ENGENHARIA DE PRECISÃO LTDA

CNPJ: 23.892.495/0001-06

CFDF: 08.065.305/001-08

Endereço: QUADRA 38 CONJUNTO E LOTE 5 SOBRELOJA

Bairro: VILA SÃO JOSÉ

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

Fone: (61) 3020-2443 / 99294-1697

Responsável Técnico

ADRIANO BARBOSA DOS SANTOS

CPF: 717.564.931-20

CREA: 24.328/D-DF

Título: ENGENHEIRO / ENGENHEIRO DE SEGURANÇA DO TRABALHO

Cidade/Estado: BRASÍLIA/DF

CEP: 72.738-005

I. INTRODUÇÃO

Este laudo tem como objetivo reconhecer legalmente a percepção do adicional de insalubridade (NR – 15) e periculosidade (NR – 16), caso houver, aos quais os trabalhadores estão expostos.

Estes riscos ocupacionais são aqueles que podem trazer ou ocasionar danos à saúde ou à integridade física do trabalhador nos ambientes de trabalho, em função da natureza, concentração, intensidade e fator de exposição.

A – CARACTERÍSTICA DA INSALUBRIDADE (NR-15)

Fundamentações Legais

Orientação Normativa N° 02, de 19 de fevereiro de 2010, Ministério do Planejamento Orçamento e Gestão, que estabelece a orientação a respeito da concessão dos adicionais de insalubridade, periculosidade, radiação ionizante, gratificação por trabalhos com Raios-X ou substâncias radioativas no âmbito do Serviço Público Federal;

- SÚMULA n° 47 – Tribunal Superior do Trabalho – O Trabalho executado em condições insalubres, em caráter intermitente, não afasta, só por esta circunstância, o direito a percepção do respectivo adicional;
- LEI N° 6.514, DE 22 DE DEZEMBRO DE 1977 - Altera o Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho, relativo à segurança e medicina do trabalho e dá outras providências;
- Portaria 3214/78 - Aprova as Normas Regulamentadoras - NR - do Capítulo V, Título II, da Consolidação das Leis do Trabalho, relativas à Segurança e Medicina do Trabalho;
- Classificação Brasileira de ocupações – CBO, instituída por portaria ministerial n° 397 de 2002 do Ministério do Trabalho e Emprego;
- Atividade XIII Capítulo V do Título II da Consolidação das Leis do Trabalho;
- Artigo 194 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: O direito do empregado ao adicional de insalubridade ou de periculosidade cessará com a eliminação do risco a sua saúde ou integridade física nos termos desta ATIVIDADE e das normas expedidas pelo Ministério do Trabalho;
- Artigo 189 da ATIVIDADE XIII, Título II, Capítulo V da CLT que dispõe: “Serão consideradas atividades ou operações insalubres aquelas que, por sua natureza, condições ou método de trabalho, exponham os empregados a agentes nocivos à saúde, acima dos limites de tolerâncias fixados em razão da natureza, da intensidade do agente e do tempo de exposição aos seus efeitos”.

Artigo 191 da ATIVIDADE XIII, TÍTULO II, Capítulo V da CLT que dispõe: “A eliminação ou neutralização da insalubridade ocorre:

- I. Com a adoção de medidas que conservem o ambiente de trabalho dentro dos Limites de Tolerância;
- II. Com a utilização de equipamentos de proteção individual ao trabalhador, que diminuam a intensidade do agente agressivo a Limites de Tolerância.

Limite de Tolerância

De acordo com a norma regulamentadora NR 15, Limite de tolerância é a concentração máxima ou mínima, relacionada com a natureza e o tempo de exposição ao agente, que não causará dano à saúde do trabalhador durante sua vida laboral.

CLT ART.º 192

Segundo o ART.º 192 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para as atividades exercidas acima dos limites de tolerância, previstos nos anexos da NR 15, assegura ao trabalhador a percepção do Adicional de insalubridade, incidente sobre o salário mínimo da região, salvo casos mais benéficos ao trabalhador previstos em acordos coletivos de trabalho. Os percentuais são:

- 40% (quarenta por cento), para insalubridade de grau máximo;
- 20% (vinte por cento), para insalubridade de grau médio, e;
- 10% (dez por cento), para insalubridade de grau mínimo.

Porém a empresa deverá adotar medidas para minimizar a exposição dos trabalhadores a agentes insalubres e conservar o ambiente de trabalho dentro dos limites de tolerância através medidas administrativas, equipamentos de proteção coletiva e em último caso, cessada todas as outras possibilidades, a adoção do equipamento de proteção individual, respectivamente nesta ordem.

A caracterização do adicional de insalubridade é feita através de Laudo Técnico elaborado por Engenheiro de Segurança do Trabalho ou Médico do Trabalho devidamente habilitado.

Suspensão do Pagamento do Adicional de Insalubridade

O pagamento do adicional é transitório e será devido ao trabalhador enquanto permanecer exposto aos agentes insalubres, o pagamento do adicional de insalubridade cessará quando as medidas preventivas e de proteção forem implementadas de acordo com a seguinte ordem de prioridade:

- a) eliminar o fator de risco;
- b) controlar o fator de risco na fonte com a adoção de medidas de controle de engenharia ou medidas organizacionais;
- c) reduzir ao mínimo os fatores de risco através da concepção de sistemas seguros de trabalho que compreendam medidas administrativas de controle; e
- d) se os fatores de risco e riscos residuais não puderem ser controlados por meio de medidas coletivas, o empregador deverá fornecer gratuitamente equipamento de proteção individual apropriado, incluindo vestuário, e adotar medidas que assegurem o uso e a manutenção desses equipamentos.

B – CARACTERÍSTICA DA PERICULOSIDADE (NR-16)

São consideradas Atividades e Operações perigosas, aquelas que, por sua natureza ou métodos de trabalho, impliquem risco acentuado em virtude de exposição permanente do trabalhador, quando enquadradas nas delimitações impostas pela NR 16 e Anexos, conforme tabela:

ANEXO	DESCRIÇÃO
1	Atividades e Operações Perigosas com explosivos;
2	Atividades e Operações Perigosas com Inflamáveis;
3	Atividades e Operações Perigosas com exposição a roubos ou outras espécies de violência física nas atividades profissionais de Segurança Pessoal ou Patrimonial;
4	Atividades e Operações Perigosas com Energia Elétrica;
5	Atividades e Operações Perigosas com Radiações Ionizantes ou substâncias radioativas;
6	Atividades e Operações Perigosas dos trabalhadores em Motocicleta.

Fonte: Norma Regulamentadora 16 da Portaria no 3.214/1978 do MTE.

O trabalho em condições de periculosidade assegura ao trabalhador um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o salário básico sem os acréscimos resultantes de gratificações, prêmios ou participações nos lucros da empresa.

O trabalhador poderá optar pelo adicional de insalubridade que porventura lhe seja devido, porém, a percepção dos adicionais não é acumulativa.

II. OBJETO

O presente laudo trata de avaliação pericial conclusiva sobre as condições de exposição a agentes insalubres e/ou perigosos com a finalidade de definir o enquadramento da(s) atividade(s) analisadas, nos termos dos Artigos 189 a 193 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), das Normas Regulamentadoras (NR) nº 15 nº 3214/78, da Lei nº 7.639/85, regulamentada pelo Decreto nº 93.412/86, e da Portaria nº 3.393, de 17.12.87.

III. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

A elaboração deste laudo baseou-se no método da análise qualitativa, a partir da inspeção no local de trabalho (perícia), analisando detalhadamente os postos de trabalho, a função e atividade do trabalhador, tendo como base, os critérios das Normas Regulamentadoras 15 e 16, onde foi possível colher as informações iniciais para a caracterização das condições salubres ou insalubres, perigosos ou não, juntamente com o tipo de exposição. Na sequência, caracterizou-se o ambiente de trabalho, verificando suas principais máquinas / equipamentos, os produtos químicos utilizados.

Foi adotado o procedimento de técnica de avaliação Qualitativa e/ou Quantitativa, em relação à exposição, sendo:

- **QUALITATIVA:** Trata-se de uma avaliação ou inspeção visual sobre determinado local de trabalho, observando as características específicas do ambiente laboral, os presentes agentes ambientais, as atividades exercidas, funções existentes naquela local e tempo de exposição dos trabalhadores.
- **QUANTITATIVA:** Trata-se de uma avaliação sobre determinado local de trabalho, utilizando-se de equipamentos específicos para medição e quantificação dos a agentes ambientais presentes no ambiente de trabalho. Visando, o dimensionamento das intensidades/concentrações dos riscos e estabelecimento de ações para de controle dos riscos.

IV. INSPEÇÃO TÉCNICA

A atividade de perícia, com objetivo de inspecionar os locais de trabalho dos empregados, ocorreu entre os dias 07 à 10 de maio de 2024, durante o horário normal de expediente e teve o acompanhamento de uma representante da empresa.

A mesma nos conduziu pelos ambientes internos da empresa, apresentando-os; foi arguida sobre algumas situações e informações necessárias, e também disponibilizou todos os documentos necessários para construção deste laudo.

V. SETORES E POSTOS DE TRABALHO

SETOR	POSTO DE TRABALHO	TAREFAS EXECUTADAS
Serviços Externos - Terceirizado	Jardineiro	<ul style="list-style-type: none"> • Regar, sempre que necessário, as plantas do jardim externo ao prédio; • Efetuar, sempre que necessário, a poda das plantas do jardim e pátio, bem como o corte da grama; • Efetuar a poda periódica, a cada 6 meses, das árvores do jardim e pátio;
Serviços Internos e Externos - Terceirizado	Servente de Limpeza Feminino	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza geral diária, em todas as dependências das área internas e externas, inclusive as calçadas e jardins; • Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino; • Coleta de lixo diário, nas dependências, nos últimos da manhã e da tarde; • Limpeza profunda nos pisos, de forma a retornar a cor original, sempre que for necessário; • Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc... com passagem de aspirador de pó; • Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas; • Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e ou metal; • Limpeza periódica e esmerada, a cada 15 (quinze) dias, dos filtros dos equipamentos de ar condicionado; • Limpeza periódica, a cada 6 meses, das caixas d'água e alçibre com solução em cloro.

SETOR	POSTO DE TRABALHO	TAREFAS EXECUTADAS
Serviços Internos e Externos - Terceirizado	Servente de Limpeza Masculino	<ul style="list-style-type: none"> • Limpeza geral diária, em todas as dependências das áreas internas e externas, inclusive as calçadas e jardins; • Coleta de lixo diário, nos banheiros, no horário compreendido entre o turno matutino e vespertino; • Coleta de lixo diário, nas dependências, nos últimos da manhã e da tarde; • Limpeza profunda nos pisos, de forma a retornar a cor original, sempre que for necessário; • Limpeza diária nas cortinas, capachos, tapetes e etc... com passagem de aspirador de pó; • Lavagem esmerada, sempre que necessário, utilizando detergentes, desinfetantes nos toaletes, pias, vasos sanitários, pisos, vidros, janelas, paredes e demais áreas; • Polimento, sempre que necessário, em maçanetas, torneiras e demais acessórios em inox e ou metal; • Limpeza periódica e esmerada, a cada 15 (quinze) dias, dos filtros dos equipamentos de ar condicionado; • Limpeza periódica, a cada 6 meses, das caixas de água e algibre com solução em cloro. • Limpeza das calhas de água, localizado no telhado; • Limpeza das vidraças e janelas, inclusive nos de patamares elevados.

VI. RECONHECIMENTO DOS RISCOS AMBIENTAIS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES
Serviços Externos – Terceirizados	Jardineiro	<ul style="list-style-type: none"> • Físico – Ruído contínuo ou intermitente (legislação previdenciária) – Ruído de fundo, veículos em vias públicas; • Físico – Vibração de mãos e braços (Eventual) – Roçadeira; • Quedas – Trabalho em altura (Eventual) – Subir em escada para poda de árvores; • Atividades com exposição a riscos químicos particulados inalável – Atividades de geração de poeira;

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES
Serviços Internos e Externos – Terceirizados	Servente de Limpeza – Feminino	<ul style="list-style-type: none"> Químicos – Cloro – Limpeza de sanitários; Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários – Limpeza de Sanitários;
Serviços Internos e Externos – Terceirizados	Servente de Limpeza – Masculino	<ul style="list-style-type: none"> Químicos – Cloro – Limpeza de sanitários; Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários – Limpeza de Sanitários; Quedas – Trabalho em altura (Eventual) – Limpeza de calhas, rufos e janelas;

VII. AVALIAÇÃO DA EXPOSIÇÃO AOS RISCOS AMBIENTAIS

A - AGENTES QUÍMICOS SEM LIMITE DE TOLERÂNCIA

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	AGENTE	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Servente de Limpeza – Feminino	Cloro	Limpeza de Sanitários	Habitual – Intermitente
Servente de Limpeza – Masculino	Cloro	Limpeza de Sanitários	Habitual – Intermitente

B - AGENTES QUÍMICOS NÃO INCLUÍDOS NA NR-15

Contato continuado dos trabalhadores com os agentes abaixo descritos, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	EXPOSIÇÃO
Áreas Externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	1 (uma) hora	8	Habitual – Frequente

C - RUÍDO

Equipamento utilizado: Decibelímetro / dosímetro marca AKRON, modelo KR-813, microfone colocado na altura e angulo correspondentes aos ouvidos dos trabalhadores nos pontos de trabalho, no circuito de compensação "A" e circuito de resposta lenta (SLOW) para ruído contínuo e compensação "C" e resposta rápida (FAST) para ruído de impacto. Aparelho com calibração aferida em 17/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	N.º DE CICLOS / JORNADA	N.º DE CICLOS / JORNADA	RUÍDO dB(A)
Áreas Externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	1 (uma) hora	8	78,4

D - VIBRAÇÕES

Contato continuado dos trabalhadores com vibrações intensas, com exposição qualitativamente importante durante a jornada. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	EXPOSIÇÃO
Áreas Externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	N/A

E - RADIAÇÃO NÃO IONIZANTE

POSTO	DATA	RESULTADOS
Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	09/05/2024	As atividades dos colaboradores que compõem este grupo são desenvolvidas em <u>ambientes internos</u> , ou seja, são totalmente cobertos o que evita o reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol.
Jardineiro	09/05/2024	As atividades dos colaboradores que compõem este grupo são desenvolvidas em <u>ambientes externos</u> , ou seja, são totalmente abertos, expondo o reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol.

F - TEMPERATURAS ANORMAIS**CALOR**

Equipamento utilizado: Medido de Stress Térmico marca QUEST TECHNOLOGIES, modelo QUESTemp³⁴ (de globo, bulbo úmido e bulbo seco), colocado na altura e posição correspondentes aos corpos dos trabalhadores nos pontos de trabalho. Aparelho com calibração aferida em 20/05/2023. Funcionamento das máquinas em ritmo de produção normal na edificação, assim como produção em ritmo normal nos postos de trabalho avaliados. Medição realizada das 10:00 às 11:00 de 09/05/2024, céu ABERTO e sem chuva, temperatura de 38°C à sombra.

PONTO DE TRABALHO	TAREFA	TEMPO DE UM CICLO	N.º DE CICLOS / JORNADA	TEMP. DE GLOBO	TEMP. BULBO ÚMIDO	TEMP. SECO
Áreas externas	Manutenção do jardim e árvores plantadas nas áreas externas do Edifício Sede	1 (uma) hora	8 (oito)	41,7° C	24,3° C	27,1° C

G - PRESSÃO ATMOSFÉRICA ANORMAL

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de trabalho hiperbárico.

() Sim

(X) Não

H - AGENTES BIOLÓGICOS

Jornada diária completa, sempre à disposição do empregador para a execução das tarefas nas condições de exposição aos agentes biológicos citados.

(X) Sim

() Não

VIII. INTERPRETAÇÃO DOS DADOS COLETADOS

A - COM RELAÇÃO A RUÍDO

Consideraremos como exposições **contínuas** aquelas em que, nos Postos de Trabalho, o trabalhador permanece exposto sempre aos mesmos níveis de pressão sonora oriunda do ambiente de trabalho, e **variáveis** para os Postos de Trabalho expostos a ruídos diferentes em um ou mais de um ponto de trabalho, então realizados os cálculos de dose de ruído segundo a equação:

$$\text{Dose} = \frac{C1}{T1} + \frac{C2}{T2} + \frac{C3}{T3} + \dots + \frac{Cn}{Tn}$$

ANEXO 1 da NR-15 - LIMITES DE TOLERÂNCIA PARA RUÍDO CONTÍNUO OU INTERMITENTE

Nível de ruído dB (A)	Máxima exposição diária PERMISSÍVEL
85	8 horas
86	7 horas
87	6 horas
88	5 horas
89	4 horas e 30 minutos
90	4 horas
91	3 horas
92	3 horas e 30 minutos
93	3 horas
94	2 horas e 40 minutos
95	2 horas e 15 minutos
96	2 horas
97	1 hora e 45 minutos
98	1 hora e 30 min
99	1 hora e 15 minutos
100	1 hora
102	45 minutos
104	35 minutos
105	30 minutos
106	25 minutos
108	20 minutos
110	15 minutos
112	10 minutos
114	8 minutos
115	7 minutos

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	NPS - dB(A) exposição contínua	Dose de ruído exposição variável
Jardineiro	78,4	85,3
Servente de Limpeza – Feminino	60,9	65,7
Servente de Limpeza – Masculino	61,8	85,2

B - COM RELAÇÃO A CALOR

Realizados os cálculos de **IBUTG** conforme a equações :

* sem carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,3 \cdot t_g$

* com carga solar : **IBUTG** = $0,7 \cdot t_{bn} + 0,1 \cdot t_{bs} + 0,2 \cdot t_g$

onde :

t_{bn} = temperatura de bulbo úmido natural

t_g = temperatura de globo

t_{bs} = temperatura de bulbo seco

Realizadas análise das funções em cada posto de trabalho, considerados os critérios de descanso no próprio local de trabalho e descanso térmico em outro local respeitadas as taxas de metabolismo por atividades, previstas ns NR-15, usando as equações :

Para cálculo da taxa de metabolismo média ponderada para uma hora:

$$M = \frac{M^t \cdot T^t + M^d \cdot T^d}{60}$$

e

M^t - taxa de metabolismo no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

M^d - taxa de metabolismo no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

Para cálculo da taxa de metabolismo médio ponderado para uma hora :

$$IBUTG = \frac{IBUTG^t \cdot T^t + IBUTG^d \cdot T^d}{60}$$

$IBUTG^t$ - IBUTG no local de trabalho

T^t - soma dos minutos no local de trabalho, por hora

$IBUTG^d$ - IBUTG no local de descanso térmico

T^d - soma dos minutos no local de descanso térmico

TAXAS DE METABOLISMO POR TIPO DE ATIVIDADE

TIPO DE ATIVIDADE	Kcal/h
Sentado em Repouso	100
TRABALHO LEVE	
Sentado, movimentos moderados com braços e tronco (ex.: datilografia).	125
Sentado, movimentos moderados com braços e pernas (ex.: dirigir).	150
De pé, trabalho leve, em máquina ou bancada, principalmente com os braços.	150
TRABALHO MODERADO	
Sentado, movimentos vigorosos com braços e pernas.	180
De pé, trabalho leve em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	175
De pé, trabalho moderado em máquina ou bancada, com alguma movimentação.	220
Em movimento, trabalho moderado de levantar ou empurrar.	300
TRABALHO PESADO	
Trabalho intermitente de levantar, empurrar ou arrastar pesos (ex.: remoção com pá).	440
Trabalho fatigante	550

Resultando no quadro:

POSTO DE TRABALHO	Descanso no mesmo local			descanso em outro local	
	IBUTG	Tipo da atividade	Tempo Trabalho/descanso	IBUTG	METABOLISMO MÉDIA
Jardineiro	28,1° C	8 (oito) horas	2 (duas) horas	23,9° C	180

IX. CLASSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES INSALUBRES

SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES	GRAU DE INSALUBRIDADE
Área externa	Jardineiro	<ul style="list-style-type: none"> - Físico – Ruído contínuo ou intermitente; - Físico – Vibração de mãos e braços (Eventual) – Roçadeira; - Atividades com exposição a riscos químicos particulados inalável; 	Grau Médio – 20%
SETOR	POSTO DE TRABALHO	AGENTES	GRAU DE INSALUBRIDADE
Área Interna	Servente de Limpeza – Feminino	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; 	Grau Médio – 20%
Área interna e externas	Servente de Limpeza – Masculino	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; 	Grau Médio – 20%

X. ENQUADRAMENTO LEGAL

INSALUBRIDADE: PORTARIA Nº 3214, DE 08.06.78

- Ruído contínuo ou intermitente
- Ruídos de impacto
- Calor
- Radiações ionizantes
- Trabalho sob condições hiperbáricas
- Radiações não ionizantes
- Vibrações
- Frio
- Umidade
- Agentes químicos com limites de tolerância
- Poeiras minerais
- Agentes químicos (sem limites de tolerância)
- Agentes biológicos

A. FIXAÇÃO DOS ADICIONAIS DE INSALUBRIDADE

ADICIONAL DE INSALUBRIDADE

A Norma Regulamentadora nº 15, item 15.2, da Portaria 3214/78 estabelece que o exercício de trabalho em condições de insalubridade assegura ao trabalhador a percepção de adicional, *incidente sobre o salário mínimo*, equivalente a :

- **40% (quarenta por cento)**, para insalubridade grau máximo;
- **20% (vinte por cento)**, para insalubridade grau médio;
- **10% (dez por cento)**, para insalubridade grau mínimo.

GRAUS DE INSALUBRIDADE

- **MÁXIMO:** Radiações ionizantes, trabalho sob condições hiperbáricas, poeiras minerais, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÉDIO:** Ruído, calor, radiações não ionizantes, vibrações, frio, umidade, alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15) e alguns agentes biológicos (Anexo nº 14 da NR-15);
- **MÍNIMO:** Alguns agentes químicos (Quadro nº 1 do Anexo nº 11 e Anexo nº 13 da NR-15).

B. MEDIDAS DE CONTROLE PROPOSTAS

SETOR	AGENTE / EQUIPAMENTO	PROPOSTA PARA CORREÇÃO
Áreas Externas	<ul style="list-style-type: none"> - Físico – Ruído contínuo ou intermitente; - Atividades com exposição a riscos químicos particulados inalável; - Exposição ao reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de EPIs; - Uso de protetor solar, quando trabalhando com exposição solar; - Treinamento e Certificação NR 35 para os trabalhadores, com atividades em altura acima de 2m;
Áreas Internas e Externas	<ul style="list-style-type: none"> - Químicos – Cloro; - Biológicos – Fungos, bactérias e protozoários; - Exposição ao reflexo direto dos raios ultravioleta provenientes do sol. 	<ul style="list-style-type: none"> - Uso de EPIs; - Uso de protetor solar, quando trabalhando com exposição solar; - Treinamento e Certificação NR 35 para os trabalhadores, com atividades em altura acima de 2m;

C. EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI) – PROPOSTOS

SETOR	POSTO DE TRABALHO	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPI)
Áreas Externas	Jardineiro	<p>Trabalho em Solo:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Protetor Auricular ou Abafador de ruído tipo concha; . Máscara KSN PFF2 VO Carvão Ativo Com Válvula CA10579; . Óculos de proteção; . Luva tricotada corrugada na palma; <p>Trabalho em altura:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Capacete de Proteção; . Cinto tipo paraquedista; . Trava-quedas; . Talabartes de restrição;
Áreas Internas e Externas	Servente de Limpeza – Feminino e Masculino	<p>Trabalho em Solo:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Luva Latex, PVC ou de raspa; . Máscara KSN PFF2 VO Carvão Ativo Com Válvula CA10579; . Bota impermeável e antiderrapante; . Óculos de proteção; . Avental; . Protetor Auricular; <p>Trabalho em altura:</p> <ul style="list-style-type: none"> . Capacete de Proteção; . Cinto tipo paraquedista; . Trava-quedas; . Talabartes de restrição;

IX – RESPONSÁVEL

Campo Grande/MS, 10 de Maio de 2024.

O presente Laudo Técnico de Insalubridade e Periculosidade - LTIP foi elaborado pelos profissionais que compõe a equipe técnica da empresa ***Foco Engenharia de Precisão Ltda.***

Responsável Técnico pela Elaboração:

Foco Engenharia de Precisão

Adriano Barbosa dos Santos

Eng. Segurança do Trabalho

CREA 24.328-D/DF